

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGROECOSSISTEMAS

**A CONSTRUÇÃO PARTICIPATIVA DE ARRANJOS SILVIPASTORIS
EM SÃO BONIFÁCIO – SC**

LUIS ANTONIO DOS SANTOS DE FREITAS

Florianópolis – SC

Maio, 2008

LUIS ANTONIO DOS SANTOS DE FREITAS

**A CONSTRUÇÃO PARTICIPATIVA DE ARRANJOS SILVIPASTORIS
EM SÃO BONIFÁCIO – SC**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Agroecossistemas, Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas, Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina.

Orientador: Dr. Sergio L. G. Pinheiro
Co-orientadora: Dr.^a Karen Follador Karam

FLORIANÓPOLIS – SC

2008

Freitas, Luis Antonio dos Santos de

A construção participativa de arranjos silvipastoris em São Bonifácio – SC / Luis Antonio dos Santos de Freitas. – Florianópolis, 2008.

123 f.: il., graf., tabs.

Orientador: Sergio Leite Guimarães Pinheiro
Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Agrárias.

Bibliografia: f. 102-107

1. Pesquisa Participativa 2. Sistemas Agroflorestais 3. Agricultura Familiar 4. Extensão Rural.

TERMO DE APROVAÇÃO

LUIS ANTONIO DOS SANTOS DE FREITAS

A CONSTRUÇÃO PARTICIPATIVA DE ARRANJOS SILVIPASTORIS EM SÃO BONIFÁCIO – SC

Dissertação aprovada em 19 de maio de 2008, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas, Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina, pela seguinte banca examinadora

Dr. Sergio L. G. Pinheiro
Orientador

Dr.^a Karen F. Karam
Co-Orientadora

BANCA EXAMINADORA:

Dr. Alfredo Celso Fantini
Presidente (CCA/UFSC)

Dr. Sandro Luís Schlindwein
(CCA/UFSC)

Dr.^a Vivien Diesel
(CCR/UFSC)

Dr. Álvaro Afonso Simon
(EPAGRI/CIRAM)

Dr. Alfredo Celso Fantini
Coordenador do PGA

Florianópolis, 19 de maio de 2008

Agradeço...

À minha FAMÍLIA, por todo o apoio e incentivo, principalmente, no decorrer destes dois anos.

*À minha colega, parceira de aventuras e amiga **Daiane Caporal**, por toda a ajuda antes e durante essa jornada através de sugestões, conselhos, trocas de idéias etc.*

*Aos meus orientadores **Karen e Sergio**, pelas sugestões sempre muito pertinentes sobre os assuntos deste trabalho.*

*Ao **PGA** como um todo (Professores, Janete e Colegas) por me proporcionar não apenas um crescimento profissional como também um amadurecimento pessoal através do convívio com pessoas tão especiais como **Victor (Baiano), Sebastián, Lido, Júlio, Jair, Guilherme, Lícia, Lúcia Helena (Magra)** entre tantas outras pessoas.*

*À todos os agricultores de **São Bonifácio** que fizeram parte da construção deste trabalho.*

*Aos técnicos da equipe local de agricultura de **São Bonifácio**, pelo apoio e troca de idéias neste trabalho.*

*À **Juliana** por todo seu incentivo, carinho, companheirismo e compreensão nessa reta final dos estudos.*

*À professora **Vivien Diesel**, por me mostrar um caminho diferenciado dentro da Engenharia Florestal e por todo o incentivo para a realização deste mestrado.*

À todas aquelas pessoas que, de maneira direta ou indireta, também fizeram parte desta construção.

*À **CAPES** pela bolsa concedida nos últimos seis meses.*

SUMÁRIO

RESUMO.....	vii
ABSTRACT.....	viii
INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO 1 – As bases teórico-metodológicas para refletir sobre a construção de arranjos silvipastoris.....	5
1.1 – A origem da extensão rural e suas bases teórico-metodológicas.....	5
1.2 – A participação na extensão rural.....	16
1.2.1 – Processos participativos – possibilidade para a construção de conhecimento....	17
1.2.2 – Processos participativos – métodos, ferramentas e/ou transformações internas?23	
1.3 – Procedimentos metodológicos.....	29
1.3.1 – Reconhecimento do campo de trabalho e adaptação da proposta de pesquisa....	30
1.3.2 – Definição de um método para execução da pesquisa.....	33
CAPÍTULO 2 – Contextualização do processo participativo sobre arranjos silvipastoris em São Bonifácio – SC.....	36
2.1 – O município de São Bonifácio – um breve histórico.....	36
2.2 – O Agricultor Familiar de São Bonifácio membro do Grupo do Pasto.....	38
2.3 – A atividade leiteira, a agricultura familiar e o manejo dos recursos naturais.....	40
2.4 – Os atores-chave do processo participativo sobre arranjos silvipastoris.....	44
CAPÍTULO 3 – A participação vista pelos atores-chave: possibilidades para análise.....	50
3.1 – Características do processo participativo.....	54
3.1.1 – Articulando as Idéias: as características do processo participativo sobre arranjos silvipastoris.....	68
3.2 – Potencialidades do processo participativo.....	69
3.2.1 – Articulando as Idéias: as potencialidades do processo participativo sobre arranjos silvipastoris.....	77
3.3 – Desafios do processo participativo.....	78
3.3.1 – Articulando as Idéias: os desafios do processo participativo sobre arranjos silvipastoris.....	93
CONSIDERAÇÕES FINAIS – O entendimento coletivo sobre a participação.....	97
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	102
APÊNDICE A:.....	108
APÊNDICE B:.....	111

RESUMO

O presente estudo constitui-se em uma reflexão sobre o processo participativo para construção de arranjos silvipastoris, desenvolvido em São Bonifácio-SC e que teve por objetivo construir coletivamente, entre técnicos e agricultores produtores de leite do município e parceiros externos, arranjos silvipastoris possíveis de serem implantados. O objetivo desta dissertação é identificar e analisar o entendimento coletivo sobre participação entre os atores (técnicos e agricultores) de São Bonifácio-SC, envolvidos na pesquisa participativa sobre arranjos silvipastoris. Para tanto, busca-se evidenciar e discutir algumas das características deste processo na ótica desses atores, bem como apontar as potencialidades e os desafios de se utilizar abordagens participativas em ações de pesquisa-extensão rural. Trata-se de uma pesquisa qualitativa calcada em alguns instrumentos e procedimentos metodológicos, tais como: observação direta e entrevistas semi-estruturadas com atores-chave do processo. Os dados obtidos foram analisados e interpretados seguindo a metodologia de análise de discurso denominada “Discurso do Sujeito Coletivo” (DSC), e evidenciaram que a participação é visualizada de diferentes formas pelos distintos atores-chave. As mesmas características demonstradas pelos atores-chave, ao mesmo tempo que potencializam este e outros processos participativos de pesquisa-extensão rural representam também grandes desafios a serem enfrentados.

PALAVRAS-CHAVE: Pesquisa Participativa, Sistemas Agroflorestais, Agricultura Familiar, Extensão Rural.

ABSTRACT

This research reflects about the participatory process related to the construction of grazing-forestry systems developed in the region of São Bonifácio, Santa Catarina State, Brazil. The system's purpose involves the social construction by technicians, milk producers, local actors and external partners of silvopastoral arrangement feasible to be implanted in the region. This study aims the identification and analysis of the social understanding about the participation process among the several actors (mainly farmers and technicians) involved in the participatory research related to the construction of silvopastoral arrangement in São Bonifácio. Methodology includes the analysis and discussion of some processes characteristics according to these actor's interpretations as well as the identification of challenges and opportunities related to the use of participatory approaches in rural research and extension activities. It involves qualitative research based on methodological procedures such as direct observation and semi-structured interviews with key-actors. Data and information were analyzed and interpreted according to the Collective Subject Discourse approach (in Portuguese named "Discurso do Sujeito Coletivo"). Results highlighted that participation is understood in diverse ways according to different key-actors and interviewees pointed that the same characteristics which promote participatory rural research and extension activities also represent great challenges to these processes.

KEY-WORDS: Participatory Research, Agroforestry Systems, Family Farming, Rural Extension.

INTRODUÇÃO

Esta dissertação é o resultado de uma percepção pessoal a respeito do papel da ciência e sua relação com a realidade social, construída no decorrer dos últimos sete anos. Tal período teve seu início durante a fase de graduação do pesquisador em Engenharia Florestal, pela Universidade Federal de Santa Maria – RS (UFSM), onde começou a construir sonhos. Sonhos de tentar enxergar a profissão de engenheiro florestal muito além daquela preconizada pelo curso da referida instituição em que praticamente só se mostrava o viés da produção madeireira, atendendo aos interesses de grandes empresas do setor. Entender esta profissão como capaz de não só enxergar a árvore presente no meio rural como também aquele agricultor que está ali usufruindo dos benefícios que ela proporciona, além de tentar exercer o ofício procurando pensar no bem-estar das pessoas com as quais se trabalha. Foi diante de tais expectativas que nessa época de graduação surgiu o interesse por trabalhar com extensão rural. Mas o objetivo não era simplesmente “estender” algo da academia para o rural, e sim construir algo no rural utilizando-se de alguns conhecimentos adquiridos na academia. Entretanto, para se conseguir isso, vislumbrava-se que era preciso entender muito mais do que apenas sobre modernas técnicas agrícolas e silviculturais. Também era necessário compreender: Como se dá a dinâmica do rural? Qual a lógica que orienta as decisões de um agricultor familiar? Como é o perfil de um técnico-extensionista disposto a construir conhecimentos e não somente transferir algo? Com vistas a buscar algumas destas respostas e de complementar os estudos de graduação é que se procurou o curso de Pós-Graduação em Agroecossistemas (PGA) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

No âmbito do PGA, a presente proposta de pesquisa foi sendo construída gradativamente. Num primeiro momento, a proposta era trabalhar com produtores de abelhas nativas sem-ferrão do município de São Bonifácio-SC. Porém, em tal município já estavam ocorrendo uma série de trabalhos de pesquisa e, neste momento, uma nova proposta iria muito mais atrapalhar do que contribuir com o processo de desenvolvimento da região. Sendo assim, era mais importante dar seqüência e/ou consolidar aquelas pesquisas em desenvolvimento. Para tanto, o presente estudo foi sofrendo adaptações em seus objetivos ao longo do tempo, de maneira a se transformar em algo útil à seqüência do processo participativo em curso no município.

Dentre as diversas iniciativas de trabalhos participativos desenvolvidas em São

Bonifácio, podemos destacar duas: uma relacionada à discussão com os agricultores acerca da relação entre o uso atual do solo e a legislação ambiental; e outra relacionada à construção participativa de possíveis arranjos silvipastoris. Tais propostas surgiram dentro de um contexto maior, em que, em 2002, o Governo do Estado de Santa Catarina negociou junto ao Banco Mundial o Projeto de Recuperação Ambiental e de Apoio ao Pequeno Produtor Rural – Microbacias 2 (PRAPEM/MB2), que apresenta como uma de suas principais linhas orientadoras a participação de segmentos sociais do meio rural no planejamento e desenvolvimento das atividades a serem executadas. Neste sentido, uma das exigências impostas pelo órgão financiador era de que seus recursos fossem empregados em ações de caráter participativo. Isto significou que instituições como a Epagri (Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S.A.), que historicamente praticam ações de pesquisa e extensão rural baseadas em pressupostos de difusão tecnológica, buscassem transformar a orientação filosófica de suas ações pautadas pelo difusionismo para ações de cunho participativo.

Em 2004, visando tratar com maior intensidade e dar aporte teórico-metodológico para o desenvolvimento de ações de caráter participativo, iniciou-se a realização de um processo de capacitação de técnicos da Epagri e de entidades afins e parceiras. Tal processo contou com recursos do MB2 e foi executado mediante a realização de cursos, seminários e projetos, que tinham como linha orientadora pressupostos participativos em diversas regiões do Estado de Santa Catarina. Como em qualquer processo de transformação, algumas importantes questões nortearam este processo e continuam presentes em trabalhos desta ordem, como, por exemplo: Como atuar numa perspectiva participativa? Como articular diferentes parcerias com pensamentos e propósitos distintos? O que isso exige e o que implica? Como desencadear processos de troca/construção de conhecimentos? Tais questões também constituem a problemática orientadora desta pesquisa, tendo em vista que se estará analisando nesta dissertação um dos trabalhos desenvolvidos dentro deste contexto a partir de meados de 2005, qual seja: “Sistemas Agroflorestais Pecuários: rumo à construção participativa com o Grupo do Pasto em São Bonifácio, SC” (CAPORAL, 2007).

Tal trabalho, que originou uma dissertação de mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas, baseou-se nos pressupostos da pesquisa participativa e da etnobotânica, com o objetivo de construir possíveis arranjos silvipastoris em conjunto com agricultores familiares produtores de leite de São Bonifácio. A pesquisa acabou envolvendo,

além do PGA e dos próprios agricultores, alguns técnicos locais de diferentes instituições, como a Epagri, Secretaria Municipal de Agricultura e de um dos dois laticínios privados existentes no município. Trabalhar com os arranjos silvipastoris surgiu como uma alternativa à demanda por sombra para o gado, levantada pelos agricultores. Esta demanda se justifica pelo fato de estes agricultores serem produtores de leite, praticando o manejo do gado em sistema Pastoreio Racional Voisin (PRV) em suas propriedades e que, a partir de suas observações, perceberam o quanto o gado sofria com a exposição ao sol, principalmente em épocas muito quentes.

Com a conclusão da pesquisa de Caporal (2007), no final de 2006, percebeu-se a necessidade de se elaborar um novo estudo que servisse como uma reflexão sobre como o processo participativo sobre arranjos silvipastoris, ocorrido em São Bonifácio, foi visto e compreendido por alguns dos atores envolvidos. Neste sentido, a presente proposta de pesquisa busca responder uma questão: *Qual o entendimento coletivo de diferentes atores de São Bonifácio-SC, envolvidos na pesquisa participativa para a elaboração de possíveis arranjos silvipastoris, a respeito da participação?* Apresenta como objetivo geral: *Identificar e analisar o entendimento coletivo sobre participação entre os atores (técnicos e agricultores) de São Bonifácio-SC, envolvidos na pesquisa participativa sobre arranjos silvipastoris*, buscando evidenciar e discutir algumas das características dos processos participativos na ótica destes atores, bem como as potencialidades e os desafios de se utilizar abordagens participativas em ações de pesquisa-extensão rural. A relevância deste estudo reside no fato de que a realização de processos participativos, em termos conceituais e metodológicos, encontra-se atualmente ainda em um estágio relativamente inicial, o que acaba por gerar diversas dificuldades e incertezas, tanto por parte de técnicos/pesquisadores e suas respectivas instituições, quanto por parte dos próprios agricultores.

A problematização e análise da experiência sobre a construção de arranjos silvipastoris em São Bonifácio é feita sob a ótica dos métodos e ações de pesquisa-extensão rural. Portanto, para o contexto desta pesquisa, a importância da ação de pesquisa-extensão rural está muito mais ancorada no fato de esta ter alcançado resultados para os agricultores/desenvolvimento local do que se foram geradas novas referências tecnológicas passíveis de difusão ou contribuições para o campo científico em uma determinada área do conhecimento.

O que se busca com esta pesquisa é compreender o que alguns atores-chave

envolvidos no processo participativo pensam a respeito de participação. Para se conseguir compreender o que uma pessoa ou um conjunto de pessoas pensam, se faz necessário perguntar, de modo a estimular que estas pessoas expressem um pensamento, ou seja, um discurso (LEFÈVRE; LEFÈVRE, 2005). Sendo assim, no período entre outubro e novembro de 2007, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas, compostas por 07 questões abertas, com 06 atores-chave de São Bonifácio. Estes atores-chave constituem-se em 02 agricultores e 04 técnicos representantes de instituições públicas municipais e estaduais, da iniciativa privada e da academia. Além das entrevistas, foi realizada a observação direta do processo, uma vez que, a partir de abril de 2006, foram acompanhadas algumas etapas do trabalho sobre arranjos silvipastoris a ser analisado.

Os resultados aqui apresentados se referem principalmente ao material coletado nas entrevistas, utilizando-se a metodologia proposta por Lefèvre e Lefèvre (2005), denominada de “Discurso do Sujeito Coletivo (DSC)”. Os discursos coletivos, ou DSCs, resultam da união de expressões contidas no discurso, que apresentam idéias semelhantes de cada ator-chave e serão apresentados e analisados nesta dissertação.

Os resultados deste trabalho estão apresentados a seguir em quatro partes subdivididas da seguinte maneira: inicia-se discutindo a problemática que envolve a utilização de métodos de pesquisa-extensão rural, bem como apresentando os procedimentos metodológicos utilizados (Capítulo 1); em seguida, faz-se uma contextualização do processo participativo a ser analisado, mediante uma breve apresentação do processo histórico do município, que possui estreita relação com as características dos atores-chave envolvidos (Capítulo 2); na seqüência, apresentam-se e discutem-se os DSCs resultantes desta pesquisa (Capítulo 3), finalizando com algumas considerações importantes sobre a pesquisa em si, tentando apontar algumas possibilidades de continuidade do processo participativo desencadeado em São Bonifácio.

CAPÍTULO 1 – As bases teórico-metodológicas para refletir sobre a construção de arranjos silvipastoris

Os métodos empregados nas ações de extensão rural, desde suas origens até os dias atuais, representam a maneira como é tratado o conhecimento por quem desenvolve estas ações. Durante muito tempo, acreditou-se (e muitos ainda acreditam) que o difusionismo era o pressuposto que deveria orientar as ações de pesquisa-extensão rural por ele entender e tratar o conhecimento como sendo algo objetivo e capaz de ser repassado unilateralmente de uma “fonte” a um “receptor” levando modernas tecnologias a uma “sociedade atrasada” (rural), trazendo consigo uma infinidade de “pacotes”, como insumos, maquinários etc. No entanto, o que se observou foram as limitações dos métodos difusionistas ao se trabalhar em regiões mais pobres e com pessoas que possuem uma lógica¹ que orienta suas decisões, que vai muito além da lógica capitalista. Tais limitações impõem a necessidade de se refletir e de se atuar a partir de pressupostos participativos, os quais estão voltados à construção coletiva do conhecimento mediante interações dialógicas entre os atores envolvidos.

Com base em tais pressupostos é que se constroem os objetivos deste trabalho, bem como se apresentam os procedimentos metodológicos utilizados para a realização desta investigação.

1.1 – A origem da extensão rural e suas bases teórico-metodológicas

O estudo histórico da extensão rural, enquanto prática “educativa”, instituída para a transferência de informações técnicas na agropecuária, assumiu características diversas na história da humanidade, com papéis determinados e especificidades inerentes ao modo de produção e ao desenvolvimento das forças produtivas em cada momento. (...) o trabalho de extensão, mesmo sem o privilégio de ter este nome, certamente já foi desempenhado pelo homem do período Neolítico, embora não fosse uma atividade sistematizada sob o rigor científico que marca seu desenvolvimento no mundo capitalista (CAPORAL, 1991; p. 28).

Segundo este breve relato extraído de Caporal (1991), as ações de extensão rural

¹ Esta lógica pode ser exemplificada como interesses particulares da família, sua orientação religiosa e/ou política, estrutura familiar, cultura etc.

possuem suas bases em períodos bastante antigos da história. Segundo o mesmo autor, durante o período Neolítico, devido a existência concomitante de grupos nômades e sedentários, era comum a troca de experiências sobre suas relações com a natureza e a utilização e aperfeiçoamento de instrumentos de trabalho. Olinger (1996), afirma que a atividade extensionista é praticada há muitos séculos, baseado em alguns relatos de que na época do Império Romano já havia algumas experiências de instrutores ensinando agricultores a cultivar trigo irrigado às margens do Rio Nilo, no Egito.

Na Europa, conforme Jones (1989), há fortes indícios de que o primeiro e moderno serviço de extensão rural data de meados do século XIX, quando a Irlanda passou por uma forte crise socioeconômica oriunda de fracas safras de batata motivada por uma doença que atingiu as plantações no período de 1845 à 1851. Como a batata, naquela época, representava a base da dieta alimentar dos irlandeses, tal crise resultou em fome e miséria. Diante desta problemática, o então governador, Conde Clarendon, por meio de uma carta, citada por Jones (1989), endereçada ao Duque de Leinster, então presidente da Real Sociedade de Agricultura da Irlanda, apresenta um projeto de treinamento prático para pequenos agricultores atingidos pela fome. O objetivo deste projeto era realizar uma extensão rural voltada para a capacitação dos pequenos agricultores para a adoção de novas práticas agrícolas capazes de aumentar a produtividade de alimentos. Para tanto, foi proposto a organização de uma rede de instrutores agrícolas, os quais seriam responsáveis por aconselhar, instruir e treinar os agricultores caracterizando assim, o primeiro serviço de extensão rural destinado a apoiar os agricultores e popularizar os resultados de experiências realizadas em centros de pesquisas através de técnicas de extensão.

No entanto, o serviço de extensão rural, como instituição pública, teve início nos Estados Unidos (OLINGER, 1996) e surgiu durante o período pós-Guerra de Secessão, que representou para a agricultura norte-americana a passagem de uma estrutura escravista para uma estrutura mercantilista e capitalista (FONSECA, 1985). De acordo com a mesma autora, esta mudança acabou desfavorecendo pequenos produtores que ficaram excluídos desse sistema por conta de não conseguirem competir com emergentes empresas capitalistas. Tal fato foi ainda mais agravado quando o mercado agrícola, até então de caráter puramente local, se transformou em um mercado com alcance mundial, favorecendo ainda mais a ação de grandes empresas capitalistas da época e também ações de especulação.

A estratégia adotada pelos pequenos produtores foi a de se organizarem em

associações agrícolas, para discutirem seus problemas de comercialização e aumento de produtividade na busca de possíveis soluções. Inicialmente essas discussões eram feitas em reuniões, mas, com o passar do tempo, começaram a ser organizadas conferências, feiras, palestras e exposições para uma troca de resultados obtidos, com um número maior de produtores que compartilhassem da mesma situação (FONSECA, 1985; SIMON, 1996).

Por volta de 1870 foram criados e oficialmente reconhecidos por diversos estados norte-americanos os chamados “Conselhos de Agricultura”, que tinham por objetivo promover conferências públicas e cursos de curta duração, com auxílio de universidades e escolas agrícolas (FONSECA, 1985). Estas atividades rapidamente passaram a ser complementadas com a publicação de folhetos e a participação de técnicos dos governos federal e estadual. No entanto, apesar destes esforços, somente em 1914, o governo federal norte-americano instituiu e oficializou o “serviço cooperativo de extensão rural”, tendo por finalidade disponibilizar para a população rural ausente de escolas agrícolas conhecimentos úteis e práticos relacionados à agricultura, pecuária e economia doméstica, para a adoção de modos mais eficientes na administração da propriedade rural e do lar (FONSECA, 1985). O serviço de extensão passa a ser gerenciado pelas universidades em parceria com o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos. As universidades passam a contar em seu quadro com os “Professores Extensionistas”, sendo o Departamento de Agricultura o responsável por executar o serviço oficial de extensão rural (Silva, 2000). Desta forma, a extensão rural norte-americana passou a ser o mecanismo de aproximação da população rural com as estações de pesquisa universitária.

Percebe-se até aqui que a extensão rural na Europa e nos Estados Unidos surgiu por fatores endógenos, da necessidade dos agricultores por conhecimentos que os ajudassem a resolver alguns problemas relacionados a seus sistemas produtivos. Tal conhecimento era construído, principalmente, mediante trocas de experiências entre agricultor-agricultor. No entanto, com o surgimento da extensão rural oficial, que tinha entre seus objetivos auxiliar no desenvolvimento econômico do País, a unidade produtiva passou a ser entendida como uma atividade empresarial buscando fundamentalmente a obtenção do lucro (SIMON, 1996). A partir de então, o agricultor se viu impossibilitado de resolver seus próprios problemas devido à forte dependência de fatores externos alienados de seu controle, como o mercado de preços; a indústria de máquinas, fertilizantes e insumos; e as pressões por urbanização e relações internacionais (OLINGER, 1996).

No período pós-Segunda Guerra Mundial, o serviço de extensão rural baseado no mesmo modelo metodológico empregado nos Estados Unidos² foi difundido para países considerados subdesenvolvidos, incluindo a América Latina. A extensão rural nestes países foi proposta por governos locais, no entanto, sempre agia em parceria com agências de extensão rural norte-americanas (FONSECA, 1985). Nos países da América Latina, especialmente no Brasil, os serviços de extensão rural tiveram forte influência da American International Association (AIA), uma fundação norte-americana de caráter filantrópico, organizada pelo grupo Rockefeller, destinada a apoiar projetos tecnológicos, educacionais e de desenvolvimento em países considerados subdesenvolvidos (SILVA, 2000). O objetivo destas ações era construir o “desenvolvimento” desses países sob as mesmas concepções de desenvolvimento entendidas pelos Estados Unidos (modernização do campo com emprego de alta tecnologia). O rural recebe a missão de exercer dois papéis essenciais a este desenvolvimento: abastecer o setor urbano e gerar divisas por meio de exportações de seus produtos (SIMON, 1996).

Para tanto, a estratégia era a de agir fortemente no sentido de informar e persuadir os agricultores a adotarem melhores práticas agrícolas, a fim de aumentar a produtividade de fibras e alimentos, mediante intensa utilização de recursos audiovisuais como forma de melhorar a difusão das informações (FONSECA, 1985). Percebemos com isto o conjunto de interesses engendrados nestas ações, cujo aumento da produtividade agrícola passa por um extremo consumo de maquinários, energia e insumos, e a utilização de modernos recursos audiovisuais depende da disponibilidade de projetores, câmaras, impressoras etc., “casualmente” todos amplamente produzidos e comercializados pelos Estados Unidos. Há ainda o interesse dos Estados Unidos em manter os países considerados pobres como seus aliados frente à Guerra Fria, por julgarem que esses países, ao se encontrarem em situação econômica precária, estariam mais suscetíveis à “incorporarem” idéias comunistas (SIMON, 1996).

Neste sentido, observamos uma clara mudança nos objetivos do serviço de extensão rural, que inicialmente tinha por meta suprir, mediante aporte técnico e trocas de experiências, algumas necessidades dos pequenos produtores, a fim de atenuar problemas enfrentados em seus sistemas produtivos e passou a ter por objetivo atender a uma série de interesses

2 Modelo extensionista que ficou conhecido como o “modelo clássico” e tinha por objetivo levar os problemas do povo rural às estações de pesquisa e, posteriormente, transmitir as tecnologias geradas nas estações de pesquisa para o povo rural.

mercadológicos e políticos.

Em 1947 a AIA abriu um escritório no Rio de Janeiro, e um ano depois teve início a primeira experiência de extensão rural no Brasil em Santa Rita do Passa Quatro e São José do Rio Pardo, ambas no Estado de São Paulo. Ao final do ano de 1948, formalizou-se um convênio entre a AIA e o governo de Minas Gerais criando a ACAR-MG (Associação de Crédito e Assistência Rural de Minas Gerais) que tinha entre seus objetivos o aumento da produção agropecuária e a melhoria das condições sociais e econômicas da população rural (SILVA, 2000). Levando-se em consideração o sucesso da ACAR-MG, o governo brasileiro passa a considerar que mediante financiamento e assistência técnica era possível promover o desenvolvimento rural do país. A partir desta concepção sobre os caminhos para o desenvolvimento, e de um acordo firmado entre os governos do Brasil e Estados Unidos, foi criado o Escritório Técnico de Agricultura (ETA) com sede no Rio de Janeiro (OLINGER, 2006). Com vistas a dar seguimento às idéias do ETA, foi criada a ABCAR (Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural) baseada nos moldes da ACAR-MG.

Para receber os benefícios técnicos e financeiros da ABCAR, os Estados criaram as Associações de Crédito e Assistência Rural (ASCARs). Neste contexto que, no Estado de Santa Catarina, o serviço de extensão rural foi fundado em 1957 com a criação da ACARESC (Associação de Crédito e Assistência Rural de Santa Catarina) constituindo-se em um processo educativo informal que utilizava métodos próprios, simples e práticos, destinado a auxiliar a família rural e elevar seu nível de vida. Tal processo educativo baseava-se no princípio de que a pessoa aprende vendo, ouvindo e fazendo (SEIFFERT, 1990).

No Brasil, inicialmente o serviço de extensão rural não era nem um pouco atrativo para os grandes agricultores da época, principalmente aqueles ligados aos cultivos de café, cana-de-açúcar, cacau e à pecuária de corte, uma vez que possuíam um quadro técnico especializado próprio (OLIVEIRA, 1998). De certa maneira, este fato acabou contribuindo para que as ações de extensão rural fossem inicialmente direcionadas aos pequenos e médios agricultores. Porém, não só no Brasil, mas também em outros países ditos “subdesenvolvidos”, o modelo clássico de extensão empregado encontrou sérios problemas devido ao meio rural nesses países se caracterizar por um forte estado de pobreza e atraso tecnológico, não atingindo os resultados esperados. A partir de então, surge a necessidade de se adequar este modelo norte-americano às especificidades desses países. Everett Rogers dá importante contribuição à adequação desse modelo, desenvolvendo a teoria

difusionista/inovador, que fornecia uma proposta teórico-metodológica baseada no princípio de que há uma diferenciação no tempo de adoção de uma determinada tecnologia conforme características inerentes a cada pessoa ou grupo social (FONSECA, 1985). Logo, o modelo de extensão rural empregado na América Latina passa do “modelo clássico” ao “modelo difusionista/inovador”. No entanto, a simples aplicação desse novo modelo continuou não sendo suficiente para dar conta das particularidades do meio rural de tais países.

O pensamento do momento era de que em “uma sociedade rural tradicional, o progresso técnico não pode vir senão de fontes exteriores à comunidade” (FONSECA, 1985, p. 51). O técnico-extensionista era dotado de técnicas educacionais com o objetivo de modificar o que as pessoas pensam, sabem, crêem, sentem e fazem tradicionalmente, com o pressuposto de “levar” o homem rural para uma vida “moderna” (racional, cômoda e tranqüila). Um interessante exemplo disto pode ser observado no relato de Mussoi (2006; p. 22), em que afirma que nos cursos de pré-serviço para ingressantes no serviço de extensão rural era muito comum ouvir que “o extensionista deveria atuar como um verdadeiro 'camelô' (...), ou seja, era necessário 'vender o peixe' a qualquer custo”.

Segundo Caporal e Costabeber (2007), durante a década de 1950, o objetivo da extensão rural no Brasil era o de educar o homem do campo sob o pretexto de “direitos iguais para todos”, com vistas a este aceitar e se adequar ao modelo urbano-industrial vigente. Mas só educar não bastava, era necessário acelerar o consumo intermediário da agricultura através do incentivo à introdução de novas técnicas. No entanto, as respostas dos pequenos produtores a esse conjunto de iniciativas eram extremamente desanimadoras sob o ponto de vista das exigências do setor industrial. Como “solução”, em 1960, a extensão rural brasileira passa a recomendar que o serviço atenda somente a médios e grandes produtores que estejam aptos a adotar as tecnologias modernas propostas (CAPORAL; COSTABEBER, 2007). Cabe ressaltar que, em Santa Catarina, segundo Seiffert (1990), o serviço de extensão rural desde o início optou por assistir agricultores que tivessem condições de dar melhores respostas aos objetivos da modernização.

A medida adotada pelo governo brasileiro proporcionava um estado de realização profissional do extensionista, possibilitando que realizasse plenamente o chamado “círculo virtuoso da extensão rural” que, segundo Oliveira (1998), designa e valoriza o esforço do agricultor em ver o seu trabalho se transformar em produção, esta, em renda e, por consequência, em bem-estar próprio.

Em Santa Catarina, o serviço de extensão rural se manteve até a década de 1960 como um serviço paraestatal estando ideológica, financeira e administrativamente vinculado aos Estados Unidos. O foco das ações era a família, justificando a relevância concedida à assistência à esposa e filhos dos agricultores, em consonância com o modelo de economia doméstica implantado no meio rural norte-americano (SEIFFERT, 1990). Ainda, segundo a mesma autora, neste período surge o Crédito Rural Supervisionado destinado a financiar a propriedade rural em seu conjunto, condicionando a aplicação de testes em “propriedades demonstrativas”, como parte da sistemática educativa.

Em 1961, objetivando receber recursos financeiros necessários a essas ações, o serviço de extensão rural brasileiro elabora um plano quinquenal (1961-1965) em consonância com as estratégias políticas adotadas pelo governo na busca da modernização do País (SIMON, 1996). Não obstante, o governo de Santa Catarina passa a incorporar as práticas de extensão rural à suas ações enquanto instrumento de intervenção modernizadora no meio rural (SEIFFERT, 1990).

Na década de 1970, com a intenção de impulsionar o setor agrícola e engajá-lo no projeto de desenvolvimento urbano-industrial do Brasil, surge a Embrater (Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural). O modelo Embrater tenta dar conta de minimizar o processo excludente desencadeado por este desenvolvimento buscado pelo País na época, propondo um trabalho com médios e grandes produtores na base de tecnologia e um trabalho com os pequenos de cunho social e assistencialista (CAPORAL; COSTABEBER, 2007). Neste sentido, o foco das ações de extensão rural, que inicialmente estava centrado na família rural, volta-se para o emprego de tecnologias modernas em um contexto empresarial.

Entretanto, a Embrater continuou atuando hegemonicamente segundo o modelo difusionista/innovador e continuou também sendo insuficiente para atender as necessidades das camadas mais pobres do meio rural, inclusive de alguns dos médios e grandes produtores.

Na década de 1980, ocorre o período conhecido como “repensar” da extensão rural no Brasil, que passou a priorizar o trabalho junto a pequenos agricultores, porém, continuou dando preferência aos mais abertos a aceitar as inovações e aos mais aptos a adotá-las (CAPORAL; COSTABEBER, 2007). Vivan (sem data), afirma também que, no mesmo período, a sociedade civil começou a se incorporar às ações de extensão rural através de ações de Ongs (organizações não-governamentais), umas com mais e outras com menos envolvimento das populações rurais e disponibilidade de recursos financeiros.

Na mesma década, começou-se a observar que o modelo difusionista/inovador, baseado na simples transferência de tecnologia, estava dando mais prejuízos do que bons resultados. Os custos eram altos e a “adoção” era baixa, fazendo-se necessário pensar em métodos que aumentassem os índices de adoção de tecnologias. Além disso, no âmbito internacional verificou-se que as políticas para a agricultura não estavam chegando aos pequenos produtores e que as tecnologias então difundidas eram mais apropriadas as condições dos grandes produtores. Diante de tal problemática e por se entender que para se atingir os pequenos produtores é necessário um modelo diferenciado de pesquisa-extensão rural, começa a emergir o enfoque sistêmico nas ações de pesquisa-extensão rural denominado de FSR/E (Farming Systems Research / Extension).

Tal enfoque teve sua origem em centros internacionais de pesquisa como o CIMMYT (Centro Internacional de Melhoramento do Milho e Trigo), no México; o IRRI (Instituto Internacional de Pesquisa de Arroz), nas Filipinas; o CIAT (Centro Internacional de Agricultura Tropical), na Colômbia e; o CIP (Centro Internacional da Batata), no Peru (PINHEIRO, 1995). Assume-se como pressuposto do FSR/E a necessidade do desenvolvimento de tecnologias apropriadas às condições de cada tipo de agricultor, levando-se em consideração o contexto de seus sistemas produtivos, as oportunidades, seus problemas e objetivos (PINHEIRO, 1995).

O FSR/E pressupõe uma transformação nas ações de pesquisa-extensão rural em que as pesquisas realizadas em estações experimentais passam a serem conduzidas diretamente nas propriedades com a participação do agricultor, contestando assim a relativa homogeneidade entre os agricultores e a neutralidade das tecnologias (PINHEIRO, 1995). Entretanto, em muitos casos tal participação se caracterizava pelo fato do agricultor disponibilizar uma área para os experimentos, ou simplesmente “tomar conta” para que não fossem destruídos por animais e/ou “pragas”, ou ainda realizar as práticas necessárias como capina, aplicação de veneno etc. Assim, propôs-se a falar e praticar métodos que incentivassem a participação dos agricultores nos processos de pesquisa-extensão rural, porém, ainda sobre os mesmos pressupostos de transferência de tecnologia.

Em Santa Catarina, ainda no início da década de 1980, os PROATERS (Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural) anuais passam a considerar entre suas diretrizes a participação do “público beneficiário” nas etapas de diagnóstico, planejamento, execução e monitoramento dos projetos e programas.

Porém, a grande novidade destes PROATERS foi simplesmente a inversão da verticalidade dos processos em que, sob o discurso da participação, a orientação dos processos ao invés de partirem de cima para baixo (técnicos – agricultores) passaram a partir de baixo para cima (agricultores – técnicos). Assim, o “público beneficiário” (agricultores) passou a ser compreendido como um “cliente”, em que o técnico-extensionista realiza um diagnóstico de suas necessidades, define e transfere uma determinada tecnologia “capaz de trazer as soluções” para seus problemas. A participação neste caso exerce o simples papel de aumentar os índices de adoção de tecnologias por parte dos agricultores e não de construir conhecimentos por meio de processos dialógicos horizontais entre técnicos (extensionistas/pesquisadores) e agricultores.

À luz dessa discussão e com base nas idéias destes autores, podemos descrever o conjunto de características predominantemente inseridas no modelo de extensão rural empregado no Brasil até o final da década de 1980 e início dos anos 1990:

- um poder absoluto da “fonte ou emissor” (técnico/extensionista) em relação ao que seria repassado, a maneira como seria gerado, elaborado e quanto à definição dos objetivos comportamentais esperados;
- uma preocupação exclusiva com o “captar e adotar” a tecnologia, sem maiores preocupações com as influências que estas tecnologias poderiam exercer nas pessoas;
- uma unidirecionalidade e verticalidade do conhecimento, em que se considera que há um sujeito a transmitir e um receptor a absorver este conhecimento;
- este modelo resulta, na melhor das hipóteses, em ações paternalistas e/ou assistencialistas;
- possui a persuasão como sua estratégia metodológica geral a ser empregada e;
- com vistas a se atingir o desenvolvimento, pressupõe a transferência de valores de um setor moderno a um tradicional (atrasado).

Em resumo, a prática extensionista brasileira estava baseada em uma visão extremamente positivista (crença na existência de um saber objetivo e capaz de ser transmitido unilinearmente), em que os técnicos-extensionistas acreditavam fielmente possuir e utilizar técnicas e metodologias rigorosamente objetivas e neutras na análise e solução de problemas encontrados na realidade das populações rurais; na busca incessante por uma sociedade ideal em que estabelecia-se um *continuum* entre o rural e o urbano, cuja meta era construir uma sociedade moderna (urbana – industrializada) em detrimento de uma sociedade

atrasada (rural – agrícola), ou ainda, nas palavras de Mussoi, “no fundo, o objetivo deste método é adaptar as pessoas a uma sociedade dada, em que predominam relações de dominação” (MUSSOI, 2006; p.28); e no fomento à destituição de saberes locais, pois se acreditava que a solução para os problemas de uma população rural só poderia ser dada por alguém de fora, ou seja, o técnico-extensionista era o único que sabia o que era melhor para essas populações.

A partir de fins da década de 1980 e mais intensamente no início de 2000, passou-se a falar e a buscar instrumentos para se atuar em direção ao desenvolvimento sustentável. Surgiram novas demandas da sociedade como a preocupação ambiental, a necessidade de se ter alimentos mais saudáveis, livres de agrotóxicos, a necessidade do homem do campo em permanecer no campo etc. Mas como se falar em sustentabilidade sem se falar em participação? Todos estes fatores mencionados, aliados a diversas ações de movimentos sociais, fizeram com que o governo federal pensasse melhor o serviço de extensão rural no Brasil, conferindo maior atenção à agricultura familiar através de políticas públicas, como o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) e, mais recentemente, a criação do MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário).

Cabe destacar que as novas diretrizes que passarão a orientar as ações de extensão rural pública em muito se espelharam no exercício de inúmeras Ongs existentes no Brasil, e mesmo no exterior, orientadas por práticas que procuravam enfatizar os processos participativos na assistência técnica, a valorização do conhecimento das populações rurais, até então excluídas, fossem elas agricultores familiares, assentados, pescadores artesanais, quilombolas, indígenas, entre outros.

Nesse contexto é que, em 2004, se criou a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) que apontava como princípios: a) trabalhar prioritariamente com aqueles grupos sociais, antigamente pouco favorecidos/atendidos ou até mesmo totalmente excluídos dos serviços de extensão rural; b) adotar abordagens metodológicas participativas, estimulando a articulação com diversas outras entidades não-governamentais e até mesmo privadas, dando claramente o foco para a agroecologia (MDA, 2004). Em 2006, criou-se o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PRONATER), que visou consolidar a PNATER, demonstrando e orientando as principais ações a serem realizadas por essa política (MDA, 2006).

Estas ações governamentais contribuem para consolidar uma prática já existente entre

as várias entidades e Ongs de assessoria que já atuavam em todo o País, ao mesmo tempo em que mostram uma mudança de pensamento a respeito dos serviços de extensão rural oficiais, na busca de um serviço destinado a quem realmente precisa dele e à inclusão social. Para atingir tais objetivos, os projetos executados devem seguir, como linhas gerais, abordagens participativas.

No contexto catarinense, o mesmo período (fins da década de 1980 até atual) é marcado por importantes transformações estruturais e de orientações filosóficas do serviço de extensão rural oficial. Em 1991 ocorre a fusão entre a ACARESC, EMPASC (Empresa de Pesquisa Agropecuária de Santa Catarina), ACARPESC (Associação de Crédito e Assistência Pesqueira de Santa Catarina), IASC (Instituto de Apicultura do Estado de Santa Catarina) e EMATER/SC (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Santa Catarina) constituindo a **Empresa de Pesquisa Agropecuária e Difusão de Tecnologias** (FURTADO et. al., 1996). Mas, segundo os mesmos autores, somente em 1995 que a **EPAGRI** passa a se chamar **Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S. A.** permanecendo o foco de suas ações voltado à geração e difusão de tecnologias.

Em 2002 o Governo do Estado de Santa Catarina negociou com o Banco Mundial o Projeto de Recuperação Ambiental e de Apoio ao Pequeno Produtor Rural-Microbacias 2 (PRAPEM/MB2), tendo como um de seus pressupostos a participação dos segmentos sociais do meio rural no desenvolvimento das atividades a serem executadas. A Epagri é uma das principais instituições executoras das ações do referido projeto e, tal qual as demais entidades voltadas à extensão rural no País, atuou no decorrer de sua existência segundo os preceitos da difusão tecnológica na extensão rural. Nesse processo de transformação na base de suas ações (difusionismo – participação), importantes questões foram e continuam sendo colocadas tanto interna como externamente à instituição, sendo elas: Como atuar na perspectiva da participação social? O que isso implica? O que exige? O que abandonar da abordagem já conhecida? Como atuar em processos de troca/construção de conhecimento? Como ampliar a participação e também trabalhar em conjunto com outras entidades, como universidades?

Tais questões também compõem a problemática que orienta esta pesquisa, devido ao projeto que se está analisando se desenvolver neste contexto. Para buscar alguns elementos que possam contribuir nesta análise é que se procurará a seguir compreender, à luz da literatura, um pouco sobre as abordagens participativas para a construção de conhecimento, buscando ressaltar suas características, potencialidades e desafios.

1.2 – A participação na extensão rural

O arado de ferro, por exemplo, foi inicialmente rejeitado pelos camponeses bolivianos indígenas que adoram a terra como a divindade Pacha Mama, pois o ferro do arado fere “A Mãe de todos nós” (BORDENAVE, 1983; p. 47).

Na Guatemala, o milho fornece talos para fazer cercas, palha para embrulhar comida quente e folhas para forragem, além de grãos, que devem satisfazer as preferências locais, quanto ao sabor, e ter a textura certa para a produção de tortilhas. Uma variedade de milho que não tenha essas características é inaceitável para a maioria dos agricultores, por mais que produza muitos grãos” (BUNCH, 1994; p. 109).

Somente a leitura destes pequenos relatos já nos dá muitos elementos para conhecermos a importância de se trabalhar com métodos participativos para geração de propostas tecnológicas na pesquisa-extensão rural. Nesses relatos, estão explícitos elementos extremamente importantes de serem respeitados e levados em consideração ao se trabalhar com populações rurais, como fatores culturais, religiosos, políticos, preferências pessoais e locais, praticidade e, logicamente, econômicos. É de conhecimento de todos que a forma como o difusionismo foi implementado com seus pacotes da revolução verde é simples demais para dar conta deste conjunto de fatores que orientam a lógica dos pequenos agricultores na tomada de decisão em seus sistemas produtivos.

Mas não poderíamos afirmar que os métodos de extensão empregados no modelo clássico já eram participativos? Afinal de contas, quem decidia por adotar ou não determinado pacote tecnológico sempre era o agricultor. No âmbito desta pergunta, muitos responderiam até hoje que sim. Porém, analisando a citação acima, constatamos que participação é muito mais do que simplesmente decidir sobre adotar ou não determinada tecnologia. Neste sentido, outras perguntas se colocam: Que tipo de participação estamos falando? O que pretendemos com ela?

A participação pode ser um meio utilizado para se atingir diversos fins. No âmbito da promoção do desenvolvimento rural, entre tantos possíveis, destacamos dois: com vistas a legitimar processos e com vistas a construir processos. No primeiro caso, o público “beneficiário” de um projeto é convidado (muitas vezes, convocado) a comparecer em uma reunião em que será relatada e apresentada uma proposta para a execução de tal projeto. A participação, neste caso, é restrita a tomar conhecimento da proposta e a consentir com ela,

sem direito à discussão. Esta participação é medida e comprovada mediante o número de nomes em uma lista de presença da reunião. Possui a capacidade de reforçar as relações de dominação e dependência deste público “beneficiário”, tendo em vista que é passada uma idéia de que todos possuem o mesmo poder de decisão, quando, na verdade, todas as decisões já foram tomadas antes mesmo da reunião.

No segundo caso, o público “beneficiário”, primeiramente, deixa de ser considerado como tal e passa a ser considerado como grupo de interesse. São convidados a discutir e problematizar as necessidades, suas e da comunidade, e a definir propostas que busquem possíveis soluções, não só dividindo, mas também compartilhando responsabilidades. Possui a capacidade de reforçar as idéias de autonomia, autogestão e espírito de cooperação, em que todos exercem os mesmos poderes de decisão.

É natural que existam diferentes entendimentos a respeito de participação, até mesmo para os que atuam dentro de uma mesma linha entre estas duas. No contexto desta dissertação, consideraremos o segundo caso, participação para construir processos, como linha orientadora da discussão, tentando mostrar o conjunto de características apresentadas por diferentes autores que tratam da participação no desenvolvimento rural.

1.2.1 – Processos participativos – possibilidade para a construção de conhecimento

De um modo geral, a literatura relativa ao tema preconiza que, ao se adotar a perspectiva da participação no trabalho da pesquisa-extensão rural desenvolvido junto a comunidades, é possível não somente alcançar objetivos meramente econômicos e produtivos, mas também objetivos humanos mais amplos, como suprir necessidades básicas, aumentar a auto-estima e a autoconfiança, desenvolver o senso de cooperação dentro da comunidade e também desenvolver a autonomia das pessoas para a tomada de decisão na solução de seus problemas prioritários.

Trabalhar na perspectiva participativa impõe uma série de transformações teóricas e também nas formas de agir de técnicos e instituições. Há, inicialmente, a necessidade de uma postura articuladora de saberes em detrimento de uma atitude de persuasão junto aos agricultores (RAMOS, 2006).

O conhecimento é constituído através dos meios como as pessoas categorizam,

codificam, processam e imprimem significado a suas experiências, ou seja, é resultado de distinções humanas. É construído, ao mesmo tempo, de forma coletiva e individual. Coletiva, pois é fruto de inter-relações sociais ocorrendo através do compartilhamento de interesses dos diferentes atores; e individual, porque estes atores captam as informações sempre respeitando seus aspectos cognitivos (GUIVANT, 1997; MATURANA, 1997), ou seja, conhecimentos, assim como valores, comportamentos, idéias e conceitos são o resultado de uma construção histórica e de experiências adquiridas pelos indivíduos (como construção social) na sua relação com o meio e com sua realidade física e social (MUSSOI, 2006). Portanto, incapaz de ser repassado.

“É sabendo que sabe pouco, que uma pessoa se prepara para saber mais” (FREIRE, 1983; p. 51). Através destas palavras de Paulo Freire, podemos entender que o conhecimento não está em uma fonte e nem mesmo é gerado por ela, ele é fruto de adaptações e reestruturações, por isso dinâmico. Somente sujeitos, numa relação dialógica, são capazes de gerar e ampliar conhecimentos, através da ação e da reflexão, e/ou através de um processo de recriação ou reelaboração de conhecimentos já existentes (MUSSOI, 2006). Um saber novo é sempre gerado em um saber que passou a ser considerado ultrapassado, mas que antigamente este era considerado como sendo o saber novo, também gerado em um saber velho (FREIRE, 1983).

Para que ocorra um diálogo perfeito entre a teoria e a prática, se faz necessário compreendermos dois tipos de sistemas de conhecimento: o sistema de conhecimento local (popular) e o sistema de conhecimento científico. Faz-se necessário compreender que os agricultores se constituem como parte de uma rede social, cujas informações são trocadas e estratégias são discutidas (KAMP; SCHUTHOF, 1991). Por meio dessa rede, o conhecimento local é construído, desenvolvido e intercambiado, formando uma “rede de conhecimento” baseada no saber, nas concepções, nas crenças e percepções, refletindo o ambiente social, econômico, político e religioso, nos quais estão inseridos. Segundo Boef (2006), a utilização de abordagens participativas permite que o conhecimento científico³ incremente o conhecimento local⁴; e acrescentamos ainda que o conhecimento local proporciona uma base

3 Entende-se por conhecimento científico como sendo aquele capaz de explicar algum fenômeno por meio da proposição de um mecanismo responsável por gerar tal fenômeno (MATURANA, 1997). É considerado como sendo um conhecimento racional, objetivo, lógico e confiável, exato e falível, verificável e não definitivo, determinado pelo uso de métodos e orientado por testes de hipóteses (LAKATOS; MARCONI, 1991). É visto como sendo detentor de um maior poder, devido a sua capacidade de agir a distância, reduzindo numerosos elementos à leis universais válidas para qualquer contexto (GUIVANT, 1997).

4 Entende-se por conhecimento local aquele gerado através de observações de determinados fenômenos, é transmitido de geração à geração por meio de educação informal e da oralidade se caracterizando como sendo

interessante para orientar a busca do conhecimento científico.

Considerar e articular o diálogo destes saberes se constitui num desafio não apenas de comunicação, mas também pedagógico (BORDENAVE, 1983). Pedagógico porque é o que determina como o conhecimento será tratado. Dependendo da estratégia pedagógica adotada, o conhecimento pode ser utilizado como uma ferramenta de “aprisionamento” ou de “libertação” das pessoas. A ação de se gerar ou de se trabalhar uma nova tecnologia pode ser realizada por mera transmissão, por manipulação de comportamentos na direção de um objetivo pré-estabelecido ou por um trabalho dialógico baseado na problematização de situações concretas (BORDENAVE, 1983). Os dois primeiros são mais rápidos, porém destituem os “aprendizes” de seus próprios saberes, exercendo uma relação de dominação e de dependência, por isso aprisionam; enquanto o terceiro se apresenta mais demorado, porém mais adequado a responder às necessidades reais, além de permitir plena compreensão dos princípios da técnica a ser trabalhada e de proporcionar uma maior autonomia, por isso liberta.

Mediante o diálogo entre conhecimentos (do técnico/pesquisador e do agricultor), é possível se problematizar o próprio conhecimento, em sua indiscutível relação com a realidade concreta, na qual é gerado e sobre a qual reflete, visando melhor compreendê-la, explicá-la e, por conseqüência, transformá-la (FREIRE, 1983). Neste sentido, poderíamos afirmar então que geração/transferência de tecnologia significaria comunicação/diálogo de conhecimentos. Para tanto, faz-se necessário criar espaços para que o conhecimento já existente seja ensinado e aprendido, bem como estabelecer momentos destinados à produção do conhecimento ainda não existente (RUAS et al., 2006).

Transformar a atividade extensionista em uma ação de caráter educativo e em uma prática transformadora implica uma interação mais estreita entre pesquisadores/extensionistas e agricultores, representando também uma mudança significativa no papel e na postura de cada um, haja vista que ambos passam a firmar um compromisso com tal processo educativo, envolvendo a arte de ensinar, aprender, pesquisar e socializar (RUAS et al., 2006). As interações destes atores mudariam, portanto, de um controle coercivo e sistema de ensino convencionais para um papel de facilitador e sistemas de aprendizagem participativa (BOEF, 2006). Necessitando, assim, priorizar os interesses sociais frente aos interesses individuais, valendo-se para relacionamentos tanto técnico-agricultor quanto agricultor-agricultor. Uma

pouco sistemático, subjetivo e local (LAKATOS; MARCONI, 1991; GUIVANT, 1997).

relação de confiança mútua e a busca pelo bem-estar comum são requisitos básicos ao sucesso de processos participativos (FARIAS, 2000).

A busca por uma maior interação entre técnicos e agricultores e também um processo de comunicação bilateral semiformal permite aos agricultores assumirem papéis, ao mesmo tempo de gerador, comunicador, avaliador de idéias exteriores e usuário. Enquanto que os técnicos assumem também, ao mesmo tempo, papéis de moderador, pessoa de recurso, co-pesquisador e professor (BOEF, 2006). Com isso, os agricultores passam a ser vistos como geradores de conhecimentos, informações e propostas. Não estando mais interessados em que alguém de fora proponha soluções “fáceis” para seus problemas, querem discutir, aprender, serem entendidos, compreendidos, ajudados, e não dirigidos (HOCDE, 1999). Passam somente a aceitar o técnico se este lhes esclarece perfeitamente que seu trabalho consiste em apenas facilitar-lhes o processo de tomada de decisão e não de decidir por eles (FARIAS, 2000). Portanto, o que se difunde são idéias, e não pacotes.

A atuação do técnico-extensionista, ao seguir estes princípios, possivelmente pode partir de uma série de observações e indicações de autores que teorizam sobre o desenvolvimento rural. Neste contexto, Bunch (1994) coloca que os objetivos de um projeto ou programa devem ser sempre definidos com a participação de agricultores, com vistas a superarem seus problemas mais imediatos, pois o que eles querem é um trabalho que responda não às necessidades gerais da região, mas às suas próprias necessidades. Ainda que um aumento na renda represente uma dessas necessidades e possa permitir que as pessoas se alimentem, vistam, morem e se eduquem adequadamente, esse aumento por si só não garante tais benefícios.

Os agricultores não querem mais que se “fale para eles”, e sim o que realmente desejam é que se “converse com eles” (BOX, 1987). Buscam serem ouvidos e não simplesmente ouvintes, “alvo” de um projeto de “desenvolvimento”. Até porque, segundo Bunch (1994), o verdadeiro desenvolvimento, entre outras coisas, está na realização de um processo através do qual as pessoas aprendem a cuidar de suas próprias vidas e a resolver seus próprios problemas. O saber “como foi feito”, neste caso, é muito mais importante do que saber “aquilo que foi feito”, ainda que ambos aspectos devam caminhar juntos.

Neste sentido, alguns autores chamam a atenção para a necessidade de uma maior integração entre os processos de pesquisa, geração e comunicação de tecnologias, mediante um estreito diálogo entre a pesquisa, a extensão e o agricultor (BOX, 1987; HOCDE, 1999;

FARIAS, 2000). Em trabalhos participativos, as ações de pesquisa e extensão estão “grudadas” por meio de constantes processos de retro-alimentação. Nesses processos, ao invés de o serviço de extensão ser a última etapa do trabalho de geração de uma tecnologia, ele está presente desde o início, dialogando, ao mesmo tempo, com os agricultores e com os pesquisadores.

Neste sentido, podemos afirmar que processos (pode ser uma pesquisa, um projeto, um programa ou uma atividade de extensão) participativos demandam constantes trabalhos de reflexão e ação, em que a teoria e a prática andam juntas. Para tanto, se faz necessário planejar ações que respeitem, entre seus objetivos, requisitos como especificidade, flexibilidade e sensibilidade (BUNCH, 1994).

Nesse contexto e diante dessa perspectiva que, em 2004, a Epagri, através do PRAPEM/MB2, financiado pelo Banco Mundial e tendo como pressuposto a participação, iniciou um processo de capacitação de seus técnicos, destinado a qualificá-los para atuar com uma outra abordagem a pesquisa participativa. Para tanto, a estratégia adotada foi a realização de seminários, cursos e projetos que tinham como base esses pressupostos em diversas regiões do Estado de Santa Catarina. Nesses eventos, foi estimulada não só a participação dos pesquisadores e extensionistas da própria instituição como também pertencentes a diversas outras de caráter público e da sociedade civil organizada, além de professores e alunos de instituições de ensino e de profissionais autônomos de formações diferenciadas.

Tal situação resultou na formação de equipes multidisciplinares em 08 regiões do Estado de Santa Catarina, denominadas de Unidades de Planejamento Regionais (UPRs), com o intuito de desenvolverem projetos-piloto de pesquisa participativa (PINHEIRO; BOEF, 2006). O município de São Bonifácio pertence a UPR7, que abrange a região do litoral catarinense, juntamente com outros 19 municípios. O importante a se observar nessa proposta é que uma instituição que tradicionalmente realiza um serviço de extensão rural público, baseado na teoria difusionista/innovador, como é o caso da Epagri, hoje se propõe a trabalhar de forma diferenciada, mesmo que de maneira ainda muito incipiente, disposta a promover o diálogo entre técnicos e pesquisadores, pertencentes a ela mesma e a outras instituições, e agricultores.

Dentre esses projetos-piloto, encontramos o caso de São Bonifácio, que teve como objetivo principal “Promover a melhoria da renda e da qualidade de vida dos agricultores familiares da Microbacia do Rio do Poncho, São Bonifácio, Santa Catarina, pela

potencialização da capacidade produtiva da diversidade de pastagens nas experiências inovadoras do “Grupo do Pasto” (EPAGRI, 2005; p. 08). A relevância desta proposta está justificada pela importância que a atividade leiteira tem para a região de São Bonifácio, a qual representa uma das principais atividades econômica, ao lado da produção de fumo.

O início desse processo foi marcado pela criação, em 2004, do Grupo do Pasto, formado por 40 famílias, com o objetivo principal de discutir coletivamente (entre técnicos e pesquisadores da Epagri, produtores de leite do município, Secretaria Municipal de Agricultura, técnicos de um dos dois laticínios privados do município e pesquisadores da UFSC) temas relacionados à melhoria de sistemas de produção empregados e à implantação do sistema de produção Pastoreio Racional Voisin (PRV). Em meados de 2005, este projeto passou a abranger outras duas regiões do município, além daquela inicialmente estabelecida, a da microbacia do Rio do Poncho. Estas duas áreas, juntamente com a do Rio do Poncho, formam as principais microbacias do município, a do Rio Sete e do Rio Capivari⁵.

A partir de experiências vividas por esse grupo, surgiram novas demandas por pesquisas que visassem a melhoria das condições sócio-econômicas dos agricultores e compatibilizassem os interesses de uso e conservação dos recursos naturais da região. Neste contexto, emergiram novos processos participativos⁶, entre os quais pode-se destacar duas propostas de pesquisa participativa que deram origem a duas dissertações de mestrado. Uma delas focou a demanda por sombreamento nos piquetes, visando o bem-estar dos animais, e a outra visando discutir a paisagem e o uso do solo com base na legislação ambiental e na percepção dos agricultores locais. A elaboração e a execução das pesquisas foram realizadas em conjunto, envolvendo 12 famílias de agricultores familiares residentes nas três microbacias.

O tema relacionado com o sombreamento dos piquetes foi desenvolvido e pesquisado dentro do Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas, em nível de mestrado, na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), sob o título “Sistemas Agroflorestais

5 Todo o contexto deste projeto piloto, desde o período de colonização alemã até a formação do Grupo do Pasto, é abordado de maneira mais detalhada por Caporal (2007).

6 Dentre os novos processos participativos desencadeados em São Bonifácio podemos citar: estudos e práticas de tecnologia da melhoria da pastagem; arranjos silvipastoris; espacialidade ambiental; estudos de tecnologias apropriadas das atafonas; design gráfico dos produtos artesanais da agricultura familiar local; e marca territorial de São Bonifácio. Tais processos foram desenvolvidos através de parcerias entre a comunidade local de agricultores familiares, Prefeitura Municipal de São Bonifácio, UDESC, UFSC, Epagri MB2, e Laticínios Doerner. (informações obtidas de pôster publicado por José Giovanni Farias et. al., no I Colóquio Internacional sobre Desenvolvimento Territorial Sustentável realizado em Florianópolis-SC de 22 a 25 de agosto de 2007).

Pecuários: rumo à construção participativa com o Grupo do Pasto em São Bonifácio, SC” (CAPORAL, 2007). Teve por objetivo realizar um estudo etnobotânico a respeito dos usos de espécies florestais, culminando na elaboração de diferentes arranjos de sistemas silvipastoris (CAPORAL, 2007). Com relação à discussão da legislação ambiental, o tema foi desenvolvido e pesquisado no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Geografia, em nível de mestrado, na mesma instituição de ensino, sob o título “Transformação da paisagem em São Bonifácio – SC: a interface entre a percepção de agricultores familiares, as práticas de uso do solo e os aspectos da legislação ambiental” (ALARCON, 2007). Seu objetivo foi analisar as implicações da legislação ambiental sobre a dinâmica da floresta e as atividades de uso do solo pelos agricultores do Grupo do Pasto, evidenciando a transformação da paisagem desde 1950 até 2002 (ALARCON, 2007).

Este estudo se debruçará particularmente na análise do trabalho da proposta de pesquisa participativa referente aos sistemas silvipastoris, uma vez que este pesquisador esteve e está acompanhando tal processo há mais tempo e também por possuir uma maior identificação com o tema. Porém, antes de se definir com maior clareza os objetivos e procedimentos que orientam este trabalho, julga-se necessário fazer uma breve reflexão sobre as metodologias desenvolvidas em processos participativos, visando subsidiar o desenvolvimento deste estudo.

1.2.2 – Processos participativos – métodos, ferramentas e/ou transformações internas?

Para desenvolver processos de desenvolvimento rural, que tenham entre seus pressupostos a participação, há uma série de metodologias e ferramentas participativas elaboradas e executadas no Brasil e no mundo.

Esses métodos participativos possuem sua origem em agentes preocupados com a pouca efetividade dos métodos convencionais, baseados no simples difusionismo de conhecimentos. Por conta disso, devemos ter sempre em mente que não se tratam de métodos fechados aptos a serem aplicados em qualquer região, sob qualquer perspectiva, senão estaríamos caindo no mesmo erro do difusionismo, e sim de princípios metodológicos, pois cada método foi originalmente gerado em um determinado contexto (histórico, cultural, político de uma região e/ou de uma instituição), disposto a resolver uma situação específica.

Sendo assim, deve seguir linhas gerais de execução, estando sempre aberto a adaptações conforme as especificidades de cada caso.

Cada método possui um nome e um conjunto de objetivos e atividades a que se propõe a atender. Estas atividades são realizadas através da utilização de um conjunto de ferramentas. Tais ferramentas são escolhidas de acordo com os objetivos do método empregado, do público ao qual se trabalha e da especificidade do conhecimento que se deseja construir ou reelaborar. A utilização de ferramentas adequadas é um fator importante para o sucesso ou não do método utilizado.

Podemos destacar diversos métodos participativos (ou princípios metodológicos) empregados na promoção do desenvolvimento rural no Brasil e em diversas regiões do mundo e que apresentam um variado conjunto de ferramentas participativas que auxiliam na execução de cada um. Entre tantos existentes, podemos citar: ECAs (Escolas de Campo de Agricultores), CIAL (Comitê de Investigação Agrícola Local), A/Es (Agricultores Experimentadores), Campesino a Campesino, PPAA (Pesquisa Participativa de Aprendizagem e Ação), DPT (Desenvolvimento Participativo de Tecnologias) e MEXPAR (Metodologia Participativa de Extensão Rural para o Desenvolvimento Sustentável). O objetivo aqui não é descrever cada método, até por que há uma vasta literatura sobre o assunto (KAMP; SCHUTHOF, 1991; FARIAS, 2000; BOEF, 2006; RUAS et. al., 2006; entre tantos outros), e sim, apresentar e discutir aspectos gerais. É importante também salientar que nenhum método é melhor do que outro; cada um possui pontos fortes e fracos, o que os tornam mais ou menos aptos para cada tipo de situação.

Os métodos participativos de geração de tecnologias possuem características comuns por serem, em geral, métodos de pesquisa participativa dispostos a dar suporte aos agricultores que, mediante o conhecimento de técnicas simples de experimentação, possam realizar testes em suas propriedades, com o intuito de aprimorar seus sistemas produtivos, pois a capacidade de os agricultores realizarem experimentos torna-se uma interessante estratégia para sua autonomia e para a melhoria das tecnologias geradas, sempre muito dinâmicas (BUNCH, 1994).

Do mesmo modo, surgiram a partir da necessidade de que boas idéias a respeito de novas tecnologias chegassem ao conhecimento de um maior número possível de agricultores, adotando como estratégia principal a comunicação entre eles mesmos.

Isso resultaria então em uma redução da importância do técnico-extensionista no

campo? Parece-nos que não. E por que não? Porque se assume como pressuposto que “o mundo representado, e não o mundo em si mesmo, é constituído através de processos de comunicação” (BAUER; GASKELL, 2005; p. 20), ou seja, processos participativos pressupõem uma relação dialógica entre o técnico e o agricultor, não havendo uma soberania ou total independência de nenhum destes dois tipos de conhecimentos em relação ao outro. Não há um detentor e um receptor do conhecimento; ambos acabam se caracterizando como aprendizes. O que há na verdade é uma maior interdependência destes conhecimentos, reconhecendo-os como sendo diferentes, porém, complementares. O produto da estreita relação entre estes conhecimentos constitui-se um dos objetivos finais dos métodos participativos.

Esperamos que as potencialidades de se trabalhar com processos participativos tenham ficado claras e evidentes no decorrer do texto, tendo por características principais a valorização do saber do agricultor, o respeito a sua cultura, a horizontalidade de processos, o estímulo ao sentimento de cooperação, o aumento da auto-estima do indivíduo e do grupo ao qual pertence, o fortalecimento de identidade local, além da busca pela autogestão e autonomia das populações rurais. Porém e apesar de tudo isso, se trabalhar com participação, ainda é sinônimo de superar muitos desafios. Desafios estes presentes em diversas instâncias, tanto institucional/financeira quanto individual.

Tendo em mente que “na maioria das culturas, a participação é uma arte que se aprende” (BUNCH, 1994; p. 24), trabalhar com participação exige uma certa transformação interna das pessoas (técnicos e agricultores) e, conseqüentemente, de instituições. Em relação aos técnicos, um dos fatores limitantes para se trabalhar com abordagens participativas com pequenos agricultores decorre de sua baixa capacidade técnica para atender aos sistemas de produção (FARIAS, 2000). Isso se justifica pela dificuldade de os técnicos entenderem a propriedade do pequeno agricultor como um todo, e que sua lógica de produção é orientada por diversos fatores, além da busca por retorno econômico, como mão-de-obra disponível, acesso a mercado e recursos naturais disponíveis. A dificuldade dos técnicos pode ter origem também no conflito entre paradigmas que passam a enfrentar quando se propõem a trabalhar com abordagens participativas. Há o confronto “Receitas Culinárias” versus “Processo Facilitador” ou “Processo de Aprendizagem” (BOEF, 2006). Os técnicos são “formatados” pela academia para trabalharem dentro do paradigma de receitas prontas, e muitas vezes o próprio meio profissional onde atuam exige isso. Porém, há profissionais que optam por

seguir abordagens participativas com vistas a construir conhecimentos, mas necessitam primeiramente desconstruir ou reconstruir seu próprio paradigma (BOEF, 2006). Há ainda, segundo Paulo Freire, um outro dilema a ser enfrentado por técnicos-extensionistas,

se transforma seus conhecimentos especializados, suas técnicas, em algo estático, materializado, e os estende mecanicamente aos agricultores, invadindo indiscutivelmente sua cultura, sua visão de mundo, estará de acordo com o conceito de extensão e estará negando o homem como ser de decisão. Se, ao contrário, o afirma através de um trabalho dialógico, não invade, nem manipula, nem conquista, nega, então, a compreensão do termo extensão (FREIRE, 1983; p. 48 **Tradução nossa**).

Mesmo que superem este dilema, fica ainda a pergunta: Como e onde identificar e formar os investigadores, técnicos ou extensionistas com vocação para trabalhar com estas abordagens participativas? Os técnicos devem estar capacitados à construir/adaptar métodos e conhecimentos em conjunto com os agricultores e não simplesmente “repassar” um conjunto de técnicas agrícolas para melhorar a produtividade de acordo com critérios de alguém de fora. Além disso, deve esclarecer aspectos relativos a necessária co-responsabilidade das ações de pesquisa-extensão rural entre o técnico e o agricultor.

O papel do técnico-extensionista tem que ser comparado ao de um espelho; suas perguntas devem ter a capacidade de auxiliar a comunidade a analisar sua situação, encontrando diferentes formas de melhorá-la (KAMP; SCHUTHOF, 1991). Neste sentido, acrescentaríamos mais um “dilema existencial” ao técnico-extensionista tradicional: ele deve ser responsável por apresentar perguntas ou respostas à comunidade com a qual trabalha?

Kamp e Schuthof (1991; p. 37) afirmam que “a população rural deveria participar ativamente do desenvolvimento de suas comunidades”. Mas também levantam uma questão: “A população rural tem tempo para discutir todos os seus problemas?” (KAMP; SCHUTHOF, 1991; p. 41). E perguntaríamos ainda: Será que muitas delas querem ou estariam dispostas a discutirem seus próprios problemas? Será que algumas delas não estariam meramente interessadas que alguém propusesse rapidamente uma solução para seus problemas?

Participação, segundo Ruas et al. (2006), constitui-se em algo que precisa ser continuamente reconquistado, pois existe como conquista processual. Para exercer a participação, é necessário que sejam pessoas capazes de questionar e refletir criticamente a respeito da realidade na qual se encontram inseridas (RUAS et al., 2006). Será que em nosso

País encontramos muitos agricultores com esse perfil? Nosso sistema educacional nos prepara para que sejamos cidadãos críticos?

Considerando esses pressupostos, estaríamos afirmando que existem diferentes graus de importância de participação de acordo com as características de diferentes atores. Pensando desta maneira, não estaríamos favorecendo que pessoas mais esclarecidas e lideranças locais se sobrepusessem nas decisões de um determinado grupo, negando uma das principais vantagens em se optar por processos participativos, que é fazer com que haja uma articulação de diferentes interesses?

Estes questionamentos revelam que a pesquisa participativa, apesar de estar sendo discutida há aproximadamente três décadas, encontra-se, em termos conceituais e metodológicos, em uma fase ainda embrionária. Probst et al. (2003) afirmam que há um grande número de atividades diferentes sob o rótulo de “pesquisa participativa”. Muitos trabalhos vêm sendo desenvolvidos com uma utilização acrítica de abordagens participativas que, muitas vezes, continuam sendo orientadas por pensamentos positivistas, tornando essas experiências em apenas “um pouco mais do mesmo” (GOMES, 2001). A participação, em muitos casos, é compreendida como sendo o mecanismo que propicia que determinadas atividades sejam desenvolvidas de acordo com os desejos e necessidades do “público beneficiário”, ou seja, devem partir de “baixo para cima”. No entanto, participação pressupõe articulação de saberes e interesses entre diversos atores, e essa articulação só pode ser realizada mediante a realização de processos horizontais e não verticais. Pois, em processos verticais orientados de “baixo para cima” os atores “beneficiários” são tratados como clientes, com os quais se detecta o problema e alguém de fora (“detentor do saber”) transmite unilinearmente uma solução. Por outro lado, em processos horizontais ocorre a problematização de uma determinada situação e suas possíveis soluções são construídas coletivamente, mediante processos dialógicos entre os diferentes atores.

Probst & Hagman (2006), dão importante contribuição a essa discussão ao relatarem que em boa parte dos casos a pesquisa participativa ocorre como uma forma de enriquecer o modelo de transferência de tecnologia na medida em que se consideram o conhecimento e os interesses dos agricultores na investigação científica para se gerar uma nova tecnologia. Melhor dizendo, a pesquisa participativa constitui-se muito mais em uma articulação de saberes com o intuito de adaptar uma determinada tecnologia a um local específico do que em um método para gerar novas tecnologias.

Bentley (1997) revela em seu estudo que há poucos registros de tecnologias que tenham sido geradas por meio de interação formal entre pesquisadores e agricultores. Killough (2006) relata um estudo feito na África, o qual revelou que apenas 15% dos “experimentos conduzidos por agricultores” resultaram em uma nova tecnologia, considerando que se mostraram muito mais complementares do que sinérgicos à pesquisa científica formal e que estão mais relacionados à extensão do que propriamente à pesquisa.

A literatura faz algumas críticas ao público com o qual a pesquisa participativa se propõe a trabalhar e com o qual ela realmente trabalha. Há dificuldades em se lidar com situações em que um agricultor exerce determinados tipos de influência sobre os demais de seu grupo. Além disso, geralmente, os que participam não são os mais pobres, e sim aqueles que possuem estrutura mínima, como saber ler, escrever, capacidade de compreender, observar, anotar e, talvez, aqueles que possuem sistemas de produção melhor desenvolvido ou de maior interesse dos pesquisadores (GOMES, 2001).

Neste sentido, Probst et al. (2003) relatam alguns estudos que demonstram que projetos realizados por algumas Ongs proporcionaram um baixo envolvimento de atores locais. Demonstram ainda que grupos tradicionalmente marginalizados (mulheres, jovens, idosos), teoricamente foco de processos participativos, só foram “incluídos” (chamados a participar) em estágios finais do processo, quando as tecnologias já haviam sido definidas e já se encontravam aptas a serem difundidas (PROBST et al., 2003).

Outro desafio demonstrado em experiências de pesquisa participativa é a dificuldade em se manter uma continuidade dos trabalhos desenvolvidos. A importância de haver esta continuidade se justifica no fato de que pesquisa participativa parte da valorização do conhecimento local através do resgate de técnicas tradicionais na busca de alternativas futuras (GOMES, 2001). Não havendo isso, corre-se o risco de se realizar apenas trabalhos pontuais, contrariando a lógica da pesquisa participativa de gerar processos, e não apenas produtos.

Bentley (1997) relata uma pesquisa realizada com 25 estudos de caso de pesquisa participativa que revelou a dificuldade em manter a participação dos agricultores para etapas além das iniciais, como de diagnóstico, por exemplo. Gomes (2001) afirma que essa dificuldade pode ser compreendida pelo fato de a participação continuada, de certa forma, “prejudicar” os agricultores no desenvolvimento de suas atividades na propriedade.

Portanto, o que devemos compreender é que se trabalhar com processos participativos nos proporciona uma série de potencialidades, porém não devemos fechar os olhos para os

limites dessas abordagens. Devemos estar sempre atentos ao fato de que trabalhar com processos participativos trata-se de uma transformação interna de cada indivíduo e de instituições, significando uma forma de viver e se relacionar diferenciada, baseada no saber ouvir e na aprendizagem mútua, despida de intenções de dominação e invasão cultural. Por ser orientado por princípios metodológicos e não métodos fechados, um processo participativo pode trazer nele mesmo as respostas para se enfrentar os desafios que se apresentam.

As idéias apontadas até aqui a respeito do que são processos participativos e o que implica se utilizar de tais abordagens em ações de pesquisa-extensão rural, bem como seus limites e desafios, servirão como alicerce para a análise e discussão do processo participativo para elaboração de possíveis arranjos silvipastoris ocorrido em São Bonifácio, contexto desta pesquisa. Através dos questionamentos levantados e de alguns entendimentos sobre o que seria um processo participativo, apresentados ao longo deste capítulo, é que se procurará olhar para o caso de São Bonifácio e se buscará compreender o que os diferentes atores-chave envolvidos em tal processo entendem por participação.

Ao longo desta discussão, procuraremos estar atentos a algumas questões como: de que tipo de participação estamos falando? Que interesses estão entremeados no discurso da participação? Que divergências emergem deste processo participativo?

Com vistas a dar conta de tal reflexão, o objetivo geral desta pesquisa é *Identificar e analisar o entendimento coletivo sobre participação entre os atores (técnicos e agricultores) de São Bonifácio-SC, envolvidos na pesquisa participativa sobre arranjos silvipastoris*. Para tanto, serão identificadas e analisadas as características do processo participativo sobre arranjos silvipastoris a partir de atores-chave e também se identificará e analisará, sob a percepção desses atores, as potencialidades e os desafios de se utilizar uma abordagem participativa nas ações de pesquisa-extensão rural.

A fim de atingir o objetivo desta pesquisa, foram adotados alguns procedimentos metodológicos, os quais se encontram detalhados a seguir.

1.3 – Procedimentos metodológicos

A pesquisa se desenvolveu a partir de um enfoque teórico-metodológico de abordagens participativas em ações de pesquisa-extensão rural. Apresenta-se como uma

pesquisa de caráter qualitativo, utilizando-se de instrumentos metodológicos, como observação direta e realização de entrevistas semi-estruturadas com atores-chave, procurando analisar as informações mediante comparação com aspectos levantados por experiências semelhantes apresentadas na literatura. A presente pesquisa transcorreu no período de abril de 2006 a novembro de 2007, com uma seqüência de etapas com dois objetivos distintos: 1º) Reconhecimento do campo de trabalho e adaptação da proposta de pesquisa; 2º) Execução da pesquisa.

1.3.1 – Reconhecimento do campo de trabalho e adaptação da proposta de pesquisa

Este passo se caracterizou como a primeira aproximação do campo de trabalho, ocorrida no período de abril a setembro de 2006, mediante o acompanhamento da realização de algumas etapas que constituíram a pesquisa participativa a ser analisada. O acompanhamento dessas atividades teve extrema importância para a seqüência dos trabalhos do presente estudo, na medida em que propiciou uma maior apreensão da realidade local; integração com os agricultores e os técnicos envolvidos no processo; bem como o embasamento necessário para se chegar à atual proposta de pesquisa. Quivy e Campenhoudt (1992) afirmam que há diversas formas de se realizar esta etapa exploratória, como através de realização de entrevistas, observações e leituras. No âmbito desta pesquisa, as estratégias adotadas foram leituras e observações.

No período de outubro de 2006 a novembro de 2007, desenvolveram-se as seguintes atividades:

- participação no Grupo Estadual de Pesquisa, Extensão e Aprendizagem Participativa (PEAP) da Epagri, o qual teve o propósito de refletir sobre o desenvolvimento dos 10 projetos-piloto sob o enfoque da pesquisa participativa, desenvolvidos dentro do PRAPEM/MB2. Neste grupo, foram realizados encontros de discussão semanais, buscando refletir conceitual e metodologicamente sobre a pesquisa participativa;
- participação no 5º Encontro Estadual de Capacitação em Pesquisa Participativa, realizado em novembro de 2006, na Estação Experimental da Epagri do município de Campos Novos/SC; e no 6º Encontro Estadual de Capacitação em Pesquisa Participativa,

realizado em novembro de 2007, no Centro de Treinamento da Epagri do município de São Joaquim/SC; Onde estiveram presentes todas as equipes regionais da Epagri, cujo objetivo foi refletir e debater sobre os 10 projetos em curso na instituição promotora do evento, focando os procedimentos metodológicos que envolvem a prática da pesquisa participativa;

– revisão teórica, em artigos científicos e livros, de temas relacionados a processos participativos na extensão rural, objetivando dar um maior suporte à elaboração do método a ser empregado nesta pesquisa.

A idéia de se realizar uma pesquisa com o objetivo de se identificar e analisar o entendimento coletivo a respeito de participação foi o resultado desta primeira fase. Através do acompanhamento dos trabalhos desenvolvidos em São Bonifácio e de conversas com os atores destes trabalhos é que se chegou à conclusão de que seria mais importante se fazer uma pesquisa no sentido de dar continuidade ao processo já desencadeado, e também de reflexão sobre este processo, ao invés de construir uma proposta nova. Neste sentido, se faz necessário um relato da situação na qual se elaborou e desenvolveu a presente pesquisa.

O contexto desta dissertação constitui-se nas etapas realizadas por Caporal (2007) em seu estudo. O objetivo final da pesquisadora foi a elaboração de possíveis arranjos de sistemas silvipastoris por doze famílias participantes do Grupo do Pasto. Para tanto, utilizou-se de métodos e ferramentas participativas com o intuito de garantir que os arranjos silvipastoris escolhidos contemplassem aspectos particulares de cada família e de sua propriedade. Em linhas gerais, as etapas⁷ realizadas correspondem a:

a) Diagnóstico do perfil da agricultura familiar de São Bonifácio:

Caracterizou-se por uma etapa inicial, de familiarização com o grupo de agricultores com o qual se pretendia trabalhar. Este diagnóstico foi realizado através da identificação das famílias agricultoras interessadas em participar da pesquisa e também através da caracterização do perfil sócio-econômico das unidades familiares de produção.

Primeiramente realizou-se uma reunião em que se explicaram os objetivos da proposta de pesquisa participativa, bem como as responsabilidades de cada um. Posteriormente, realizaram-se entrevistas semi-estruturadas com cada família identificada. A análise desses dados levantados permitiu que se chegasse a uma caracterização do perfil do agricultor familiar de São Bonifácio, participante da pesquisa.

⁷ Para um melhor entendimento e detalhamento destas etapas, ver Caporal (2007).

b) Realização de estudo etnobotânico:

O objetivo desta etapa foi o de valorizar o conhecimento das famílias agricultoras sobre as espécies arbóreas características da região onde vivem. Neste sentido, os métodos empregados foram a listagem-livre de espécies arbóreas conhecidas pela família e a turnê-guiada.

Durante a listagem-livre, os agricultores eram estimulados, mediante questões orientadoras feitas pela pesquisadora, a não só citar as espécies arbóreas que eles conheciam, mas também a relatar aspectos específicos de cada uma dessas espécies, como seus principais usos, formas tradicionais de manejo, características de crescimento e tipos de sombra.

A turnê-guiada foi realizada por meio de uma visita à propriedade de um dos integrantes do grupo, onde foi possível a identificação visual das espécies mais citadas e a sintonia do entendimento a respeito delas (tendo em vista que uma mesma espécie muitas vezes era citada por diferentes nomes comuns). Além disso, oportunizou uma troca de conhecimento entre os agricultores acerca dos aspectos específicos das espécies, já referidos anteriormente, e a discussão das potencialidades de cada uma para compor o arranjo silvipastoril.

c) Discussão e desenho de sistemas silvipastoris:

Esta etapa foi desenvolvida através da realização de duas oficinas: uma com os técnicos locais⁸ e outra com o grupo de agricultores. Além de terem sido realizadas separadamente, cada uma dessas oficinas teve um formato diferente. Porém objetivos comuns: refletir a respeito de diferentes arranjos silvipastoris possíveis de serem implantados em São Bonifácio.

A oficina realizada com os técnicos locais teve o propósito também de refletir a respeito das potencialidades e limites de se implantar sistemas silvipastoris. Para cumprir tal objetivo, foi proposto um conjunto de perguntas orientadoras como: a) *No seu entendimento, quais são os aspectos positivos e negativos da convivência entre as árvores e a pastagem?* b) *No seu entender, como deve ser a dinâmica temporal do sistema – tempo de permanência das árvores nos piquetes?* c) *Considerando a paisagem do município, no seu entendimento o sistema deveria ser composto por espécies: nativas, exóticas ou ambas? Ainda, quais as principais funções e características desejadas para tais espécies?* Com base nessa discussão e na apresentação de algumas propriedades hipotéticas, cada técnico foi convidado a elaborar

⁸ Não relatada no estudo de Caporal (2007), mas, por se constituir em um acontecimento importante para o contexto desta dissertação, se faz necessário aqui relatá-la.

um arranjo silvipastoril que considerava mais apropriado a essas propriedades. Posteriormente, cada um apresentou e discutiu sua proposta no grande grupo.

A oficina com o grupo de agricultores teve dois momentos-chave. O primeiro serviu para se definir padrões a respeito de critérios levantados pelos agricultores nas etapas anteriores. Estes padrões foram definidos tentando construir um entendimento coletivo a respeito do tipo de sombra (o que era uma sombra boa? O que era uma sombra ruim?), tipo de crescimento (o que era crescimento lento, moderado e rápido?) e facilidade de rompimento de galhos e troncos (o que era de rompimento fácil, médio e difícil?), estabelecendo parâmetros para cada um destes aspectos.

No segundo momento, realizou-se uma exposição a respeito de diversas formas possíveis de se pensar os arranjos silvipastoris e seus diferentes objetivos. Diante disso, cada agricultor recebeu o croqui de sua propriedade e desenhou as espécies que mais lhes interessavam, dispondo-as conforme as especificidades de sua área e de seus objetivos com elas. Esta oficina foi finalizada com a apresentação de cada agricultor do arranjo de sua preferência para discussão no grande grupo.

1.3.2 – Definição de um método para execução da pesquisa

Para se atingir os objetivos desta dissertação, optou-se por seguir um método baseado no proposto por Lefèvre e Lefèvre (2005), denominado de “Discurso do Sujeito Coletivo” (DSC). A escolha deste método se justifica pelo fato de que, conforme Lefèvre e Lefèvre (2005), um pensamento, uma idéia ou uma opinião se constitui sempre em um discurso. E a melhor maneira de descrever este pensamento, idéia ou opinião, de um indivíduo ou de uma coletividade, é coletando-o, processando-o e apresentando-o sob a forma de discurso.

Tal metodologia permite que, em um universo limitado, o próprio pesquisador componha a sua amostra, escolhendo os indivíduos para participar da pesquisa conforme as características que se deseja estudar (LEFÈVRE; LEFÈVRE, 2005). No contexto deste estudo, foram escolhidos seis (06) indivíduos, denominados atores-chave, que estiveram envolvidos no processo durante todo o período a ser analisado (Março-Dezembro de 2006). Estes atores-chave foram assim distinguidos: atores-chave 1 e 2 são os agricultores; atores-chave 3 e 4 representam o setor público, sendo o ator-chave 3 um técnico extensionista da Epagri, e o ator-chave 4, o secretário municipal da agricultura; ator-chave 5, que corresponde a um dos dois técnicos do laticínio que presta assistência técnica e compra o leite produzido

pelos atores-chave 1 e 2; por fim, ator-chave 6 representa os parceiros externos (UFSC). Esta distribuição tem por objetivo tentar evidenciar o conjunto de interesses e de convergências e divergências de pensamentos a respeito do processo, de acordo com tais categorias.

Para tanto, se fez necessário perguntar, de modo que esse conjunto de atores expressasse um pensamento, ou seja, um discurso. A estratégia adotada foi a elaboração de um roteiro de entrevista semi-estruturada⁹ composta por perguntas abertas capazes de promover um discurso. A escolha do método de entrevista semi-estruturada ocorreu devido a se considerar que a entrevista se constitui em uma forma de interação, uma troca de idéias e de significados, em que várias realidades e percepções são exploradas e desenvolvidas. Portanto, tanto o entrevistado como o entrevistador estão, de formas distintas, envolvidos em um processo de construção de conhecimento (BAUER; GASKELL, 2006).

O roteiro da entrevista era composto por sete (07) perguntas colocadas aos entrevistados nesta mesma ordem:

1. Como começou o trabalho que envolve as árvores e o pasto?
2. Você poderia me descrever como foi feito este trabalho?
3. De que forma você participou deste trabalho?
4. Que outras pessoas participaram também? Qual o papel delas?
5. Houve uma diferenciação na colaboração de agricultores e técnicos neste processo? Como foi isso?
6. O quê você tem a dizer a respeito da forma como se realizou o trabalho para a elaboração dos desenhos dos possíveis arranjos silvipastoris?
7. Você acha que este trabalho foi diferente de outros que já aconteceram na região? Se sim, o que há de diferente? Se não, por quê?

É importante ressaltar que estas perguntas não nasceram a priori. Elas são o resultado não apenas da teoria que orienta a ação do pesquisador mas também fruto das informações obtidas com a observação direta.

As entrevistas tiveram duração média de 25 minutos, gravadas com o consentimento dos entrevistados e posteriormente transcritas na íntegra. Visando facilitar o processo de análise dos dados, estas transcrições foram organizadas de maneira a apresentar as respostas, de cada ator-chave na íntegra para cada uma das sete perguntas (APÊNDICE A). A partir de

⁹ Entende-se por entrevista semi-estruturada aquela que possui sua origem em questionamentos básicos, calcados em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa, e que, em seguida oferecem vasta gama de interrogativas, conseqüência de novas hipóteses que vão surgindo a medida que se obtêm as respostas do entrevistado (TRIVIÑOS, 1987).

então, teve início a etapa de identificação de idéias centrais que caracterizavam cada um dos três temas-base, relacionados ao processo participativo, no interior de cada discurso para a formação dos DSCs (APÊNDICE B). Estes temas-base estão relacionados aos objetivos específicos desta dissertação. São eles: a) as principais características de um processo participativo; b) as potencialidades visualizadas pelos atores-chave de se utilizar abordagens participativas em ações de pesquisa-extensão rural; c) alguns desafios que se apresentam em processos participativos semelhantes ao ocorrido em São Bonifácio.

Com o intuito de não influenciar nas respostas, tentando promover o máximo possível de veracidade no discurso de cada ator-chave, no início das entrevistas foi exposto que o objetivo do trabalho era fazer uma reflexão a respeito da pesquisa participativa desenvolvida para elaboração de possíveis arranjos silvipastoris. Neste sentido, a composição dos discursos e sua análise será feita em cima dos temas-base apresentados e não de acordo com as respostas a cada pergunta da entrevista, como prevê Lefèvre e Lefèvre (2005), constituindo assim uma adaptação ao método, respeitando os objetivos e a especificidade desta pesquisa.

Para melhor compreender e, conseqüentemente, melhor analisar os DSCs construídos a partir dos discursos de cada ator-chave, faz-se necessário apresentar uma contextualização do processo participativo, foco deste estudo.

CAPÍTULO 2 – Contextualização do processo participativo sobre arranjos silvipastoris em São Bonifácio – SC

A partir da base teórico-metodológica apresentada no capítulo anterior, a seguir situa-se quem são os atores-chave sujeitos da pesquisa com o intuito de apontar algumas de suas características culturais que, de certa maneira, possuem influência sobre suas ações no município. Tais características possuem uma interessante relação com as características ambientais da região e do processo de ocupação de São Bonifácio, como pode ser observado a seguir.

2.1 – O município de São Bonifácio – um breve histórico

São Bonifácio está localizado a aproximadamente 80 km da capital catarinense, Florianópolis (FIGURA 1). Abrange um dos últimos fragmentos remanescentes de Floresta Atlântica do Sul do Brasil, possuindo aproximadamente 21% de sua área protegida por uma unidade de conservação denominada Parque Estadual da Serra do Tabuleiro. O estado atual da floresta na região de São Bonifácio é de uma enorme devastação, principalmente impulsionada pela indústria madeireira. A população atual do município é, em sua maioria, moradora da área rural, onde predominam sistemas de produção com mão-de-obra familiar. Olhar para trás e buscar entender como se deu o processo de colonização na região onde se pretende trabalhar é um passo muito importante para um melhor entendimento a respeito da situação sócio-econômico-ambiental atual da região.

No início do século XIX, o Governo Imperial brasileiro selecionava algumas áreas a serem colonizadas por imigrantes europeus (neste caso, principalmente alemães), seguindo alguns interesses próprios. A eles interessava povoar áreas tipicamente de florestas, principalmente na Região Sul do Brasil, neste caso, especificamente Santa Catarina, com o intuito de ligar as áreas litorâneas ao Planalto como forma de facilitar o trânsito de produtos a serem comercializados (SEYFERTH, 1974).

Seriam distribuídos pequenos lotes entre os produtores para que cultivassem as áreas de mata nativa com auxílio da família. A divisão do trabalho nestas propriedades era exercida de acordo com a composição da família, em que “todos os seus membros, com exceção das crianças muito pequenas ou das pessoas muito idosas, tinham sua parcela de trabalho, agrícola

ou não” (SEYFERTH, 1974, p. 75). A maior ou menor produção agrícola estava intimamente ligada ao tamanho da família, ou seja, quanto maior o número de membros de uma família maior seria a produção agrícola.

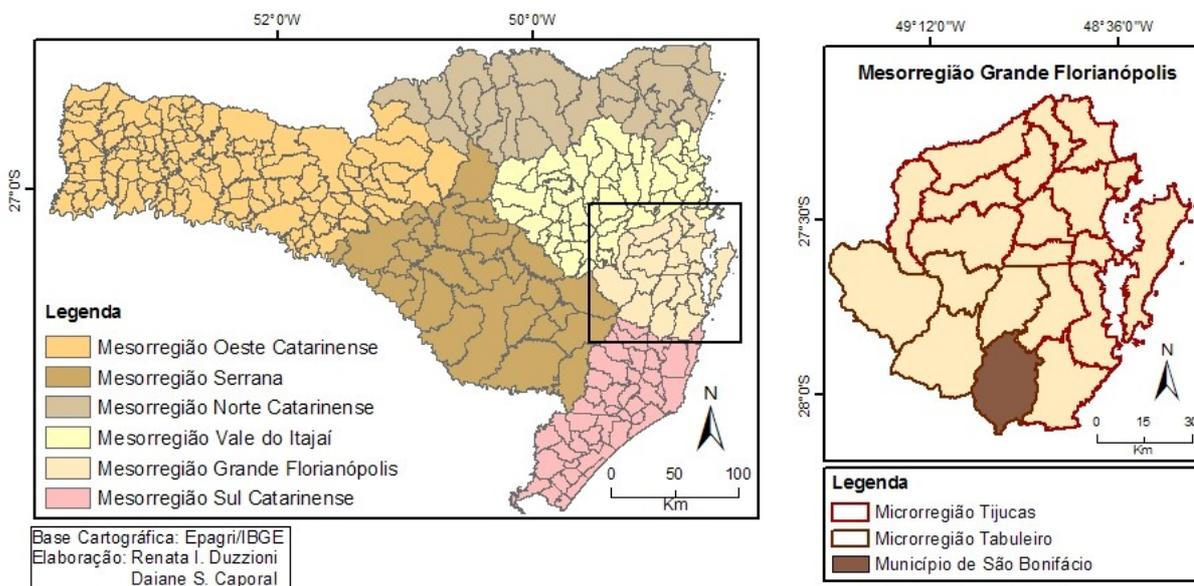


FIGURA 1: Mapa de localização do município de São Bonifácio no Estado de Santa Catarina.

Neste sentido, esses colonos¹⁰ alemães ocuparam terras anteriormente habitadas por índios e caboclos e trouxeram consigo seu modo de vida e de produção. Adotaram a agricultura como seu recurso principal, dentro de um regime de pequena propriedade, cultivos diversificados (policultura), além da pecuária, porém como uma atividade secundária e limitada (SEYFERTH, 1974). Diferentemente de seus locais de origem, encontraram em São Bonifácio uma enorme oferta de madeiras nobres e, como o manejo delas não fazia parte de sua cultura, esses imigrantes substituíram grande parte das áreas de mato nativo por áreas destinadas à pastagem e à agricultura. Começava então o processo de degradação ambiental em São Bonifácio.

Estimulada pela construção civil de algumas das principais cidades da região (Florianópolis e Tubarão) e, pela necessidade de alternativas de geração de renda por parte dos agricultores, a indústria madeireira ganhou força em meados do século XX. Em decorrência, houve a instalação de inúmeras madeireiras na região, o que acarretou um aumento significativo da retirada de mato nativo pelos agricultores, sem nenhum tipo de

¹⁰ Entende-se aqui por colono a definição descrita por Seyferth (1974), em que o conjunto de lotes cedidos pelo Governo Imperial para abrigar os imigrantes alemães ficou conhecido como *Kolonie* (colônia). Por consequência, quem habitava essas colônias ficava conhecido por colono.

planejamento. Frente a essa situação e por se tratar de uma área de Mata Atlântica, em 1975 foi criado o Parque Estadual da Serra do Tabuleiro.

São Bonifácio, por ter sido colonizado por imigrantes alemães que sempre trabalharam em regime familiar, tendo a produção voltada para a subsistência e o mercado, até hoje mantém o eixo de sua economia centrado na atividade pecuária e agricultura de base familiar. A exploração familiar não apenas possui seus objetivos voltados à produção e ao consumo, mas também se preocupa com a acumulação e transmissão do patrimônio, assim como a busca pela reprodução de seus sistemas de produção ao longo das gerações da família. É neste contexto que se faz necessário entendermos que tipo de agricultor familiar é este de São Bonifácio e como ocorre a sua interação com os recursos naturais.

2.2 – O Agricultor Familiar de São Bonifácio membro do Grupo do Pasto

O tema “agricultura familiar” deve ser tratado com muito cuidado devido à enorme diversidade apresentada por esta categoria de acordo com diversos níveis de envolvimento familiar e integração com o mercado. De maneira geral, o conceito de agricultura familiar corresponde ao tripé: trabalho-produção-família, ou seja, a mão-de-obra utilizada no trabalho é, em sua maioria, da própria família; é ela responsável pela administração e tomada de decisões relativas aos aspectos produtivos; e também é ela que detém a posse da terra e dos meios de produção.

Não se constitui objetivo desta dissertação identificar o tipo de agricultor familiar que constitui o Grupo do Pasto em São Bonifácio, tendo em vista que já fora identificado por Caporal (2007) no contexto de seu estudo. Porém, se faz necessário apresentar aspectos gerais desse agricultor familiar para melhor entendermos como ele se relaciona com a natureza e a necessidade de se trabalhar com ele utilizando-se de abordagens participativas.

De acordo com o estudo de Caporal (2007), os agricultores familiares membros do Grupo do Pasto em São Bonifácio correspondem à tipologia “agricultor familiar moderno” proposta por Lamarche (1998). Acrescentaríamos ainda que a este agricultor também corresponde a tipologia de agricultor de “pequena produção mercantil” proposta por Ploeg (2006). Ele possui como características básicas a comercialização do resultado da produção, no entanto, a força de trabalho e os recursos essenciais, como terra, sementes, conhecimento, água, animais etc., não são considerados somente como mercadorias, havendo diversos outros

aspectos subjetivos que envolvem cada um desses recursos, que vão além da simples troca monetária (PLOEG, 2006). Há uma forte inter-relação entre a produção e o consumo familiar, em que predomina a produção de valores de uso, e não de valores de troca, e a unidade familiar utiliza-se de mão-de-obra externa, porém mais temporária do que permanente (LAMARCHE, 1998).

Na expectativa de se atingir uma certa autonomia (busca pela sobrevivência, dignidade e uma vida melhor), os agricultores articulam-se num processo contínuo de construção, aperfeiçoamento, ampliação e defesa de uma importante base controlada de recursos (recursos naturais, conhecimento local e relações sociais), inserindo-se em uma co-produção (PLOEG, 2006). Os aspectos importantes dessa co-produção são a interação entre o homem e a natureza viva e entre os recursos sociais e materiais, além da articulação com os mercados em que uma parte da produção é comercializada, outra é consumida pela família e outra é utilizada para alimentar o ciclo de produção (PLOEG, 2006).

Em síntese, o agricultor familiar do Grupo do Pasto é um agricultor com algumas características camponesas, porém mais tecnificado e com mais necessidades (LAMARCHE, 1998). Por disporem de uma base limitada de recursos, necessitam desenvolver estratégias de produção que sejam compatíveis e que não haja uma deterioração da qualidade destes recursos ao longo do tempo (PLOEG, 2006). Aliado a estes fatores, podemos acrescentar o que Carmo (1998) chama de “racionalidade limitada do agricultor”, o qual não dispõe da informação perfeita, porém procura manter um equilíbrio entre o ótimo e o satisfatório possível.

Diante disso, a dinâmica familiar de produção adquire outros objetivos, além daqueles orientados pela necessidade de acumulação de capital, que determinam suas tomadas de decisões como a busca pelo “equilíbrio em função do conjunto doméstico e da fase que atravessam quanto ao crescimento, à maturidade ou regressão numérica” (CARMO, 1998, p. 229). Sua lógica de desenvolvimento e prosperidade se dá de tal forma diferenciada da lógica patronal, que pode ser obtida mesmo com uma renda capitalista em decadência (CARMO, 1998).

Wanderley (2000) afirma que, no Brasil, a agricultura familiar se caracteriza por se apresentar como uma realidade complexa e multifacetária, que não se resume na simples oferta de produtos ao mercado, mas disponibiliza também outros benefícios à sociedade, incluindo bens considerados imateriais, o que torna a agricultura uma atividade com diversas

funções, isto é, multifuncional. Carmo (1998, p. 231) afirma que:

a produção familiar, dadas as características de diversificação/integração de atividades vegetais e animais, e por trabalhar em menores escalas, pode representar o *locus* ideal ao desenvolvimento de uma agricultura ambientalmente sustentável.

Diante desse perfil do agricultor familiar do Grupo do Pasto e das perspectivas apontadas pela literatura a esta categoria, se faz ainda necessário apresentar qual a relação de suas características peculiares com as formas de manejo dos recursos naturais desenvolvidas em São Bonifácio.

2.3 – A atividade leiteira, a agricultura familiar e o manejo dos recursos naturais

São Bonifácio possui, em sua extensão, áreas que se localizam muito próximas, e algumas até mesmo dentro da área pertencente ao Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, e, aliado ao fato de grande parte das propriedades possuírem áreas de encosta de morro e algumas serem até bastante pedregosas, isso proporciona aos agricultores locais fortes restrições ambientais para a produção de alimentos (FIGURA 2). Diante de tais condições, esses agricultores desenvolveram estratégias para a utilização de suas propriedades através da pecuária extensiva, do reflorestamento com monocultivo de espécies exóticas e a apicultura (produção de mel de abelhas exóticas do gênero *Apis*). Porém, estas práticas se confrontam com a relevância ecológica da região e acabam gerando conflitos entre os interesses de uso e a conservação dos recursos naturais.

A atividade leiteira representa uma das principais atividades econômicas do município. Neste sentido, surgiu a necessidade de se encontrar alternativas para essa produção leiteira, as quais estivessem em consonância com a relevância ecológica da região. Foi então que a partir de 2002 uma nova alternativa para essa atividade começou a ser discutida no município. Ela é conhecida como PRV (Pastoreio Racional Voisin), que tem como objetivo principal incrementar a produtividade leiteira mediante o manejo adequado e melhoramento da pastagem. Devido à forma como ocorre a produção leiteira neste tipo de sistema, que pode ser melhor visualizada e compreendida por meio do livro de André Voisin, de 1957, intitulado “Produtividade do Pasto”, ele é considerado como causador de reduzidos impactos

ambientais. Caporal (2007) relata estudos que comprovam que o PRV possui a capacidade de aumentar a biodiversidade do solo, aumentando assim a sua vida; favorecer a capacidade de conservar a água no solo, evitando assim degradações nas propriedades como erosão; além de proporcionar um melhoramento do bem-estar animal.



FIGURA 2: Paisagem característica do município de São Bonifácio (Foto: Daiane Caporal Maio/2006).

A partir de meados de 2005, os agricultores do Grupo do Pasto passaram a perceber que só manejar a pastagem não era mais suficiente para sua produção leiteira. Observavam que seus animais sofriam muito com a exposição ao sol, principalmente nos períodos de verão, perdendo assim um pouco de sua produtividade. Além dessa demanda por sombra, Caporal (2007) demonstra que esses agricultores possuem na árvore outros interesses, como produção de pólen e néctar para as abelhas, preservação de espécies nativas, produção de frutas, conservação da água, além da “estética” da propriedade.

As características gerais da agricultura familiar, em especial do agricultor familiar do Grupo do Pasto, somando-se às idéias de Eric Sabourin a respeito de reciprocidade, baseadas nas teorias de alguns outros autores, podem ser úteis para explicarmos esta situação. Sabourin (2006) faz um interessante questionamento sobre as teorias de coesão social, seu principal argumento é que tudo ocorre devido a algum tipo de interesse, seja ele individual ou coletivo. O autor exemplifica uma série de tipos de reciprocidades possíveis, mas para o nosso caso de

discussão utilizaremos a “estrutura de reciprocidade ternária unilateral”. Este é um importante elemento que pode nos dar uma justificativa para a opção dos agricultores familiares em quererem acrescentar um viés “mais ambiental” aos seus sistemas de produção leiteira, pois são “motivados pela responsabilidade da humanidade perante as gerações futuras” (SABOURIN, 2006, p. 225). Este tipo de reciprocidade não possui interesse de um retorno imediato, e sim para as próximas gerações de suas respectivas famílias, por isso se caracteriza como unilateral. Prova disso é o caso de um agricultor de São Bonifácio que, quando questionado a respeito de seus critérios de seleção de espécies e seus objetivos com a árvore no sistema, afirmou que gostaria que seu filho de um ano de idade tivesse a oportunidade de conhecer tais espécies¹¹.

Porém, incrementar árvore no pasto vai além. A árvore representa um elemento a mais a ser manejado em seu sistema produtivo. Ademais dos já tradicionais manejos do gado e da pastagem, o agricultor passa agora a se preocupar com o manejo das árvores. Mas o que significaria isso em termos ambientais e culturais?

Para entendermos o significado da árvore no sistema sob estas perspectivas, faz-se necessário recorrermos à noção de sistemas agroflorestais. Entende-se por sistemas agroflorestais (SAFs) o coletivo de práticas e formas de uso da terra, cujas espécies perenes lenhosas (árvores e arbustos) são plantadas em associação com cultivos agrícolas e/ou animais, numa mesma área, tanto em mistura espacial ou seqüencial temporal, com interações ecológicas significativas entre estes componentes (DUBOIS et al., 1996). Ou ainda, como afirmam D'Agostini et al. (2007), SAFs correspondem a um modo de produzir. De acordo com as combinações dos componentes, há diferentes denominações para SAFs, correspondendo a diversos tipos. Entre tantos, e o que mais interessa a essa discussão, há o chamado Sistema Silvipastoril (SSP). Este tipo de sistema corresponde ao arranjo de árvores ou arbustos em associação com plantas forrageiras herbáceas e animais (Dubois et al., 1996). Compreendido isso, qual a relevância dos sistemas agroflorestais, em especial os silvipastoris, para os agricultores familiares do Grupo do Pasto?

Diversos estudos¹² demonstram que a árvore, inserida no sistema gado-pastagem, exerce importante influência no que corresponde à conservação ambiental e longevidade desse sistema, como a capacidade de seqüestrar carbono; baixa oxidação da matéria orgânica

11 Informação obtida em conversa informal do pesquisador com o agricultor.

12 Este relato está baseado em anotações feitas pelo pesquisador ao longo do curso “Atualização em Arborização de Pastagens”, proferido pelo pesquisador da Embrapa/Florestas Vanderley Porfírio da Silva, em julho de 2007, no Centro de Treinamento da Epagri/CETUBA no município de Tubarão – SC.

no solo devido à sombra; deposição dessa matéria orgânica com aporte de nutrientes (C, N, P, K, Ca e Mg); promove fixação biológica de nitrogênio e associações micorrízicas; suas raízes rompem camadas mais profundas do solo, proporcionando uma melhor disponibilidade de água e nutrientes para a pastagem; conforto térmico do animal e proteção de forrageiras a extremos de temperaturas (muito baixas no inverno e muito altas no verão); nutrientes contidos na poeira são interceptados por sua copa e disponibilizados à pastagem por escoamento da água da chuva; em terrenos acidentados, como é o caso de São Bonifácio, proporciona o impedimento do escoamento superficial da água da chuva evitando assim processos erosivos.

O que se pretende aqui é demonstrar que a produção leiteira em sistemas silvipastoris representa não só uma alternativa de produção em sintonia com a relevância ecológica da região, mas também garantir a reprodução do sistema produtivo, requisito básico da agricultura familiar. Aumentando-se o número de componentes de um sistema, se estará aumentando também a autonomia desses componentes, tornando o sistema mais confiável (D'AGOSTINI et al., 2007). Ou seja, além de o gado continuar se alimentando da pastagem, esta alimentação poderá estar sendo complementada com a forragem produzida pelas árvores, significando que, em períodos de baixa produtividade da pastagem, o agricultor pode contar com o complemento alimentar das árvores.

Além disso, o gado, assim como as pessoas, gosta de alimentos variados, tendo a opção de pastagem, frutas e/ou das folhas das árvores. Utilizando espécies arbóreas apropriadas, o agricultor poderá disponibilizar nutrientes necessários ao bom desenvolvimento de sua pastagem que, por consequência, estará disponibilizando um bom alimento ao seu gado. Conseguirá, assim, reduzir custos quanto a insumos externos à propriedade (adubos e ração, por exemplo). De “brinde”, pode ainda, a longo prazo e se essas árvores forem bem manejadas, conseguir uma renda com a madeira; pode utilizar essa madeira para consumo interno (pequenas construções, lenha, ferramentas etc.); obter uma maior disponibilidade de alimento (pólen e néctar) para suas abelhas, além de permitir a sobrevivência e perpetuação da fauna silvestre.

O que estamos falando aqui não é só do caráter ambiental da árvore no sistema, mas também de aspectos econômicos que ela pode proporcionar. Para tanto, não podemos pensar a propriedade desse agricultor apenas pelo viés da produção leiteira, e sim a propriedade como um todo. Seus benefícios econômicos, às vezes, podem até não vir de uma maneira mais

direta, mas, para um agricultor familiar, deixar de gastar com insumos vindos de fora representa um importante lucro para suas finanças.

Apesar dessas vantagens, ainda há muitos desafios para se trabalhar com SSPs em São Bonifácio, principalmente os relacionados com divergências geradas pela diversidade de interesses que fazem parte da cadeia produtiva do leite e a aspectos culturais de técnicos e dos próprios agricultores. Por conta desses desafios e da importância de se valorizar atributos culturais é que as pesquisas realizadas em conjunto com as populações rurais assumem um papel fundamental. Neste sentido, se faz necessário realizar uma breve apresentação dos atores-chave participantes desta pesquisa, evidenciando algumas de suas principais características que, em nossa visão, exercem alguma influência em suas ações.

2.4 – Os atores-chave do processo participativo sobre arranjos silvipastoris

Como anteriormente relatado, o grupo de atores-chave que compõem esta pesquisa representam dois agricultores (atores-chave 1 e 2) e quatro técnicos de diferentes “esferas” (atores-chave 3, 4, 5 e 6).

O Grupo do Pasto é formado por 40 famílias de pequenos agricultores familiares, produtores de leite em São Bonifácio, das quais 12 se mostraram interessadas em participar da pesquisa participativa sobre arranjos silvipastoris desenvolvida por Caporal (2007) por considerarem importante proporcionarem sombra para seus animais. Destas 12 famílias, 07 participaram mais ativamente das etapas propostas na referida pesquisa, elaborando seus desenhos de arranjos silvipastoris possíveis de serem implantados e manejados em suas propriedades. Das 07, apenas 03 foram selecionadas como atores-chave a serem entrevistados pelo presente estudo, devido ao fato de se mostrarem mais interessados e comprometidos com o processo, participando de todas as atividades¹³.

No entanto, por razão de o período de realização das entrevistas semi-estruturadas coincidir com o período de colheita do fumo, portanto de intensa carga de trabalho de uma dessas três famílias, apenas duas acabaram tendo a possibilidade de participar da pesquisa¹⁴.

13 É importante salientar que o método empregado nesta pesquisa, ou seja, a realização de entrevistas semi-estruturadas com perguntas abertas, foi desenvolvido com o intuito de que o entrevistado contasse a história do processo participativo sobre arranjos silvipastoris. Portanto, não fazia muito sentido entrevistar pessoas que não acompanharam tal processo por inteiro.

14 Cabe ressaltar que as entrevistas foram realizadas individualmente, apenas com um representante de cada família mais estreitamente ligado às atividades da pesquisa participativa sobre sistemas silvipastoris

A primeira família agricultora, representada pelo ator-chave 1, é composta por três pessoas, sendo, além do próprio agricultor, sua esposa e seu filho de um ano de idade. Segundo Caporal (2007), esta família¹⁵ possui uma propriedade com o total de 14 hectares, sendo¹⁶: 1ha com lavoura permanente; 0,5ha com lavoura temporária; 5ha destinados à produção leiteira; 2,5ha ocupados com reflorestamento de Eucalipto; e 3ha destinados a áreas de preservação com mata nativa. Como é possível perceber, a maior parte da propriedade (5ha) é destinada à produção de leite, em que são manejados 20 animais em PRV composto por 50 piquetes de aproximadamente 1.000m² (FIGURA 3).



FIGURA 3: Alguns piquetes da propriedade do ator-chave 1 (Foto: Luis de Freitas Dez/2007).

O produtor pretende que a árvore em seu sistema leiteiro produza sombra para seus animais, frutas para consumo próprio e dos animais, além da preservação de algumas espécies de sua preferência. Por representarem um casal jovem, cujo esposo trabalhou por um tempo na cidade, retornando ao campo por opção própria e por estarem abertos a novas idéias que possam de alguma forma contribuir para a melhoria das atividades desenvolvidas na propriedade, esta família possui extrema importância com relação aos objetivos desta

realizada.

15 Identificada no estudo de Caporal (2007) como família F3.

16 A discriminação do tamanho das áreas e respectivas formas de utilização constituem valores aproximados em hectares, portanto pode haver discrepância com o tamanho total da área.

proposta de pesquisa.

A segunda família agricultora, representada pelo ator-chave 2, é composta por um casal de idosos e três filhos homens solteiros que residem na propriedade e realizam as atividades. Segundo Caporal (2007), esta família¹⁷ possui uma propriedade com tamanho total de 80,9 hectares distribuídos em: 3,9ha com lavoura temporária; 0,5ha com lavoura permanente; 24ha para produção leiteira; 2,5ha destinados ao reflorestamento com Eucalipto; e 50ha utilizados como área de preservação com mata nativa. Como pode ser observado por meio dos dados apresentados, a maior área da propriedade destinada à produção é para a criação de gado leiteiro (24ha). Destes 24ha, apenas 5,2ha são destinados ao PRV, em que são manejados 20 animais, sendo o restante da área destinado à produção extensiva. Dos 20 animais, atualmente 10 se encontram em fase de lactação, gerando uma produção diária que varia entre 90 e 100 litros de leite (FIGURA 4).



FIGURA 4: Alguns piquetes da propriedade do ator-chave 2 (Foto: Luis de Freitas Dez/2007).

Com a finalidade de diversificar sua atividade econômica, recentemente esta família demonstrou o interesse na produção de frutas que tenham potencial comercial para secagem, questão discutida no âmbito do Grupo de Agroecologia que vem se formando em São Bonifácio. Neste sentido, os objetivos dessa família com a implantação das árvores em seu

¹⁷ Identificada no estudo de Caporal (2007) como família F6.

sistema de produção leiteiro, além da sombra para as vacas, é a produção de frutas para autoconsumo e secagem (comércio), produção de madeira para lenha, comercialização de toras, além de outros usos na propriedade e recomposição de áreas de mata ciliar.

Com base nessas informações dos atores-chave 1 e 2, podemos compreender melhor a lógica que orienta os agricultores familiares no que se refere à incorporação do elemento árvore no sistema gado/pastagem, bem como da importância de se conduzir este processo de maneira participativa. Cabe destacar ainda que, como vimos anteriormente, os objetivos de cada família com a árvore são distintos, porém estão intimamente ligados à forma característica de um agricultor familiar visualizar sua propriedade e seus sistemas produtivos, valorizando também outros aspectos que vão além daqueles meramente econômicos. Os agricultores entrevistados (denominados de ator-chave 1 e ator-chave 2), através da composição dos DSCs com expressões contidas nos discursos de cada um, nos mostrarão importantes elementos que nos permitirão compreender como é visto e entendido um processo participativo por parte de quem são considerados protagonistas desses processos.

Os outros protagonistas são sintetizados pelo grupo de técnicos participantes desta pesquisa, que correspondem a “esferas” diferenciadas, desempenhando papéis distintos dentro do processo participativo para elaboração de possíveis arranjos silvipastoris em São Bonifácio.

A intensão inicial era entrevistar todos os técnicos envolvidos nesse processo, procurando evidenciar os entendimentos distintos de cada um, correspondendo à sua posição no município e à instituição à qual pertence, porém, isso não se fez possível. Dentro do município há fortes e evidentes divergências entre os diferentes atores (técnicos) da iniciativa privada, do setor público e parceiros externos. Tais divergências ocorrem devido a uma gama de fatores que transcendem os objetivos desta dissertação, mas acabam exercendo certa influência sobre a pesquisa.

Tais divergências, na maioria das vezes, são administradas pelos atores, mas, em alguns momentos, acaba prejudicando o desenvolvimento de algumas atividades importantes ao andamento dos processos participativos no município, como o momento de reflexão proposto por esta dissertação. Todos os atores citados foram convidados a participar das entrevistas, recebendo um convite por via eletrônica (e-mail). No entanto, não se obteve resposta dos dois principais atores da iniciativa privada. A entrevista realizada com o ator-chave 5, pertencente à iniciativa privada e muito importante para os objetivos desta

dissertação, somente foi possível mediante intervenção do ator-chave 4, que aparentemente desempenha um papel de conciliador no município.

Esta negativa por parte dos atores da iniciativa privada em participar da presente pesquisa talvez não tenha relação direta com este pesquisador ou com a pesquisa em si, mas sim, pode estar relacionada a experiências vividas pelas respectivas instituições (Secretaria Municipal de Agricultura, Epagri e Laticínio), as quais há um bom tempo realizam atividades conjuntas. Os resultados de sucesso destas atividades são, geralmente e na opinião de alguns dos atores, creditados a apenas uma ou algumas das instituições, fazendo com que essa relação fique estremecida com o tempo.

Logicamente que nada temos a ver com estes acontecimentos, mas por fazermos parte de um processo que envolve estes diferentes atores com interesses distintos e que, por conseqüência, emergem divergências, acabamos sendo de certa maneira afetados por esta situação. Entretanto, o objetivo desta dissertação não é discutir as razões e muito menos buscar alternativas para solucionar tal situação, apesar de se constituir um interessante tema para uma dissertação, mas se faz aqui necessário relatar a nossa percepção a respeito dessas divergências, mesmo correndo o risco de sermos superficiais, com o intuito de compreendermos algumas das razões para a recusa dos atores da iniciativa privada em participar desta pesquisa e também de melhor analisarmos alguns dos pensamentos dos técnicos demonstrados nos DSCs.

Sendo assim, o conjunto de técnicos que formaram o grupo de atores-chave desta proposta de pesquisa ficou assim definido: ator-chave 3 é um técnico extensionista da Epagri, atuante no município há aproximadamente 4 anos; ator-chave 4 representa a Secretaria Municipal de Agricultura de São Bonifácio, atuante no município há aproximadamente 18 anos; ator-chave 5 representa um dos dois técnicos do laticínio que presta assistência técnica e compra o leite produzido pelos agricultores que fazem parte deste estudo; ator-chave 6 é a facilitadora da investigação participativa sobre SSPs e que representa os parceiros externos (UFSC).

O que gostaríamos de salientar nesta breve descrição de quem são os atores-chave do processo participativo a ser analisado por esta dissertação é que se poderão observar diversas semelhanças nos DSCs compostos por técnicos e agricultores. No entanto, também observaremos idéias contrastantes a respeito do que pensam os técnicos pertencentes às diferentes “esferas” e os agricultores, as quais aparecerão na forma de DSCs diferentes. Esta

breve descrição dos atores-chave nos auxiliará numa melhor análise e compreensão dos dados representados pelos DSCs, que serão apresentados e discutidos no capítulo seguinte.

CAPÍTULO 3 – A participação vista pelos atores-chave: possibilidades para análise

Os discursos aqui apresentados são o resultado da união de expressões contidas no discurso de cada ator-chave, articuladas em torno de uma mesma idéia central, ou seja, o discurso do sujeito coletivo (DSC) pode representar a fala de um ator, alguns atores ou todos os atores. Desta forma, procurou-se construir tantos DSCs quanto fossem necessários, conforme a convergência de pensamentos entre os atores. Os temas-base características, potencialidades e desafios de processos participativos foram estabelecidos anteriormente à elaboração do roteiro de entrevista, não sendo expostos aos entrevistados. As respectivas perguntas foram elaboradas no sentido de estimular o entrevistado a relatar o processo participativo sobre arranjos silvipastoris sob a sua ótica, incentivando-o sempre a analisar os fatos através de questões como “O que você acha disso?”, “Há algo mais que queira falar a respeito?”, evitando-se intervir de maneira a tendenciar alguma resposta. Neste sentido, o enquadramento dos discursos dentro de cada um dos três temas-base se constitui em uma interpretação nossa, logicamente, baseada em expressões contidas nos discursos.

Cabe destacar ainda que cada tema-base estará constituído de um conjunto de idéias centrais que o caracterizam. Por exemplo, com relação ao tema-base “Características de um processo participativo”, foram identificadas uma série de idéias centrais nas respostas de cada ator-chave a cada uma das sete perguntas do questionário, como, por exemplo, “demanda dos agricultores”, “valorização do conhecimento local”, “protagonismo dos agricultores”, entre outras. De acordo com a similaridade das expressões de cada ator-chave com relação a cada idéia central é que se foram unindo expressões dos discursos para formarem os DSCs de técnicos e agricultores e, a partir daí, verificar os pontos de convergência e de dissonância entre eles.

Os DSCs não serão apresentados entre aspas por não representarem uma citação, e sim uma fala ou um depoimento coletivo. Neste sentido, serão apresentados apenas em itálico dentro de balões explicativos que possuem cores¹⁸ correspondentes ao grupo de atores-chave que compõe tal DSC (FIGURA 5). As quatro categorias de atores-chave (agricultores, setor público, parceiros externos e iniciativa privada), apresentadas no capítulo anterior, foram aqui

¹⁸ As razões para o conjunto de cores utilizado, bem como para a aglutinação dos discursos estão detalhadas na Figura 6 apresentada a seguir.

aglutinadas em apenas duas, técnicos e agricultores, por evidenciarem contrastes mais marcantes, e serão distinguidas conforme coloração dos balões.

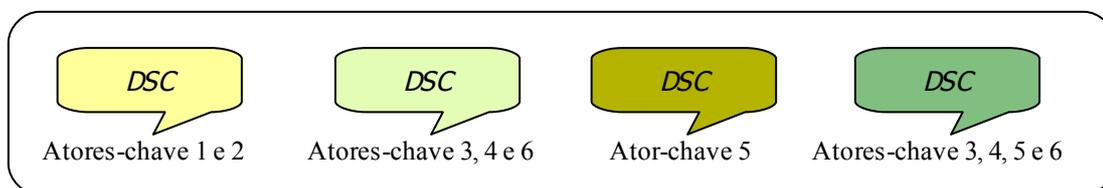


FIGURA 5: Balões representativos dos DSCs de cada grupo de atores-chave

Com vistas a preservar o anonimato das pessoas citadas nos DSCs, utilizar-se-á “X”, “Y” etc., para denominar aqueles atores que não correspondem aos atores-chave da pesquisa. Quando as pessoas citadas forem os próprios atores-chave, utilizar-se-á a mesma denominação apresentada anteriormente (ator-chave 1, ator-chave 2 etc.).

Cabe destacar ainda que no trabalho analisado a demanda por sombra advinda dos agricultores caracteriza-se como sendo o tema gerador do processo participativo sobre arranjos silvipastoris. É assim chamado devido ao fato de que “sombra” significa, em um processo participativo como este, muito mais do que simplesmente plantar árvores no pasto. Esse plantio representa um tema capaz de gerar diversos outros processos que possuem uma relação mais direta ou indireta com a cadeia produtiva do leite, ou seja, “sombra” representa um grande pano de fundo neste processo todo. No entanto, este tema é entendido de diversas maneiras pelos diferentes atores-chave, como pode ser observado pela Figura 6.

Os diferentes atores-chave percebem à “sombra” sob diferentes pontos de vista, conforme características inerentes de cada um. Os atores-chave 1 e 2 enxergam o tema “sombra” como uma possibilidade para conservação dos recursos naturais de suas propriedades e o bem-estar de seus animais mediante a implantação de espécies arbóreas nativas. Estes interesses estão intimamente ligados às características dos agricultores familiares do Grupo do Pasto, apresentadas anteriormente, em que esses agricultores se demonstram preocupados com aspectos de sua propriedade e de sua família, como a beleza cênica proporcionada pelas árvores nativas e a manutenção dos recursos naturais disponíveis para seus sucessores.

Logicamente não demonstram total desinteresse na produtividade do leite, até porque muitos afirmam que, proporcionando bem-estar para suas vacas mediante implantação de

árvores para sombra, estarão automaticamente melhorando a qualidade do leite, obtendo, assim, um melhor preço. No entanto, quando são perguntados sobre o principal interesse na “sombra”, sempre relatam sobre a necessidade de proporcionar bem-estar para seus animais e a conservação dos recursos naturais.

Os atores-chave 3 e 4, por serem técnicos do setor público (Epagri e Secretaria Municipal de Agricultura, respectivamente), vêem o tema “sombra” como sendo um elemento importante para o desenvolvimento do município, haja vista que existem outras questões que também envolvem os agricultores em processos participativos, como o desenvolvimento participativo de uma marca territorial para a comercialização de produtos do município, por exemplo. “Sombra” também é vista por estes atores como uma possibilidade para se desenvolver uma “tecnologia” culturalmente apropriada à São Bonifácio. Há ainda por parte dos atores-chave 3 e 4 uma preocupação com a produtividade do leite, que também é demonstrada pelo ator-chave 5.

No entanto, as razões para tal preocupação parecem ser distintas. Os atores-chave 3 e 4, por pertencerem ao setor público e obviamente serem mais preocupados com o desenvolvimento do município, preocupam-se com a produtividade do leite devido ao motivo de que muitos dos agricultores de São Bonifácio dependem quase que exclusivamente da renda desta atividade para sobreviver. Já o ator-chave 5 pertence à iniciativa privada, que logicamente está interessada em obter ganhos financeiros com o leite. Logo, suas razões para a preocupação com a produtividade do leite se deve ao fato de seus fornecedores (agricultores) produzirem bem para que eles também comercializem bem.

Há ainda divergências entre estes dois grupos de técnicos a respeito dos benefícios da árvore no sistema gado/pastagem. Enquanto os técnicos do setor público parecem entender que a árvore pode ajudar na melhoria da produtividade leiteira por proporcionar bem-estar aos animais, o que refletiria diretamente na qualidade do leite, os técnicos da iniciativa privada contestam afirmando que a árvore iria fazer com que o agricultor perdesse área de pasto, o que acarretaria uma redução na produtividade do leite. Neste caso, há que se considerar a opinião dos agricultores que demonstram entenderem que a árvore no sistema gado/pastagem proporcionará muito mais benefícios do que prejuízos, tanto na questão ambiental da propriedade quanto sob o ponto de vista econômico.

A visão do ator-chave 6 com relação ao tema “sombra” está calcada basicamente na possibilidade de se desenvolver uma “tecnologia” para a produção leiteira culturalmente

apropriada ao município e também como uma alternativa de uso e conservação dos recursos naturais. Talvez esta visão seja explicada por este ator representar a academia e entender que existem formas viáveis de se produzir sem esquecer de conservar.

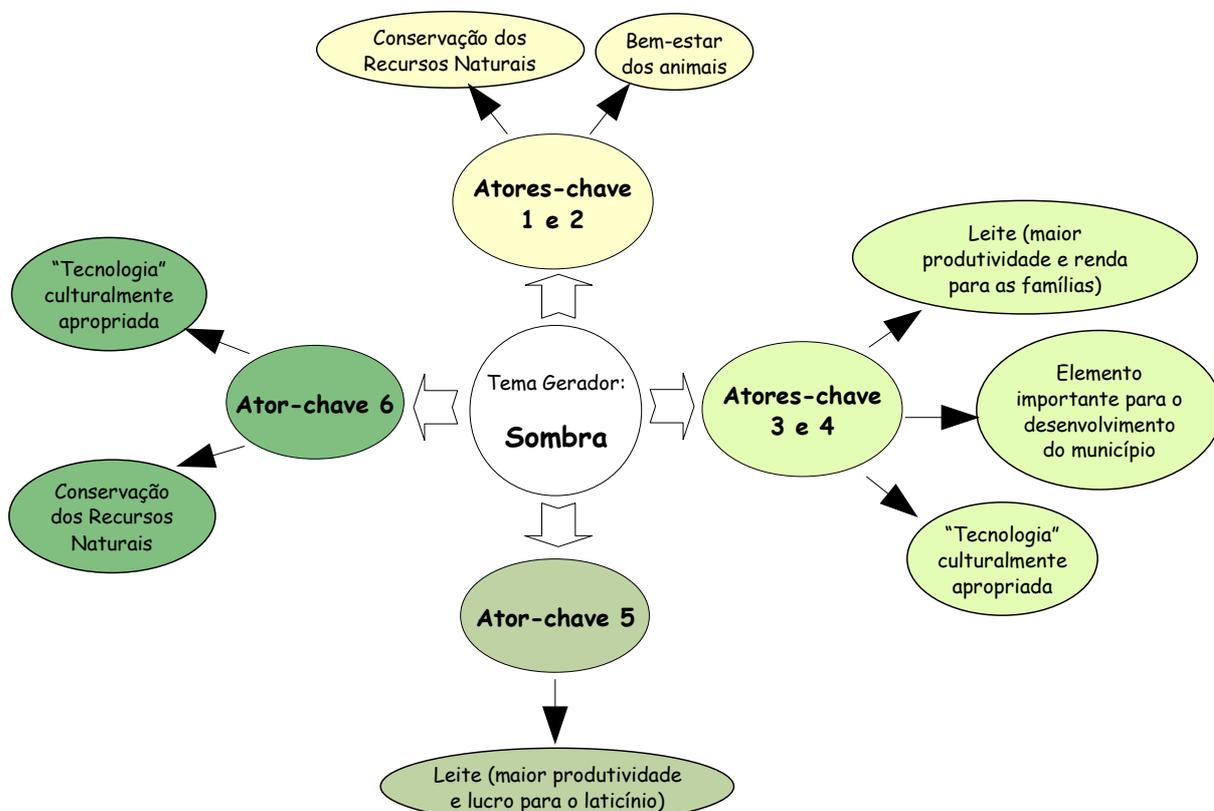


FIGURA 6: Diagrama ilustrativo sobre a percepção dos atores-chave de São Bonifácio a respeito da “sombra”.

Este panorama da visão dos atores-chave a respeito do tema gerador (sombra) do processo participativo sobre arranjos silvipastoris em São Bonifácio é resultado da análise dos discursos de cada um e da observação direta. Tal caracterização nos dará um importante aporte para a compreensão da heterogeneidade dos pensamentos e da emergência de divergências evidenciadas nos DSCs. Vale lembrar que a visão dos atores-chave aqui apresentada não significa que cada ator veja a sombra apenas sob a ótica descrita, mas sim que esta ótica se demonstra predominante em seus discursos e ações.

A seguir apresenta-se o resultado da análise segundo os temas-base definidos, quais sejam: características do processo participativo, bem como suas potencialidades e desafios apresentados.

3.1 – Características do processo participativo

Este item se constitui na apresentação dos DSCs que representam o pensamento coletivo de cada grupo de atores-chave com idéias centrais relativas às características de processos participativos. Tais processos, geralmente, são oriundos de demandas levantadas por um grupo de interesse formado. No caso específico desta pesquisa, o grupo de interesse é formado por agricultores do Grupo do Pasto e sua demanda é obter sombra para seu rebanho leiteiro. Partindo de forma endógena, os processos participativos permitem que se valorize o conhecimento dos agricultores, proporcionando assim que eles exerçam importante poder de decisão nas ações de pesquisa-extensão rural. Outra característica importante de processos participativos é a sua capacidade, ou até mesmo necessidade, de estabelecer um diálogo entre diferentes atores que representam interesses distintos na busca de alternativas viáveis para as demandas colocadas pelo grupo de interesse.

Em processos participativos, os agricultores e os técnicos/pesquisadores exercem papéis diferenciados em relação àqueles exercidos em ações que possuem pressupostos difusionistas. Os agricultores não mais atuam apenas como meros receptores de tecnologias prontas, mas atuam ao mesmo tempo como avaliadores e geradores de idéias, bem como contribuem ativamente na construção do conhecimento referente a novas tecnologias. Quanto aos técnicos/pesquisadores, estes deixam de ser responsáveis por levar respostas prontas (pacotes) aos agricultores e passam a atuar de maneira a construir estas respostas em conjunto com os agricultores, caracterizando-se como facilitadores de tal processo.

Será que tais características se mostram presentes no processo participativo de São Bonifácio? Os atores-chave conseguem visualizá-las? Estas e outras questões serão apresentadas e discutidas a seguir.

i) **IDÉIA CENTRAL:** Demanda dos agricultores pelo Sistema Silvipastoril – a árvore no pasto

Ah, isso surgiu quase como uma necessidade assim, porque a gente vê que os animais em tempo de verão eles sofrem muito, né. Tem que tirar do piquete e coisa. O sombreamento, faz muita falta. Faz muita falta mesmo. E a gente já tinha percebido que os animais na sombra eles passam o dia mais tranquilo. A gente já veio pedindo quase um sistema, já no começo do projeto do Microbacia e pediu também orientação sobre legislação e tudo mais assim.

DSC AGRICULTORES

*Com um diagnóstico realizado na pesquisa participativa, a professora X identificou isso [**necessidade de sombra**] na fala de alguns agricultores e foi o que estimulou a começar a trabalhar com este assunto. **Ator-chave 6**, não queria trazer um arranjo silvipastoril pronto já pros agricultores. E também a gente achô que não era isto. E nem os agricultores querem. A gente partiu da idéia de que teria que construir com os agricultores, quais as plantas? Qual arranjo? À luz do interesse deles.*

DSC TÉCNICOS

Analisando estes discursos, conseguimos perceber que o trabalho sobre arranjos silvipastoris resulta da convergência da percepção dos 2 grupos de atores-chave: de um lado os agricultores mostram a demanda e, de outro, ao se perceber esta demanda, mesmo que não formalizada, os técnicos a incorporam. O DSC dos técnicos evidencia que essa forma de trabalhar teria sido uma decisão estratégica entre técnicos locais e parceiros externos. Mesmo considerando a exigência do órgão financiador (Banco Mundial) do projeto MB2 para que seus recursos somente fossem empregados em ações participativas, pode-se observar uma forte disponibilidade dos técnicos em desenvolver tais ações.

Com a fala dos agricultores, percebemos que a demanda por sombra teria surgido devido as suas observações com relação ao comportamento dos animais em situações de temperaturas altas, mostrando a importância de seu conhecimento empírico adquirido em atividades diárias. No entanto, podemos notar, principalmente no trecho *A gente já veio pedindo quase um sistema (...)*, que talvez a idéia de participação para eles ainda seja apenas exporem seus problemas aos técnicos e esperarem por soluções, sem considerarem uma construção conjunta.

Por que razões prefeririam soluções prontas ao invés de construírem coletivamente respostas aos seus problemas? Gomes (2001) pode nos dar alguma pista quanto a isto ao afirmar que a participação continuada dos agricultores é dificultada pelo fato de atrapalhar o desenvolvimento das atividades na propriedade. O que estaria, de certa maneira, de acordo

com a visão de outros autores como Kamp e Schuthof (1991), que questionam se a população rural teria tempo suficiente para discutir os seus problemas.

Pela análise dos DSCs, participação pode estar sendo entendida de maneira bastante diferenciada por parte dos técnicos e dos agricultores. Pois, enquanto os agricultores pedem algumas respostas aos técnicos, estes, por sua vez, se mostram dispostos a construir alternativas em conjunto. Por outro lado, o que pode estar ocorrendo é que quando os agricultores expõem os seus problemas, eles estão na verdade sugerindo um tema gerador para se desenvolver um processo participativo de construção conjunta de alternativas. O tema gerador, neste caso, seria “sombra”.

No DSC dos técnicos nota-se uma preocupação por construir arranjos silvipastoris que estejam de acordo com as condições e os interesses de cada agricultor. Mas, como valorizar o conhecimento dos agricultores? Que estratégias utilizar?

ii) IDÉIA CENTRAL: Valorização do conhecimento local

É primeiro, elas passaram perguntando pra saber do nosso conhecimento das árvores né. Aí o nome, se servia pra lugar seco ou úmido, se dá no sol ou não. Aí depois a gente foi fazer um dia de campo [Turnê-guiada], porque teve divergência assim teve muita árvore que tem três nomes e depois no dia é tudo a mesma árvore, né. A gente foi lá, pra esse dia de campo pra reconhecer as espécies. Depois, acho que veio meio a parte de planejamento, né. De como fazer e tudo, e mapas e vamo plantar essas árvores.

DSC AGRICULTORES

Não é comum este tipo de trabalho acontecer, do jeito que tá acontecendo. A maioria das inovações tecnológicas que existem ou de resposta aos anseios dos produtores, já vem um kit pronto. Então eu penso que a grande distinção deste trabalho, é que o método, a estratégia adotada na pesquisa participativa do arranjo silvipastoril ela comunga, ela tá concatenada com o interesse dos agricultores. Que não seria construir um arranjo externo ao interesse dos agricultores, mas sim a partir do saber deles. Mas aí, eu acredito assim, que pra chegá no arranjo silvipastoril, nesse design, que a gente pode chamá assim de design este arranjo, né. Pra isso aí existem metodologias participativas que eu percebi que foram usadas ao longo desse processo. Porque o agricultor é quem vai compor [o SSP] à luz de seu interesse.

DSC TÉCNICOS

Os DSCs demonstram que ocorreu de fato uma preocupação, por parte de quem orientou o trabalho sobre arranjos silvipastoris, em valorizar o conhecimento dos agricultores com relação às espécies arbóreas nativas. Neste sentido, de certa forma, poderíamos afirmar que há uma conformidade no DSC dos agricultores com o dos técnicos. Na fala dos técnicos há menção ao uso de metodologias (que na verdade se constituem em ferramentas)

participativas como estratégia de se construir arranjos silvipastoris incorporando o saber dos agricultores. E eles (agricultores) perceberam isso, pois não só relatam algumas ferramentas participativas como também demonstram conhecimento a respeito da importância delas, fruto da construção coletiva ocorrida ao longo do trabalho.

Além disso, na fala dos técnicos, poderíamos observar que há um certo “ar de estranheza” ao método utilizado, mas, ao mesmo tempo, há uma satisfação em estarem realizando algo novo. Talvez este fato possa se justificar por uma certa insegurança em se trabalhar de maneira participativa, tendo em vista as características de suas formações acadêmicas baseadas em métodos tradicionais de extensão, como o difusionismo, por exemplo, ainda impregnado em suas concepções.

Percebemos com estes DSCs que as ferramentas participativas utilizadas no desenvolvimento do processo participativo analisado (turnê-guiada, entrevistas semi-estruturadas e oficinas), tiveram um importante papel para que os agricultores descobrissem seus conhecimentos e também construíssem coletivamente novos conhecimentos. Mas como foi isso na prática? De que forma se deu a articulação de saberes entre os atores (entre técnicos/pesquisadores – agricultores e entre agricultores – agricultores)?

iii) IDÉIA CENTRAL: Construção coletiva do saber

Ah, a gente sei lá, teve opiniões assim, né. Uns tem uma opinião outros tem outras, no caso em plantar em linha, coisa assim. Depois foi levantado assim que pra funcionar certinho já teria que ter planejado o desenho do próprio piquete, de acordo com o rumo do sol e toda essa parte assim, que até isso que teria que ter sido planejado antes, né. É importante se discutir, porque até o pessoal pega no pé até hoje né, que eu defendia tanto a Grandiuvera que todo mundo dizia: não presta, não presta e eu digo, não, é boa, é boa, é boa. E então o problema agora é que a vaca tá comendo a casca, né. E a outra parte eu tô achando ela boa, né. Ela não dá aquela sombra intensa, né. Quem sabe a gente acharia até um produto pra passá na casca, pra diminuir o apetite dos animais, né. Até tipos de árvores. Porque tem a árvore que frutifica mas atrapalha, outras não. Outras até melhora. Então isso são coisas e a gente não tem em mãos aquela ciência pra sabê exatamente que árvore faz isso ou não faz. Então o técnico tem alguma coisa em livro, alguma coisa que ele pode descobrir ou que de repente, não, isso ali vai nos destruir a pastagem ou isso ali não. Ou isso tem que ser de uma forma ou isso tem que ser de outra. Então ali o técnico tem a sua vantagem a mais do que a gente tem. A gente sabe que todo mundo tem, sabe de assim, você sabe um pouco. As vezes eu sei uma coisa, mas o outro lá já sabe outra que é melhor ainda, então essas discussões são muito, muito boas, não é assim fazê as coisa com os olhos fechados. Então essa parte aí, pra dizer a verdade ela foi até fundamental pra isso tudo que tá acontecendo. A gente descobriu um monte de coisa. A gente tem algum conhecimento em cima de alguma coisa, mas a gente não tem nenhuma pesquisa em mãos pra saber o que é melhor. Porque nós, inclusive, nós tamo fazendo a pesquisa pra vê o que vai dá lá no futuro. Então vamo descobrindo aos poucos o que é que daqui a pouco vai se adaptá mais.

DSC AGRICULTORES

O trabalho foi feito de maneira participativa. Então contando com o conhecimento dos agricultores e a gente levando alguns elementos também pra serem discutidos através da pesquisa bibliográfica. Como a gente tinha uma visão diferente da dos agricultores, houve uma interpretação do conhecimento deles sobre a possibilidade da inserção das espécies ou não. Que características os agricultores consideram serem relevantes pra inserirem espécies arbóreas no sistema pastoreio Voisin? E daí a gente fez os desenhos então, dos possíveis arranjos, onde a gente pôde assim: os agricultores ouviram um pouco sobre os possíveis desenhos que podem ser feitos, né, com base em elementos que a gente levou pra eles né, e apresentou mesmo. Isso mostra que nós não tamo aqui construindo verdade de fora pra dentro. Nós tamo construindo conhecimento de, se é que há verdades, de processo endógeno. A partir dos agricultores, com os parceiros, com os técnicos, um novo desenho de conhecimento, né.

DSC TÉCNICOS

Na análise destes DSCs, percebe-se que há uma certa conformidade com o que os agricultores e os técnicos pensam a respeito do processo participativo desenvolvido em São Bonifácio. Demonstram que compreendem que há uma diferenciação entre o conhecimento do técnico e do agricultor, mas reconhecem também que há uma complementaridade entre eles. Portanto, a interação desses dois saberes é apresentada como sendo útil na construção de arranjos silvipastoris adequados a cada propriedade, minimizando erros e economizando

tempo.

No DSC dos agricultores percebemos a importância da afirmação de Bordenave (1983) de que se trabalhar e articular saberes constitui um desafio não só de comunicação mas também pedagógico. A estratégia pedagógica adotada no processo participativo sobre arranjos silvipastoris foi a de problematizar o tema “sombra”. Desta maneira, todos os atores envolvidos (técnicos/pesquisadores e agricultores) foram incentivados a pensar coletivamente sobre arranjos silvipastoris possíveis de serem implantados em São Bonifácio, evidenciando, assim, o objetivo de discutir idéias e não de transferir pacotes.

Os agricultores demonstram ter se apropriado dos princípios dos sistemas silvipastoris, tendo em vista que relatam que, para se pensar em um SSP perfeito, deveriam ter pensado primeiro na própria disposição dos piquetes conforme características de suas propriedades. Este planejamento desde o início proporcionaria uma melhor interação entre árvore, gado e pastagem. Porém, reconhecem que há uma limitação de seus conhecimentos em relação a questões mais “científicas”, como demonstrada na afirmação: *Então o técnico tem alguma coisa em livro, alguma coisa que ele pode descobrir ou que, de repente, não, isso ali vai nos destruir a pastagem ou isso ali não. Ou isso tem que ser de uma forma ou isso tem que ser de outra.* Por isso entendem como importante a articulação do saber científico com o saber local.

No DSC dos técnicos pode-se observar de que maneira ocorreu essa articulação de saberes no processo analisado, tendo em vista que foi feito um esforço para demonstrar alguns estudos realizados sobre SSPs, com o intuito de apresentar os princípios desta tecnologia e apropriá-los à realidade dos agricultores de São Bonifácio. Cabe destacar ainda que os agricultores entendem também como importante a interação entre os seus próprios saberes (agricultor-agricultor), como forma de construir novos conhecimentos, como exposto no trecho: *(...) você sabe um pouco. Às vezes eu sei uma coisa, mas o outro lá já sabe outra que é melhor ainda, então essas discussões são muito, muito boas (...).*

Este relato dos agricultores dá importante embasamento às idéias de autores, como Kamp e Schuthof (1991), os quais afirmam que em processos participativos se faz necessário compreender que os agricultores fazem parte de uma rede social. E é através desta rede que ocorrem os processos de troca/construção de conhecimento.

Além disso, podemos observar no DSC dos agricultores o perfil experimentador desses atores quando relatam: *Quem sabe a gente acharia até um produto pra passá na casca, pra diminuir o apetite dos animais, né.* Esta afirmação está relacionada com o que

Boef (2006) menciona a respeito do papel assumido pelos agricultores em processos participativos, que se caracteriza por um papel ao mesmo tempo de gerador, comunicador, avaliador de idéias exteriores e usuário. Há ainda de se destacar que com o mesmo relato esses agricultores demonstram estar interessados muito mais em discutir, aprender e serem compreendidos do que simplesmente receber respostas prontas para seus problemas, como demonstrado pelas idéias de Hocdé (1999).

Segundo Mussoi (2006), o conhecimento somente é capaz de ser gerado e ampliado por sujeitos em uma relação dialética, através de processos de ação e reflexão e/ou reelaboração do conhecimento existente. Os técnicos vêem no processo participativo para elaboração de arranjos silvipastoris uma possibilidade de se construir *conhecimento de, se é que há verdades, de processo endógeno*. Talvez o que eles queiram dizer com a palavra “verdades” é construir “tecnologias”. No entanto, o que ocorreu não foi uma construção de uma tecnologia, e sim discussão e adaptação de uma tecnologia (Sistema Silvipastoril) já existente e amplamente estudada e divulgada. Portanto, o que ocorreu foi uma reelaboração de um conhecimento já existente.

Este fato acaba dando mais um subsídio às críticas de alguns autores, como Bentley (1997), Probst e Hagman (2006) e Killough (2006), que afirmam que a pesquisa participativa é muito mais utilizada para adaptar tecnologias existentes do que desenvolver novas tecnologias. Tais críticas, apesar de importantes e relevantes, não desmerecem a opção feita pelos técnicos locais de São Bonifácio e parceiros externos por trabalhar o tema “sombra”, mediante implantação de SSPs, de maneira participativa, pois estes técnicos poderiam simplesmente tratar esta tecnologia da maneira convencional, ou seja, persuadindo os agricultores a adotarem tais práticas. Porém, optaram por métodos que privilegiaram a troca/construção de conhecimentos com os agricultores, lembrando que, como fora mencionado anteriormente, essa opção está fortemente ligada à exigência do órgão financiador do MB2.

iv) IDÉIA CENTRAL: Protagonismo dos agricultores

Os agricultores desde o começo tiveram papel essencial né, porque foram eles que estão discutindo junto com a gente a questão das árvores. O grande ator desse processo todo é os agricultores. Porque se a gente chegá num ponto de tê um trabalho bonito mas não tê os agricultores do lado da gente, em algum lugar nós esquecemos eles. Eles são os mais estratégicos. Eu acho que sempre o referendo nosso, a nossa âncora, vamos dizê assim o cerne de todo esse processo é os agricultores. Não adianta tê aqui tudo que é universidade, um monte de intelectual orgânicos e expertivos num assunto, se nós não tiver os agricultores. O resto é resto. Porque os outros atores, você vai embora, eu vô embora. Quem fica aqui é os agricultores, com seus problemas, com seus sucessos, fracassos, né.

Uma questão muito importante, quando você trabalha com o agricultor, você tem que conseguí que ele faça parte, que ele se sinta parte daquilo ali. Dificilmente um trabalho vai por água abaixo quando o agricultor se sente parte dele. E eles estão se sentindo parte do trabalho. Até porque eu conheço eles, e se eles não se sentissem parte, eles já tinham saído.

DSC TÉCNICOS

Ao considerar que o processo participativo sobre arranjos silvipastoris partiu de uma demanda dos próprios agricultores, pressupõe-se que estes não constituem o “alvo” das ações deste processo, e sim os protagonistas. No entanto, as posturas mais evidentes sobre tal protagonismo apareceram apenas nas falas dos técnicos e, como pôde-se observar, foi apresentada sob a forma de dois DSCs.

A análise dos discursos nos inspira a pensar que pode estar havendo um certo desentendimento a respeito do que é considerado “protagonismo dos agricultores” pelos diferentes grupos de atores-chave que correspondem aos técnicos. Este entendimento pode estar se dando de duas maneiras distintas: “com vistas a construir processos” e “com vistas a legitimar processos”. Estas duas formas de entender a participação já fora discutida no contexto desta dissertação e se referem a: para o primeiro caso (construir processos), discutir e problematizar as necessidades dos agricultores definindo propostas, planejamentos e compartilhando responsabilidades; já para o segundo caso (legitimar processos), participação é entendida como uma ferramenta para “validar”, junto aos agricultores, decisões previamente tomadas por atores externos.

No DSC formado pelos atores-chave 3, 4 e 6, participação parece ser entendida como tendo o objetivo de “construir processos”, evidenciado pelo uso de expressões como *O*

grande ator desse processo todo; Eles são os mais estratégicos; o cerne de todo esse processo é os agricultores; O resto é resto. (...) Quem fica aqui é os agricultores com seus problemas, com seus sucessos, fracassos. Por outro lado, no DSC formado pelo ator-chave 5, participação parece estar sendo entendida com vistas a “legitimar processos”, como demonstrado no trecho: *(...) você tem que conseguir que ele faça parte (...). Difícilmente um trabalho vai por água abaixo quando o agricultor se sente parte dele.*

O relato do ator-chave 5 pode ser uma importante evidência das afirmações de autores como Gomes (2001) e Probst et al. (2003) a respeito de que muitos trabalhos vêm se desenvolvendo com utilização acrítica de abordagens participativas, rotulando uma série de atividades como “pesquisa participativa” quando, na verdade, continuam se baseando nos mesmos pensamentos positivistas. Tal ator-chave pode estar confundindo o trabalho com SSPs como um simples trabalho de difusão de uma tecnologia. Porém, a proposta é construir conhecimento através da interação entre atores e com base nos princípios dos SSPs, na busca de alternativas viáveis à demanda por sombra.

Diante disso, ficam alguns questionamentos: Por que este protagonismo dos agricultores não é claramente evidenciado nas falas dos próprios agricultores? Por que existem divergências no entendimento de “protagonismo dos agricultores” por parte dos dois grupos de técnicos? O que essa divergência de pensamentos implicaria no desenvolvimento do processo participativo?

v) IDÉIA CENTRAL: Diálogo entre diferentes atores

Só o local, pelo local, não desenvolve o local. É preciso essa interação com forças externas. É a questão glocal, né. O global e o local atuando de forma sinérgica. Trazê diferentes disciplinas pedagogo, engenheiro florestal, antropólogos pra que a gente pudesse repensá o desenvolvimento. Ou as soluções desse desenvolvimento. Nesse sentido, a equipe local – e procuro chamá a equipe local justamente pra não sê a equipe da Epagri, equipe da prefeitura e sim, equipe local que tá interessada no desenvolvimento local, do município – e o ator-chave 3 principalmente, foi o papel assim de abrir espaço, de apresentar os parceiros pros agricultores de fazer possível este processo. A professora X teve uma atuação mais teórica assim na elaboração do projeto, e só a prática na última etapa assim, quando foi a oficina. Ela teve um acompanhamento mais, assim digamos, nos bastidores. Eles [agricultores] que tiveram o papel central na pesquisa, na pesquisa sobre as árvores. A equipe aqui da regional da Epagri, também foram atores que foram essenciais porque eles possibilitaram um projeto através de recursos. E de discussões também sobre o processo. Porque são pequenas participações que fazem um trabalho maior. A gente tá trabalhando com agendas. Isso é compromissos e comprometimentos, né, coletivos. E não processos individuais, ou espúrios, né, ao interesse maior do desenvolvimento local. Por isso que eu enfatizo, a grande inovação, a grande novidade desse nosso trabalho é de a gente consegui fazê as parcerias. Que muito tá na teoria, tá nos papéis e na prática não acontece. Porque é mais difícil.

DSC TÉCNICOS

Este discurso traz uma série de pontos que merecem ser observados com uma melhor atenção, como a importância de se fazer parcerias, de “fundir” os interesses de diferentes instituições, colocando os interesses coletivos à frente de interesses individuais (FARIAS, 2000); a importância de se alternar momentos de reflexão e ação para o bom andamento de processos participativos; e também nos mostra a dificuldade de colocar algumas dessas idéias em prática.

A formação de parcerias se torna relevante na medida em que se consegue articular atores com diferentes olhares, na busca de um mesmo objetivo, o desenvolvimento de uma localidade. Mas não nos esqueçamos de que, ao que nos parece, quando os atores-chave falam em desenvolvimento aqui não é no sentido de uma visão de “fora para dentro” e sim de “dentro para fora”, como pode ser conferido pela expressão *Eles [agricultores] que tiveram o papel central na pesquisa*. Essa articulação de atores externos e internos acaba sendo um mecanismo interessante para se realizar momentos de ação-reflexão-ação, tão importantes aos processos participativos, conforme apontado por autores como Box (1987), Hocdé (1999), Ruas et al. (2006) e Mussoi (2006).

Percebe-se também que há uma certa disposição em tentar priorizar interesses

coletivos frente aos interesses individuais, através de iniciativas como denominar o trabalho de técnicos da Secretaria Municipal de Agricultura, da Epagri e do laticínio como trabalho da “equipe local” e de incentivar a vinda de pesquisadores de diferentes instituições (UDESC e UFSC, por exemplo) para desenvolver seus trabalhos no município. Isto nos leva a crer que consideram que cada um desses atores exerce papéis diferenciados no processo, mas nem por isso menos importantes. Tal fato nos mostra que não existem participações diferentes e, muito menos, níveis de importância quanto à participação. Toda participação se faz igualmente importante na medida em que cada um é convidado a expressar o que pensa, contribuindo assim com o que sabe (fruto de suas vivências e relações sociais).

Reconhecem ainda que a articulação de diferentes atores encontra-se muito mais presente na teoria do que demonstrada na prática. Por que isso estaria ocorrendo? Interesses individuais estariam atrapalhando a realização desses momentos para reflexão do processo? Será que todos da chamada “equipe local” (técnicos da prefeitura, Epagri e do laticínio) estariam igualmente interessados no desenvolvimento do município, conforme exposto no DSC?

vi) IDÉIA CENTRAL: Novos papéis assumidos

Foi agricultores, dando idéia também. Foi vocês que vieram aqui da pesquisa, até nossos próprios técnicos local ali que incentivaram. O nosso papel é transformar isso em realidade. E vocês tão trazendo idéias e ajudando, colaborando com que isso vai sair com mais perfeição, né. Hoje o técnico ele vê de uma forma diferente. Hoje o técnico que nós temo ali ele, distribuiu melhor pelo município. Porque nós se não tivesse o técnico local, nós já não ia chegar em vocês. Com toda a certeza. Eles também tem o seu papel. Vocês tem o papel de vocês trazendo a idéia, fazendo o manejo. Fazendo o manejo não, né. Isso é meu. Mas trazendo a idéia e estudando a coisa de que jeito nós vamo fazer isso.

DSC AGRICULTORES

*Eu diria assim, que pra fazê esse trabalho de desenvolvimento local, não é só com a razão. A gente faz com o coração, né. Não é só com as mãos, a gente faz com o sentimento também. E quando a gente vai fazê um trabalho desse, a gente tem que se despojá de alguns orgulhos institucionais ou orgulhos individuais. Então você tem que cedê muito, e isso é uma postura que tu não aprende na academia. Isso você tem que construí dentro de você. Então, dentro da equipe local teve um papel na articulação de reuniões e de tentá fazê o meio de campo entre a academia e o trabalho e numa articulação entre os conflitos, vamos dizê assim. Tentando apaziguá alguns ânimos, tentando fazê com que as pessoas se desarmem pra podê escutá os outros. A X, o Y, o pessoal da Epagri [Florianópolis], eu acho mais uma supervisão, dessas partes, né. **Ator-chave 6** como diz, uma orientadora do trabalho. E os agricultores como os colaboradores, acho que atores principais, nesse trabalho todo. Na verdade eles abriram a porteira das suas propriedades pra esse trabalho, né. A equipe se preocupa em atendê, como fim o produtor, e não uma tecnologia. Oferecê as tecnologias pra ele como ferramentas e não como objetivo dele trabalhá.*

DSC TÉCNICOS

Para transformar a atividade extensionista em uma ação educativa e em uma prática transformadora, faz-se necessário que, primeiramente, haja uma mudança interna de cada ator (técnicos/pesquisadores e agricultores), originando uma nova postura e novos papéis assumidos (RUAS et al., 2006). As interações entre os atores mudariam de um controle coercivo e de um sistema de ensino convencionais para um papel de facilitador e sistemas de aprendizagem participativa (BOEF, 2006). No caso de São Bonifácio, parece haver uma conformidade entre técnicos e agricultores a respeito do papel de cada um nesse processo. Através de expressões como: *Hoje o técnico, ele vê de uma forma diferente.* - Por parte dos agricultores. E - *os agricultores, como os colaboradores, acho que atores principais, nesse trabalho todo. Na verdade eles abriram a porteira das suas propriedades pra esse trabalho.* - Por parte dos técnicos. Diante de ambas as falas, poderíamos afirmar que ambos os atores reconhecem uma mudança no papel de cada um.

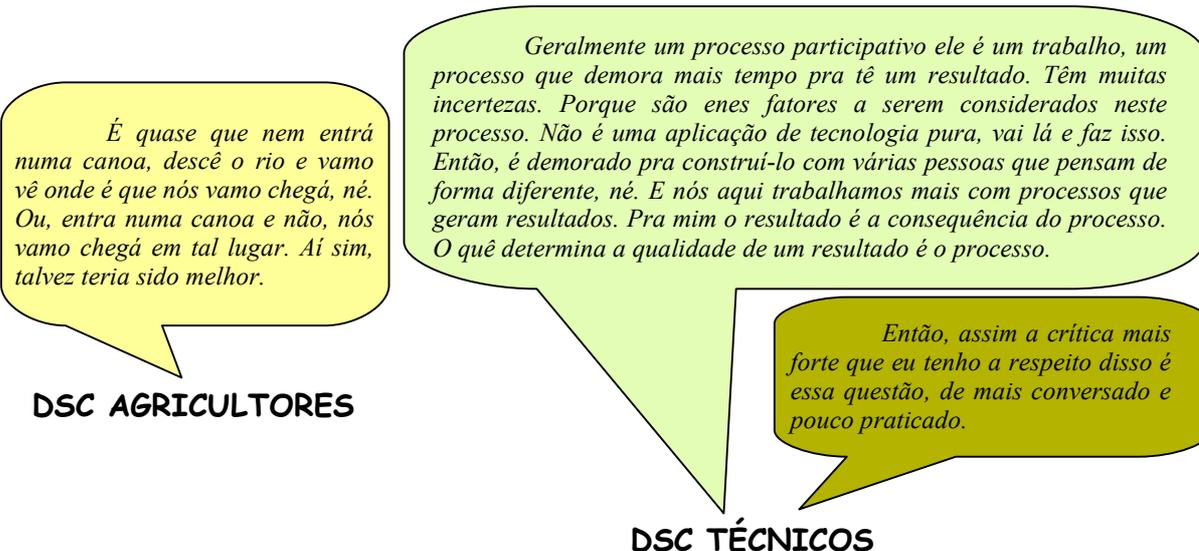
Os agricultores parecem perceber que os técnicos estão mais preocupados com os seus problemas e procuram solucioná-los de maneira construtiva. Enquanto que os técnicos parecem considerar os agricultores como parceiros no processo de construção de arranjos silvipastoris. Tais fatos possuem relação com as idéias de Hocdé (1999), o qual afirma que os agricultores não estão mais interessados em respostas prontas trazidas de fora, e sim, interessam-se por discutir, aprender, serem entendidos e compreendidos.

No trecho do DSC dos agricultores: *O nosso papel é transformar isso em realidade. E vocês tão trazendo idéias e ajudando (...)*, podemos observar as idéias colocadas por Farias (2000), o qual afirma que os agricultores aceitam melhor o técnico se este se dispõe a apenas facilitar-lhes o processo de tomada de decisão, apresentando-lhes opções para a solução de seus problemas. Demonstram conhecimento claro a respeito do papel de cada ator no processo participativo, bem como a partilha das responsabilidades.

No DSC dos técnicos, podemos observar que a mudança de perfil é entendida por eles como importante, porém, ainda se deparam com alguns desafios, como o expresso no trecho: *(...) com que as pessoas se desarmem pra podê escutá os outros*. Esta fala remete-nos ao pensamento de que, devido às diferenças de concepções e convicções a respeito de determinados assuntos, alguns técnicos não se proponham nem a parar para ouvir novas idéias. Talvez esta resistência dos técnicos em ouvir novas idéias possa ser justificada pelas afirmações de Farias (2000) de que os técnicos possuem baixa capacidade técnica em lidar com sistemas de produção, acarretando uma limitação para o trabalho participativo com pequenos agricultores. Esta baixa capacidade técnica pode estar ligada com o tipo de formação recebida na academia onde, na maioria das vezes, é passada a idéia de que o técnico é o detentor exclusivo do saber, quando, na verdade, segundo Freire (1983), o saber está em cada um. Deparam-se com a subjetividade da população do meio rural e com os diferentes fatores que determinam a tomada de decisão de um agricultor familiar, com as quais possuem extrema dificuldade em lidar.

Técnicos e agricultores demonstram estar em sintonia no que se refere ao entendimento de seu papel e o dos demais no processo, o que é facilmente identificado nos DSCs. Ambos reconhecem que o papel do técnico é o de trazer idéias e não um pacote pronto. E o do agricultor é o de refletir sobre essas idéias, de transformá-las e colocá-las em prática conforme suas particularidades. Mas fica ainda uma pergunta importante: Quem é mais resistente a novas idéias: técnicos ou agricultores?

vii) **IDÉIA CENTRAL:** Prioriza a geração de processos ou de resultados?



Observando os DSCs, parece-nos haver um entendimento homogêneo entre os atores-chave a respeito de que uma ação que priorize abordagens participativas é, geralmente, mais demorada. Porém, também nos parece que os atores vêem essa “lentidão” de maneira diferenciada. No caso dos agricultores, parecem entender esta “lentidão” como sendo algo inseguro, incerto, sem um objetivo final pré-estabelecido. Isso, de certa forma, estaria de acordo com o primeiro DSC dos técnicos, composto por representantes dos parceiros externos e do setor público. No entanto, os agricultores parecem ver essa incerteza como algo negativo, apresentando uma certa dificuldade em lidar com esta situação, talvez justificada por uma certa “incapacidade” dos técnicos em conseguir esclarecer que existem objetivos bastante concretos em tal processo participativo.

Os técnicos parecem entender essa “lentidão” como algo positivo e necessário ao objetivo de agregar diferentes formas de pensar e também por talvez entenderem o que os agricultores chamam de “sem objetivo pré-estabelecido” como sendo uma potencialidade apresentada pelos processos participativos, na medida em que eles possuem uma grande capacidade de desencadear novos processos, além de simplesmente atingir o objetivo final.

Já um outro DSC dos técnicos, composto pelo ator-chave 5, que representa a iniciativa privada, instiga-nos a pensar que processos participativos possam ser vistos como processos onde há muita reunião, muita conversa e poucas ações práticas. Ruas et al. (2006), afirmam que esses momentos de reflexão (reuniões, conversas etc.) são muito importantes, pois se constituem em espaços para o ensino-aprendizagem do conhecimento existente e/ou para

produção do conhecimento ainda não existente. A opinião desse grupo de técnicos pode ser de quem está pensando a utilização de abordagens participativas na geração de tecnologias ainda sob os mesmos pressupostos do difusionismo, no qual o que importa é o resultado representado por X produtores que adotaram determinada tecnologia, tal qual como fora desenvolvida. Por isso talvez considerem esses momentos de construção conjunta como sendo uma “perda de tempo”.

3.1.1 – Articulando as Idéias: as características do processo participativo sobre arranjos silvipastoris

Através dos DSCs compreendemos que os processos participativos partem de uma demanda local em que um determinado grupo de interesse sugere um tema gerador a ser trabalhado. No caso de São Bonifácio, a demanda partiu dos agricultores do Grupo do Pasto que demonstraram interesse em alternativas para proporcionar sombra para suas vacas leiteiras. Tais agricultores não queriam respostas prontas, e sim, discutir idéias. Os técnicos locais e parceiros externos se mostraram sensíveis à construção de alternativas coletivamente.

A utilização de métodos e ferramentas participativas demonstradas neste processo propiciou uma interação de saberes de técnicos e agricultores, fazendo com que cada conhecimento fosse valorizado. Os agricultores puderam ter consciência de seus saberes, considerando-os importantes e complementares aos saberes dos técnicos, caracterizando assim uma relação de ensino-aprendizagem.

No processo participativo sobre arranjos silvipastoris não ocorreu a geração de uma nova tecnologia. O que de fato ocorreu foi a reelaboração de um conhecimento já existente, mediante a construção de SSPs adaptados às condições de cada agricultor e de sua propriedade. No entanto, tal processo não deixa de ser inovador, tendo em vista que os SSPs mais comumente encontrados são aqueles formados com monocultura de espécies arbóreas exóticas e com objetivos estritamente para a comercialização da madeira. Já os arranjos elaborados pelos agricultores do Grupo do Pasto são compostos por uma variedade de espécies nativas que cumprirão diferentes funções, além de proporcionar sombra, como: conservação da água; preservação da espécie arbórea nativa; produção de alimentos para a família e os animais, além de pólen e néctar para as abelhas; beleza cênica da propriedade; e madeira para diferentes fins, inclusive comercialização.

Percebemos que os agricultores deixaram de exercer um papel de meros receptadores de tecnologias e passaram a ser parceiros na construção de idéias. Os técnicos também mudaram sua postura, optando por relações mais horizontais, caracterizando-se como facilitadores do processo. Estes também buscam promover o diálogo entre diferentes atores internos e externos. No entanto, encontram inúmeras dificuldades que acabam fazendo com que este diálogo esteja presente muito mais na teoria e no discurso do que na prática. Por fim, mas não menos importante, processos participativos, na visão dos atores-chave de São Bonifácio, são mais demorados, apresentando resultados mais visíveis somente a longo prazo, o que acaba gerando algumas incertezas entre estes atores.

Cabe ainda ressaltar que o conjunto de características apresentadas representa ao mesmo tempo potencialidades e desafios emergentes de um processo participativo. Como estas potencialidades e estes desafios são vistos pelos atores-chave e evidenciados no caso de São Bonifácio, constitui-se o foco da discussão que se sucede.

3.2 – Potencialidades do processo participativo

A opção da extensão rural por desenvolver suas ações utilizando-se de abordagens participativas surgiu a partir das limitações apresentadas pelos métodos tradicionais (difusionistas) em lidar com a complexidade do meio rural, principalmente em regiões mais pobres. Tal complexidade está ligada a fatores culturais, religiosos, políticos, preferências pessoais e sociais, à praticidade e econômicos que orientam a lógica da tomada de decisão de agricultores familiares.

Os métodos difusionistas da extensão rural baseiam-se prioritariamente em aspectos econômicos, por isso preconizam um aumento na produtividade e, por consequência, na renda dos produtores. No entanto, segundo Bunch (1994), mesmo que esse aumento na renda seja importante e possibilite que as pessoas se alimentem, vistam, morem e se eduquem adequadamente, tal aumento por si só não garante estes benefícios. Muito mais do que um aumento na renda, as pessoas querem e têm todo o direito de suprir suas necessidades básicas e de ter uma maior autonomia para a tomada de decisão e para pensar sua maneira de produzir conforme a própria lógica familiar.

O desenvolvimento de processos participativos, mediante a valorização do saber do agricultor, o respeito a sua cultura e a horizontalidade do diálogo permite que se atinjam

objetivos humanos mais amplos. Tais objetivos representam o aumento da auto-estima do indivíduo e do grupo social ao qual pertence, o fortalecimento de uma identidade cultural local e a busca pela autogestão das populações rurais.

Neste sentido, a seguir serão apresentadas as idéias centrais presentes nos discursos dos atores-chave que representam como algumas destas potencialidades são evidenciadas no caso de São Bonifácio.

i) IDÉIA CENTRAL: Saber que sabe pouco

Até o dia que eles perguntaram pra mim se eu daria essa entrevista sobre as espécies, eu até disse olha eu até posso dar, mas eu conheço só umas quatro árvores. E daí no fim, no resto eu conhecia muita, muita árvore, né. E eu até achava que eu nem conhecia tanto, né. E lá no dia de reconhecer lá [Turnê-guiada], também foi bom assim porque até pra gente saber, né. Às vezes a pessoa fala ah tal árvore, né, aí eu não sei o quê que é. Daí depois fomo ver, não mas eu sabia sim, só que por outro nome, né.

DSC AGRICULTORES

Este DSC remete-nos a pensar no que Paulo Freire já falava sobre a importância de o indivíduo descobrir que sabe alguma coisa sobre algo, buscando saber mais (FREIRE, 1983). Além disso, esse DSC pode ser um interessante indicativo da capacidade dos processos participativos em melhorar a auto-estima das pessoas, não só convidando-as a refletirem em grupo sobre sua própria realidade como também promovendo a partilha de conhecimentos. Este aumento da auto-estima pode ser observado pela empolgação demonstrada no DSC dos agricultores quando falam sobre o momento em que descobriram que tinham bastante conhecimento a respeito das árvores.

Esta descoberta feita pelos agricultores de seu próprio conhecimento é fruto da utilização de algumas ferramentas participativas por parte da facilitadora da pesquisa participativa. Prova disso é o relato sobre a realização da entrevista semi-estruturada e da turnê-guiada. A entrevista teve o objetivo de caracterizar os agricultores familiares do Grupo do Pasto e apontar o conhecimento desses agricultores a respeito de espécies arbóreas nativas (características, usos e manejos). Já o objetivo da turnê-guiada foi o de sintonizar o entendimento dos agricultores sobre o nome das árvores, tendo em vista que uma mesma espécie era citada por diversos nomes pelos diferentes agricultores.

No entanto, além de se atingir os objetivos pré-estabelecidos pelo ator-chave 6, estas ferramentas proporcionaram algo diferente aos agricultores, como a descoberta de seu conhecimento e elevação de sua auto-estima. Se a intenção, neste caso, fosse a de utilizar métodos difusionistas, cuja orientação pedagógica seria a persuasão, provavelmente tais resultados não seriam alcançados.

ii) IDÉIA CENTRAL: “Tecnologia” culturalmente apropriada

Dentro do piquete a sombra nós precisava tê muito mais rápido do que isso. Só que, nós ia fazê com um monte de erros. De repente o técnico trazê sim, o que já tem pesquisado, assim no caso, em cima de uma árvore. Mas nunca deixá de fazê a pesquisa, porque cada local é um local também. E cada situação é uma situação. Eu procurei, juntar um pouco de cada um, né. Eu fiz umas parte em linha, outras parte eu fiz no meio do piquete e outras árvores que nasceram por si, então elas tão na posição que tão porque nasceram ali, né. Mas pra diferenciar um pouco assim, né. Na própria experiência pra ver se é melhor que elas tão em linha ou se é melhor tá por dentro do piquete assim, né. Por isso, da pastagem ser mais rápido, podia ser. Da árvore se fosse muito rápido [o processo] com certeza a gente ia cometê mais erro do que assim. Além de ela tá faltando lá do começo já, a árvore dentro do piquete. E a gente já teve problemas com isso. Mas a árvore, como eu vejo, ela é um pouco mais complexa pra tu colocar. Ela requer um estudo a mais.

DSC AGRICULTORES

Porque os agricultores, ao debatê os problemas deles pra gerar e pra melhorá renda nessa atividade, eles disseram que muitas das tecnologias que eles foram vê nas excursões, ao fazer lá em São Bonifácio, aqui na comunidade do Rio do Poncho, em vez de ajudá deu prejuízo pra eles. Eles queriam desenvolvê experiências por eles mesmo. Testá antes na propriedade, vê se funcionava. Fazê uma pesquisa entre eles pra depois adotar, o quê até minimiza o erro. Aí surgiu a idéia da pesquisa participativa, porque a gente perguntou: o quê que eles gostariam de experimentá? Na verdade o agricultor já é um eterno experimentador, ele vive testando as coisas, né. Por isso há uma preocupação de colocar as espécies que eles gostem, que sejam bonitas, que possam auxiliar assim no aspecto paisagístico da propriedade. Tudo isso existe, né. Principalmente os agricultores mais idosos assim, é o que eu noto. Mas eles tão dispostos assim a fazer e ver o quê que vai acontecer.

DSC TÉCNICOS

Pela análise do DSC dos agricultores, temos uma idéia sobre o significado de “tecnologia culturalmente apropriada” para eles. Na passagem - *De repente o técnico trazê sim, o que já tem pesquisado, assim, no caso, em cima de uma árvore. Mas nunca deixá de fazê a pesquisa, porque cada local é um local também* -, podemos observar que a noção de tecnologia apropriada pode ser uma noção relativa à articulação de saberes. Tal articulação se dá pelo fato de os técnicos exporem alguns conhecimentos científicos já consolidados com o intuito de problematizar a realidade desses agricultores em busca de alternativas viáveis para seus problemas prioritários. Isto demonstra a necessidade de os técnicos adotarem uma postura de articulação de saberes frente a atitudes de persuasão junto aos agricultores, discutida por Ramos (2006). Neste contexto, há de se destacar também as idéias de Box

(1987), que afirma que os agricultores não querem que se “fale para eles” e sim que se “converse com eles”. Possuem consciência de seus saberes a respeito não só das características de suas propriedades como também sobre manejo de seus sistemas, exigindo respeito e valorização de tais saberes nos processos de geração/adaptação de tecnologias.

Os agricultores se mostram cientes de que, para que isto seja possível, se faz realmente necessária a realização de atividades com o objetivo de discussões em grupo sobre aspectos técnicos a respeito de tal tecnologia, justificando, de certa maneira, aquele sentimento de “lentidão” evidenciado anteriormente como uma das características de processos participativos.

Pela análise do DSC dos técnicos, podemos notar que há uma preocupação por parte deles em se respeitar aspectos relativos à lógica que orienta a tomada de decisão do agricultor familiar, que vai muito além do simples retorno econômico, evidenciando assim a opção pelo trabalho com abordagens participativas. Mas será que no trecho do DSC - *Testá antes na propriedade, vê se funcionava. Fazê uma pesquisa entre eles pra depois adotar, o que até minimiza o erro* -, não estariam engendradas aquelas idéias de que a participação se resume ao fato de o agricultor decidir se tal tecnologia é boa ou não e, por conseqüência, decidir adotar ou não?

Por outro lado, os técnicos podem estar se referindo à idéia de que o agricultor faz, necessita e gostaria de continuar realizando experiências em sua propriedade, até porque, no próprio DSC dos agricultores, eles reconhecem que momentos de discussões a respeito da tecnologia propiciam para que se reduza o erro e, conseqüentemente economize tempo. Diante disso, parece-nos claro que há uma conformidade entre os técnicos e agricultores a respeito da importância de se discutir idéias (tecnologias), com o objetivo de apropriá-las à realidade de São Bonifácio, ou até mesmo de gerar novas idéias a partir das já existentes.

iii) IDÉIA CENTRAL: Desenho conforme interesse próprio

Claro que pra um agricultor que trabalha com apicultura ou é pecuarista de leite, mas tem um forte viés pra apicultura, o arranjo vai tê uma tendência mais pro interesse de pastagem apícola. Um agricultor, pecuarista de leite que tem ovelha, ele vai buscar árvores que procure contemplá nesse arranjo aquilo que vem de encontro com o interesse de um ovinocultor. Que também não cria só ovelhas, ele cria junto com a pecuária de leite. E muitas vezes é por uma questão de belo, de outros interesses, né. Neste sentido que cada agricultor elaborou seu desenho de acordo com as características da propriedade dele, com os interesses que ele tinha, com o interesse que ele tem na árvore, né, e das características de sua propriedade.

DSC TÉCNICOS

Através deste DSC, como também demonstrado na análise da idéia central anterior, o que podemos supor é que tenha verdadeiramente ocorrido uma preocupação, por parte dos técnicos, de que todos os interesses dos agricultores fossem considerados igualmente importantes no momento de elaboração dos arranjos silvipastoris. Os interesses dos agricultores só podem ser considerados em um processo de geração e/ou adaptação de uma tecnologia mediante métodos que pressupõem o diálogo entre os atores, o que de fato ocorreu no caso de São Bonifácio.

A oficina para a elaboração de possíveis arranjos silvipastoris realizada com alguns agricultores do Grupo do Pasto permitiu que esses agricultores se apropriassem de alguns princípios dos SSPs e elaborassem seus desenhos conforme as condições de suas propriedades e dos interesses seus e de sua família (Caporal, 2007). Durante a realização dessa oficina, os agricultores demonstraram que seus interesses na sombra proporcionada pela árvore vão além do interesse econômico. Consideraram aspectos como conservação da água, disponibilidade de néctar e pólen para as abelhas e a própria preservação de algumas espécies florestais, demonstrando assim sua lógica que orienta a relação entre o manejo dos sistemas produtivos e a conservação dos recursos naturais. O resultado dessa oficina foi a elaboração de algumas alternativas de arranjos silvipastoris bastante distintas, não se demonstrando portanto um modelo único ou um pacote igualmente aplicável para todos.

iv) IDÉIA CENTRAL: Construção conjunta

Mas a discussão que veio lá de 2005 pra cá foi muito bom, porque já nós próprio viemo mudando de idéia desde lá até aqui. A gente foi vendo algumas coisas ali de árvore e discutindo idéias. Tamo chegando já numas idéia melhor de repente. Já tivemo uma idéia no dezembro do ano passado que até nós já fizemo o mapa. Hoje, a idéia já é completamente diferente. Então, esse mapa, hoje, já não tá mais valendo pra nós. Então por isso que eu acho que aquelas discussões longas pra fazê isso ali até tem o seu valor. A gente tem uma necessidade de fazer alguma coisa diferente, e pra isso a pesquisa tá sendo bom, que veio e a gente tem a possibilidade de descobrir novas coisas. A minha idéia foi até de fazer menos sombra. De repente já mudou. Mas também é uma coisa que eu vô tê que vim em casa falar com os outros lá em casa, porque não é só eu que vou mandar lá, né. Daí temo que vê também lá, e junta a pesquisa, junta o técnico e depois quando iniciá o trabalho temo que vê, né. Então isso teve uma boa vantagem, porque isso não veio e nem eu hoje tenho uma idéia fixa de como deve ser ou como de repente vai ser. Trabalhos parecidos jamais aconteceram. E a gente tá participando de pesquisa, desde o microbacia pra cá. Antes a gente trabalhava livremente. Na idéia da gente, né. Um trabalho direto com nós lá como tá sendo agora, isso nunca aconteceu antes.

DSC AGRICULTORES

A construção, assim. Formas de construir a tecnologia. Uma foi o PRV e agora é uma nova tecnologia que tá sendo inserida no meio. Só que de outra forma. E agora dessa forma, construindo junto com o agricultor, né. A diferença do PRV que foi só transferido. Porque nenhum dos dois deixa de ser difusão, entre aspas, ou implantação de uma nova tecnologia. Mas a forma como foi implantado o PRV é muito diferente da forma como tá sendo implantada agora. Pela construção assim, junto com os agricultores, este trabalho vêm desconstruindo paradigmas, né. De que estas verdades não vêm num livrinho, num pacote. Esse livrinho, esse pacote pode sê construído lá na comunidade com os agricultores, né.

DSC TÉCNICOS

Analisando o DSC dos agricultores, remetemo-nos mais uma vez à idéia de “lentidão” característica de processos participativos e discutida anteriormente. Pela passagem - *A gente foi vendo algumas coisas ali de árvore e discutindo idéias. Tamo chegando já numas idéia melhor de repente. Já tivemo uma idéia no dezembro do ano passado que até nós já fizemo o mapa. Hoje, a idéia já é completamente diferente* -, podemos observar que os agricultores compreendem e reconhecem a importância dos espaços de discussão sobre SSPs, proporcionados pelo ator-chave 6. No entanto, algumas vezes se demonstram inseguros quanto aos resultados finais a se esperar, “rotulando” tal processo como muito demorado.

A solução desta situação depende muito da sensibilidade do técnico facilitador em perceber a motivação e o entusiasmo dos atores em participar, alternando entre atividades de caráter mais teórico/reflexivo com as de cunho mais prático. As idéias de Bunch (1994) vão

ao encontro desta alternativa, visto que este afirma que o sucesso de processos participativos está estreitamente ligado ao entusiasmo dos atores em participar das atividades. Pois, somente pessoas entusiasmadas se interessam por buscar soluções para seus problemas e trocaram experiências entre si.

Em ambos DSCs parece claro que discussões conjuntas possuem enorme valor no momento de se pensar uma tecnologia. Para os agricultores, este valor estaria representado pelas possibilidades que essas discussões os proporcionam, no intuito de dar conta da dinâmica do conhecimento. Este dinamismo é defendido por autores como Freire (1983) e Mussoi (2006), os quais explicam este fato por considerarem o conhecimento como o resultado de vivências individuais e relações sociais, portanto em constante transformação.

Os agricultores parecem ver nas discussões também uma possibilidade de amadurecer suas idéias a respeito da tecnologia, proporcionando condições adequadas para que esta tecnologia dê as melhores respostas possíveis as suas condições. Já para os técnicos, a construção conjunta ocorrida neste processo aparentemente está permitindo que vislumbrem que mais tecnologias sejam trabalhadas dessa maneira em parceria com os agricultores. Porém afirmam que - *Esse livrinho, esse pacote pode ser construído lá na comunidade com os agricultores.* - O que estariam querendo dizer com isso? Quando falam em “pacotes”, estariam se referindo a pacotes válidos somente para a realidade de cada agricultor de São Bonifácio ou estariam se referindo a pacotes amplamente válidos a todas as realidades?

v) IDÉIA CENTRAL: Diferentes olhares como estratégia para o desenvolvimento rural

Eu acho que a proposta da pesquisa participativa é um grande caminho pra gente fazer extensão rural ou desenvolvimento rural. Aí você bota pesquisador, extensionista e agricultor numa mesa pra construir saber, isso é maravilhoso. Nunca aconteceu da universidade estar aqui dentro da cidade. Um pequeno território, uma cidade pequena como essa. O fato de trazer atores externos pra dentro de um ambiente de discussão de problemas internos da comunidade. Eu acho que a grande novidade foi criar um ambiente onde todos sentam e conversam, mesmo com suas diferenças, com seus conflitos. Essa foi a grande novidade. Trazer o desenvolvimento rural, o desenvolvimento rural sustentável, territorial pra dentro do trabalho de extensão rural e de pesquisa. Foi colocá na mesma mesa pesquisador, extensionista, agricultor e gestor local público.

DSC TÉCNICOS

Analisando este DSC, podemos ter o exemplo concreto a respeito de que um tema gerador, como no nosso caso “sombra”, pode desencadear um conjunto de processos. O resultado de trabalhos como este não é simplesmente um número X de agricultores que “adotaram” sistemas silvipastoris, mas também o processo de construção destes sistemas.

Segundo Bunch (1994), o verdadeiro desenvolvimento, entre outras coisas, ocorre quando as pessoas aprendem a cuidar sozinhas de suas vidas e a resolver seus próprios problemas. Em outras palavras, somente faz sentido falar em desenvolvimento quando este é buscado através de processos que primem por construções coletivas e pelo empoderamento, por parte dos agricultores, dos princípios do que esteja sendo trabalhado (uma determinada tecnologia, por exemplo).

A forma como a “tecnologia” de sistemas silvipastoris foi trabalhada em São Bonifácio, utilizando-se de diversos métodos e ferramentas participativos, proporcionou aos agricultores se apropriarem dos princípios de tal sistema a ponto de elaborarem arranjos bastante diferenciados. À luz dessas argumentações, podemos, sim, pensar que o processo participativo para elaboração de arranjos silvipastoris está contribuindo para o desenvolvimento do município.

Enxergar no processo participativo uma possibilidade de desenvolvimento corresponde a técnicos que possuem uma visão mais ampla a respeito de um processo participativo. Uma visão de que estes processos podem gerar muito mais do que resultados quantitativos. Geram desenvolvimento humano e do município, constituem-se em uma forma diferenciada de trabalhar, priorizando relações mais horizontais, constroem e transformam saberes, entre outras possibilidades.

Há de se destacar ainda que a afirmação - *Eu acho que a grande novidade foi criá um ambiente onde que todos sentam e conversam, mesmo com suas diferenças, com seus conflitos* - ainda se constitui muito mais em um desejo de alguns do que em algo que realmente aconteça. Para exemplificar, podemos citar a divergência de idéias a respeito da inclusão da árvore no sistema gado/pastagem. Alguns técnicos, principalmente os pertencentes à iniciativa privada, possuem vários questionamentos a respeito. No entanto, nunca se propuseram a debater o assunto de maneira séria, discutindo dados, construindo argumentações etc. Tal debate chegou a ser proposto algumas vezes pelo ator-chave 6 e por alguns outros técnicos, mas nunca acabou sendo realizado. Portanto, o discurso dos técnicos sobre um ambiente de diálogo de saberes se encontra presente, neste momento, muito mais no

próprio discurso do que evidenciado nas ações.

3.2.1 – Articulando as Idéias: as potencialidades do processo participativo sobre arranjos silvipastoris

A partir das idéias evidenciadas pelos DSCs, percebemos que o processo participativo para construção de arranjos silvipastoris apresenta inúmeras potencialidades vistas pelos atores-chave. O uso de métodos e ferramentas participativos, como a entrevista semi-estruturada e a turnê-guiada, proporcionou aos agricultores descobrirem que possuíam conhecimento a respeito das árvores, o que acabou por entusiasamá-los a buscarem novos conhecimentos e a elevar sua auto-estima. Esta busca por conhecimentos evidencia o caráter experimentador e observador dos agricultores familiares do Grupo do Pasto.

Esses agricultores perceberam que só reproduzir tecnologias conhecidas através de visitas em outros locais não basta. Faz-se necessário reconstruí-las na própria propriedade. Somente aceitam os técnicos se estes lhes trouxerem idéias já pesquisadas, as quais eles ainda não conseguem acessar por si só. Consideram indispensável a realização de pesquisas em suas propriedades por acreditarem que também possuem conhecimentos válidos e que são os maiores conhecedores de seus sistemas de produção e das características de suas propriedades.

Os agricultores reconhecem que o processo participativo é mais demorado, mas a vantagem é que propicia uma maior discussão a respeito de idéias sobre uma tecnologia, fazendo com que esta seja mais adaptada a sua realidade e gere os melhores resultados possíveis. A postura facilitadora dos técnicos locais e de parceiros externos permitiu que os agricultores se apropriassem dos princípios dos SSPs, elaborassem arranjos diferenciados conforme interesses e condições de cada um e não reproduzissem modelos.

Outro elemento importante de considerar é que técnicos e agricultores viram no processo participativo de São Bonifácio uma possibilidade de articular saberes mediante interação entre técnicos extensionistas, pesquisadores e agricultores. A partir desta interação, vislumbram a possibilidade de construir conhecimentos e/ou reelaborar conhecimentos já existentes em busca de alternativas viáveis para cada agricultor.

O que se pôde observar pela análise dos DSCs feitos até o momento foi que processos participativos, através do conjunto de suas características, potencializam que sejam atingidos

objetivos mais amplos, além de resultados quantitativos. Porém, ao mesmo tempo, este conjunto de características apresenta algumas dificuldades que geram muitos desafios. Tais desafios, serão apresentados e discutidos a seguir.

3.3 – Desafios do processo participativo

Trabalhar com processos participativos não representa um “mar de rosas”, apresentando somente potencialidades, possui também algumas dificuldades. Quem se propõe a trabalhar dessa maneira deve ter consciência das dificuldades e enfrentar os desafios que se apresentam como consequência.

O desenvolvimento de um processo participativo é, em geral, mais demorado; seus resultados são geralmente perceptíveis a longo prazo; possui uma grande capacidade de evidenciar divergências de diversas ordens como, por exemplo, interesses e visões dos diferentes atores.

Há também limitações de ordem individual e institucional. Individual porque o técnico geralmente se vê frente a um dilema interno com relação ao paradigma construído na academia (receitas prontas) e muitas vezes exigido na realidade do meio rural (processo facilitador ou de aprendizagem). Quando supera tal dilema e opta por seguir um processo de aprendizagem, às vezes surge um novo dilema, o institucional. Isto se deve ao fato de a instituição na qual trabalha continuar orientando suas ações dentro do outro paradigma, o de receitas prontas. Encontrar saídas para estes dilemas se tornam verdadeiros desafios a serem enfrentados e superados por técnicos que se propõem a trabalhar em processos participativos. Esses e outros desafios serão melhor apresentados e discutidos a seguir.

i) IDÉIA CENTRAL: A demora desanima

Só a única coisa que eu vejo e que tenho certeza que é da maioria, é a demora né. O pessoal que agilidade, né. A coisa vai, fica todo mundo naquela expectativa de fazer e fazer, e entra ano e sai ano e (...). Eu nem sei em que ano que começou isso, mas eu acho que já tamo já uns dois anos quase nesse rolo aí e ninguém plantou árvore ainda e aí o pessoal começa a desanimar, né. Como talvez o agricultor ele é acostumado assim, ele planta o milho, vai ter que carpir, né. Então é tipo assim, é quase como se ele tivesse plantado o milho e ficou esquecido. Daí depois, quando ele já tava quase pra colher, daí foi carpir, né. O pessoal quer assim, que dê uma sequência, né. Fez, esse mês teve uma coisa, mês que vêm vamo fazer outra, pra coisa andá. Só que é como por exemplo já foi dito né, não depende só do pessoal que tá fazendo isso aí, né. Tem outras coisas por trás, né. Só que daí mesmo que desanimou assim. Isso aí vai acabar que não vai sair nada e daí a gente começou a fazer por conta. Da minha parte eu já peguei, já demorou, demorou, demorou e eu já comecei a pegar umas plantas e plantar pra ver se acelerava, assim. Porque eu vejo a necessidade, né. Os animais precisam desta sombra.

DSC AGRICULTORES

Desanima trabalhar com pesquisa participativa. O início dessa proposta foi muito teórica e pouco prática. Logo, os agricultores cobraram pela prática. Além disso, não tem como trabalhar com pouco recurso. Não tem, é impossível porque as coisas demoram, as vezes o que tu esperava fazer numa tarde tu vai levar 3 dias, e pra isto tu vai precisar do triplo do recurso que tu tinha previsto. É aquela questão de tu respeitar o tempo processual da pesquisa. Então tu faz um projeto, prevê um recurso x e, quando tu vê, não tem como tu executar com aquele recurso, né.

DSC TÉCNICOS

Ao ler o DSC dos agricultores, percebemos a angústia deles por começar a plantar as árvores e ver a concretização das discussões conjuntas. Vale lembrar que o processo participativo para construção de arranjos silvipastoris teve seu início em 2005 e continua em curso. Mas, para o âmbito desta dissertação, estamos analisando somente o período até dezembro de 2006, que corresponde à finalização da pesquisa realizada por Caporal (2007), que culminou na elaboração dos desenhos de possíveis arranjos silvipastoris pelos agricultores. No entanto, mesmo com o pedido para que os entrevistados procurassem responder às perguntas do questionário pensando o processo participativo apenas no período de 2005 até dezembro de 2006, foi impossível desvincularem-se do período atual. Neste sentido, faz-se necessário um breve relato do contexto atual.

A alternativa encontrada pelos técnicos locais com vistas a suprir a demanda dos agricultores do Grupo do Pasto por sombra, em São Bonifácio, foi a de incentivar a realização de uma pesquisa participativa com o objetivo de selecionar espécies arbóreas que apresentassem potencial para comporem SSPs e, ao mesmo tempo, fossem de conhecimento e interesse dos agricultores. A partir da seleção das espécies, os agricultores desenhariam arranjos silvipastoris conforme as condições de suas propriedades e de seus interesses na

árvore. Portanto, um trabalho meramente de reflexão.

Após a conclusão da pesquisa de Caporal (2007), em dezembro de 2006, através de um projeto elaborado e apresentado ao PRAPEM/MB2, foram disponibilizados recursos para que os desenhos de arranjos silvipastoris elaborados pelos agricultores fossem colocados em prática. No entanto, por questões burocráticas, tais recursos somente foram liberados em agosto de 2007, significando assim um período de oito meses de espera e justificando a posição dos agricultores ao afirmarem que a demora desanima.

Porém, tal justificativa dos agricultores pode ser questionada, pois desde o início do processo eles foram constantemente lembrados de que estavam participando de uma pesquisa (que originaria uma dissertação de mestrado) e de que esta não tinha nenhum outro objetivo senão a construção conjunta de possíveis arranjos silvipastoris. Tal construção poderia desencadear (como realmente desencadeou) um novo processo para a implantação dos SSPs, porém nada poderia ser garantido pela pesquisadora, evidenciando assim um dilema constante entre pesquisa e extensão.

Analisando o DSC dos técnicos, também podemos ter algumas explicações para as angústias demonstradas no DSC dos agricultores. Aparentemente, o principal problema enfrentado pelos técnicos é a dificuldade em conciliar o tempo processual do grupo com o qual se trabalha, com o volume de recurso financeiro disponível e com os prazos estipulados pelos financiadores do projeto. Segundo Kamp e Schuthof (1991), esta é uma das mais importantes limitações de processos participativos. Esses autores afirmam que algumas instituições, principalmente governamentais, possuem um conjunto de hierarquias e regras extremamente rígidas que acabam prejudicando as ações dos técnicos no campo.

No entanto, muitas vezes tais regras e burocracias são impostas pela própria fonte financiadora dos projetos, que exige cumprimento total dos objetivos pré-estabelecidos dentro de prazos rígidos e de resultados, em geral, bastante quantitativos. Por isso que autores como Bunch (1994) afirmam que processos participativos, para obterem sucesso, devem ser flexíveis tanto na alocação de recursos quanto no cumprimento de prazos, sensíveis ao tempo processual do grupo e respeitarem especificidades locais (cultura, religião, política etc.).

O interessante de notar neste caso é que os técnicos sabem da angústia dos agricultores e estes, por sua vez, sabem que a seqüência dos trabalhos às vezes vai além da simples vontade do técnico. Entretanto, parece não haver muito o que ambos possam fazer a respeito, a não ser ter paciência e acreditar na proposta.

ii) IDÉIA CENTRAL: O processo tem dono

A equipe local eu acho que o principal papel foi esse, foi o de abrir espaço, de incentivar o trabalho e em alguns momentos de complicar o trabalho, né. Porque eles têm um cuidado muito grande assim, têm um medo que o pessoal que entre lá acabe fazendo bobagem, então eles tiveram este papel assim de incentivar, e algumas vezes fazer parar pra pensar e discutir o processo. Porque todo mundo trabalha e cada um quer ser o dono da coisa e aí os técnicos que tã a mais tempo no município são donos, né. Abrem espaço e ao mesmo tempo ficam sempre com um pé atrás. São feudos, são burgos, né. São tipo guetos que as pessoas estabelecem e acham que qualquer pessoa estranha ou uma interdisciplina que aconteça ali, tá, vamo dizê assim, gerando uma incerteza, uma insegurança. Que o próprio processo de parceria, de interdisciplina que a gente tá ilustrando aqui gera esse medo, sabe. Um medo atávico das pessoas. Vício muito grande das pessoas em, mesmo que seja inconsciente, mas de tentá se impor sobre as demais parcerias para que seu ponto de vista seja maior do que os outros. É um ato reacionário clássico de nossa sociedade. As pessoas são como felinos, mijam em quatro cantos da parede e definem territórios. O Grupo do Pasto não é um território exclusivo do pasto ou só pra produzi leite com qualidade. É pra fazê gente, fazê gente feliz, fazê cidadania. É até um ato de humildade a gente se despojá desse orgulho técnico, né. Muito técnico se acha o rei da cocada, é ele que sabe tudo, leva as verdades, soluções, a gente tá repostulando a idéia de que não é. A verdade não tá com nós, tá com os agricultores.

DSC TÉCNICOS

Farias (2000) afirma que, em processos participativos, os interesses coletivos sempre devem estar à frente dos interesses individuais ou de um pequeno grupo. Com o DSC, percebemos que no caso de São Bonifácio ainda há uma certa “ vaidade ” entre alguns atores do processo. E, ao que tudo indica, essa “ vaidade ” se dá por parte de alguns técnicos, o que nos leva a pensar que a interação entre diferentes atores, ao mesmo tempo que se torna importante na construção de um processo coletivo, ela possa estar ferindo alguns “ egos ”. Quem sabe, não seja o “ ego ” que está sendo ferido, e sim o real interesse por trás do discurso de “ participativo ” que esteja sendo ameaçado?

Talvez o que esteja implícito neste DSC é que o Grupo do Pasto, um espaço para discussão e construção conjunta de alternativas aos problemas enfrentados pelos produtores de leite do município, estaria sendo utilizado para atender a outros propósitos diferentes daqueles para o qual inicialmente fora criado. Tal propósito pode estar sendo o de legitimar junto aos agricultores os interesses do setor privado.

Segundo Kamp e Schuthof (1991), em alguns países a participação é ainda vista como uma instância de poder político. Proporcionar que os cidadãos tenham voz ativa, portanto, participem das decisões, significa dar poder a estas pessoas, reduzindo, assim, relações de dominação. As decisões não dependem mais somente dos interesses do governo e passam a

receber intervenções da sociedade civil. Fazendo uma analogia ao caso de São Bonifácio, alguns técnicos e respectivas instituições que durante muito tempo exerceram total influência sobre os agricultores, tomando quase todas as decisões, se vêem, atualmente, “obrigados” a discutir conjuntamente tais decisões.

Como veremos mais adiante, há quem defenda que o Grupo do Pasto deve ter um foco que seria a produtividade do pasto, e há quem defenda que o mesmo deva ter o foco em todas as questões que envolvem a produtividade leiteira (árvores, pasto, animais etc.). Quem estaria com a razão? Considerando que esta discussão é feita somente entre os técnicos, qual seria a opinião dos agricultores a respeito? Será que alguém se interessou em perguntá-la?

O que fica claro com a análise do DSC dos técnicos é que processos participativos possuem uma capacidade de evidenciar fortes divergências, neste caso, a divergência de interesses. Mediar tais divergências se constitui em desafios para aqueles que desejam trabalhar de maneira participativa. Superar estes desafios depende da capacidade dos profissionais em responder as seguintes questões: Como lidar com sentimentos de “posse”, como o demonstrado por atores há mais tempo em São Bonifácio? Como articular os diferentes interesses envolvidos em um processo participativo no sentido de canalizá-los em prol do interesse maior dos agricultores?

iii) IDÉIA CENTRAL: Emergência de divergências

É um assunto [sombra] interessante de se trabalhado. Como foi trabalhado. Mas, é um assunto conflitante. São várias formas de vê um assunto de um ponto de vista diferente. O agricultor tem uma visão. Técnico tem outra visão. Legislador tem outra visão. O problema, na verdade, é que é desanimador trabalhar com pesquisa participativa. Porque é complicado tu atender a todos os interesses, né. Quando é participativo todo mundo dá “pitaco”. É difícil atender a todos os interesses e ao mesmo tempo fazer um trabalho que seja dinâmico, que seja interessante pra todos os atores. Que todo mundo goste de participar, que contente a todos. Mesmo a construção sendo com todos, o resultado final pode ser o que não se espere. Que não se tenha o resultado esperado. E isso pode acontecer. Este é o principal problema assim de trabalhar com pesquisa participativa. Então assim como resolver estes conflitos é que é o principal assim. Na verdade eu não sei como resolver isso, não sei quem tá capacitado assim, se pessoas que trabalham com pesquisa participativa estão capacitadas pra resolver este tipo de conflito, né.

DSC TÉCNICOS

Probst et al. (2003) afirmam que atualmente a pesquisa participativa encontra-se

conceitual e metodologicamente em um estágio embrionário. Talvez esta seja uma explicação para os técnicos afirmarem que é difícil trabalhar com pesquisa participativa, utilizando inclusive a palavra “desanimador”. Farias (2000) alerta para a dificuldade em formar técnicos, investigadores e extensionistas com um perfil para trabalhar com abordagens participativas. A maioria dos cursos de Ciências Rurais forma técnicos aptos a trabalharem com receitas prontas e, portanto, sensíveis a simplificar a complexidade encontrada no meio rural. Aqueles que buscam trabalhar de maneira diferenciada encontram sérias dificuldades, como em relação à mediação de divergências.

Por pressupor diálogo, portanto, interação de idéias, concepções e visões, os processos participativos acabam gerando divergências. Tais divergências podem ser das mais diversas ordens, como culturais, religiosos, de gênero e geração, entre tantas outras. No presente DSC dos técnicos está evidenciada uma divergência de interesses entre os distintos atores.

Parece-nos que há uma preocupação por parte dos técnicos em encontrar formas de “contentar a todos”. Será que existiria uma fórmula mágica para realizar algo que envolva diferentes pessoas, com diferentes opiniões e interesses, e que todos se sintam igualmente satisfeitos? Será que o descontentamento referido no DSC não será pelo simples fato de que talvez alguns dos atores não estejam interessados em participar?

Construir algo participativamente não significa simplesmente abarcar todos os interesses, significa também negociação e flexibilidade entre os atores. Há a necessidade de se entender que em determinados momentos do processo ele se torna menos atraente aos seus interesses individuais, porém, mais atraente aos do coletivo. Todos os atores envolvidos, em algum momento, terão que ceder. A pré-disposição de cada um ceder um pouco representaria um real indicativo de interesse no processo. Não havendo essa pré-disposição, dificilmente um processo participativo teria condições de obter êxito em seus propósitos.

iv) IDÉIA CENTRAL: Divergência de visões

Todo mundo sabe da necessidade de ter a sombra. Até o pessoal falou de, como é que vocês dizem, é Sistema Silvopastoril e coisa, eles [técnicos da iniciativa privada] dizem que não vêem muita vantagem de tê ou de não tê [árvores para sombra]. Que até foi apresentado pra mim, assim, quantos dias no ano eu precisei tirar os animais dos piquetes, né. O meu pensamento é aquele, eu quero dar conforto pras minhas vacas, né. Eu quero plantar uma árvore lá. Eu não tenho interesse nenhum de pensar em daqui a 20 anos cortá uma tora. Eu não penso nada disso. Eu quero plantar ela pra que meus animais se sintam bem e que não prejudique a minha pastagem, né. Mas assim, em vez de interesse econômico, eu não tenho esse interesse. Eu acho assim que, o meu econômico, pra isso eu tenho o eucalipto, né. Se eu quero vender tora, eu vendo dali e a árvore no pasto pra mim ela é pra tá ali pra passarinho fazer ninho e pra dá sombra pras vaca, né. Não penso assim num planejamento, de plantar pra daqui a 20 anos tirar tantos m³ por tora ou coisa assim. Isso pra mim não é o foco, né.

DSC AGRICULTORES

Houve um debate muito grande entre a nossa equipe [equipe local], e aí o grupo disse assim: sim, vai sê Grupo do Pasto ou Grupo da Árvore? E aí a gente entrô num grande debate conceitual de que árvore também pode ser uma pastagem. Não forrageira, mas uma pastagem arbustiva, né. E aí eu acho que foi um divisor de águas na concepção conceitual clássica já da universidade, como foram formados alguns técnicos de Ciências Agrárias, eles vêm com um conceito que pastagens é só plantas pratenses. E aí não aceitaram a idéia, né. Ou não concordam com a idéia de que isso também faz parte da pastagem. Os agricultores, eles estão empolgados, assim. Eles não acham que a árvore no pasto vá trazer um problema. Assim, nem pro pasto nem pro gado. Ao contrário, eles acham que só vai trazer benefícios, né. O técnico ele estuda. Ele estudou. Então ele sabe que pode sim ter vários problemas se não for bem manejado. E isso é fato! Mas eles não acreditam numa mudança de que pode haver um uso mais sustentável dos recursos, né. Eu acho que aquele padrão de produtividade e da revolução verde, ainda tá muito presente, apesar de não aparecer. Como é que você vai desconectá pastagem da árvore? A árvore tem um grande potencial de pastagem apícola. Não só apícola mas também forrageiro, pros animais. Em vez da gente fazê silo, a gente pode tê uma árvore, que faz sombra e serve de comida pras vacas. Silo-aéreo-arbóreo. Quando a gente tenta introduzi a discussão da árvore, que é bom pros animais, é bom pra agricultura, pra biodiversidade, você começa a mexer em alguns confortos conceituais, né. Em algumas posturas que tem que sê reconvertida, ou desestabilizar essa postura. Isso já vem do currículo, da faculdade, que é uma faculdade cartesiana, né. Voltada pra absolutês, pra pacotes, pra receitas, pra recomendações técnicas. Alguns técnicos [iniciativa privada] começaram a ficar mais na visão setorial, mais com a cadeia produtiva do leite. E a gente [setor público e orientador da pesquisa] tava querendo trabalhá mais numa visão holística, sistêmica. Então aí, se dizem que hoje há um grande conflito muito explícito que não adianta botá embaixo do tapete. A gente tem um conflito de percepção de como resolver, de como desenvolver o território. Há uma percepção de que tem que focá numa questão setorial. Que não é menos importante, mas que conflita com a percepção de uma visão sistêmica. Ao você abordá um problema do agricultor, você não vai abordá só aquela questão tecnológica, só o pasto, só Voisin, melhoramento de pastagem. Mas, a pessoa tem que tá desarmada pra podê ouvi o outro lado. Eu acho que por aí que é vital. O descontentamento há, quando as pessoas, às vezes, não escutam umas às outras. O quê aconteceu em algum momento neste trabalho.

DSC TÉCNICOS

O arranjo silvipastoril que eu entendo, que eu aprendi na academia, ele tem o viés econômico da madeira, né. Então, aqui há uma discussão diferenciada a este respeito, né. Questão de sombra com árvores nativas, que a gente sabe que tem uma comercialização impedida por legislação, a não ser que se faça uma adequação da propriedade e se faça um plano de corte, em fim. Você tem uma atividade e você vai manejá a árvore junto com essa atividade, e no caso a atividade principal é a pastagem, porque essas propriedades vivem da atividade leiteira. Exclusivamente disso, sem outra fonte de renda. Então a árvore, ela tem que entrá nesse manejo como 1+x, mais alguma coisa. Sempre mais alguma coisa. Então, aí eu acho que na questão de você trabalhá com espécies nativas, essa questão do 1 mais alguma coisa fica em dúvida, bota em cheque a atividade agrícola. A minha opinião técnica com árvore pra sombra ela é inviável. Você perde mais do que ganha botando árvore no manejo. Especificamente pra sombra. Então faz um grupo de discussão focado nessa discussão.

Por meio da análise desses DSCs, poderíamos afirmar que há algumas divergências bem claras para todos os atores-chave envolvidos no processo participativo sobre arranjos silvipastoris. Representam divergências de visões tanto agricultores versus técnicos, quanto técnicos versus técnicos. De um lado parece estar uma visão mais ampla com relação à árvore, por parte dos atores-chaves 1, 2, 3, 4 e 6. De outro, uma visão mais fixa na produtividade leiteira, por parte do ator-chave 5.

Os agricultores, em seu DSC, demonstram a lógica que orienta a tomada de suas decisões, que vai além do retorno econômico. Carmo (1998) afirma que a lógica de desenvolvimento e prosperidade de um agricultor familiar, como é o caso do agricultor do Grupo do Pasto, se dá de forma tão peculiar que pode ser obtida mesmo com uma redução em sua renda econômica. Além do mais, tais agricultores dispõem de recursos limitados, o que os obriga a desenvolver estratégias de produção que sejam compatíveis e que não proporcionem uma deterioração na qualidade desses recursos ao longo do tempo (PLOEG, 2006), justificando assim o interesse pelo plantio de espécies arbóreas nativas.

Desta maneira, podemos ter uma noção do porquê do interesse dos agricultores na árvore somente pela perspectiva de obter conforto para seus animais. Alguns destes agricultores chegam a relatar que tal conforto proporcionado pela árvore refletiria diretamente na qualidade do leite, pois, seus animais passariam por menores períodos de estresse, melhorando, assim, a produtividade e a qualidade do leite. Mas, por que não pensar também em um possível retorno econômico com a comercialização da madeira? Será porque a árvore representa mesmo somente um desejo de preservação ambiental e de obtenção de benefícios indiretos ou por terem dificuldade em visualizar seus sistemas produtivos a longo prazo?

Neste sentido, há um embate entre a visão dos agricultores e a visão dos técnicos, principalmente os pertencentes à iniciativa privada. Os técnicos do setor público e parceiros externos concordam com os agricultores no que se refere aos benefícios indiretos com a árvore e de preservação da espécie. Porém, divergem quanto à utilização da madeira. Os técnicos e parceiros acreditam que há possibilidades de se conservar as espécies nativas escolhidas pelos agricultores e, ao mesmo tempo, utilizar a madeira na propriedade. Tudo realizado através da elaboração e execução de um plano de manejo detalhado, conforme orientações da legislação ambiental vigente.

Já com relação aos técnicos da iniciativa privada e agricultores, há total divergência a respeito da inclusão da árvore no sistema gado/pastagem. O interessante é que os agricultores

sabem exatamente o que pensam esses técnicos a respeito do tema, como o comprovado pelo trecho - (...) *Sistema Silvipastoril e coisa, eles [técnicos da iniciativa privada] dizem que não vêem muita vantagem de tê ou de não tê [árvores para sombra]. Que até foi apresentado pra mim, assim, quantos dias no ano eu precisei tirar os animais dos piquetes (...)*, e os próprios técnicos da iniciativa privada confirmam dizendo: *A minha opinião técnica com árvore pra sombra ela é inviável*. No entanto, os agricultores continuam acreditando nas suas idéias em relação à árvore e abertos a discutir e buscar novos argumentos, enquanto esses técnicos não se dispõem a discutir e continuam fechados em suas concepções.

A divergência de visões entre os técnicos do setor público, parceiros externos e os técnicos da iniciativa privada se dá na diferença de concepção a respeito da atividade leiteira. O Grupo do Pasto foi criado com o intuito de se discutir, entre técnicos e agricultores, assuntos relativos à atividade leiteira em São Bonifácio. Só que o termo “atividade leiteira” é entendido de diversas maneiras pelos referidos técnicos. Enquanto os técnicos do setor público e parceiros externos possuem uma visão mais ampla sobre a atividade leiteira, defendendo idéias de que se devam discutir diversos assuntos relevantes para os agricultores e de influência na referida atividade, como o manejo do gado, manejo da árvore, manejo do pasto, as propriedades do leite, entre tantos outros, os técnicos da iniciativa privada preferem focar somente na produtividade do pasto e do leite.

Com a afirmação - *Então faz um grupo de discussão focado nessa discussão [da árvore no pasto] -*, os técnicos da iniciativa privada sugerem que o Grupo do Pasto não é espaço para discutir assuntos além dos já referidos anteriormente. Por outro lado, os técnicos do setor público e parceiros externos questionam: *Como é que você vai desconectar a pastagem da árvore?* Isso evidencia a divergência de uma visão sistêmica versus uma visão setorial. Mas por quais razões estaria ocorrendo esta divergência entre visões dos técnicos? Teria alguma relação com as instituições às quais pertencem?

v) IDÉIA CENTRAL: Divergência de paradigmas

A partir do momento que a gente se postula numa extensão rural que você parte da construção da verdade com os agricultores, que você rediscute essa tecnologia, até que ponto a gente pode trazê um pacote? E não, vamos contruí ele com os agricultores. Você bate de frente com o modelo da própria academia, da grade curricular das nossas escolas, desde o colégio agrícola até a faculdade de Agronomia, Engenharia Florestal, Medicina Veterinária. A academia forma o técnico só pra vê pastagem, PRV. Eu acho que a gente aqui tá se deparando com a pontinha do iceberg. Na verdade, o que tá submerso aí é todo o modelo mental da própria escola, da própria sociedade que ainda não traduziu de todo o relativismo. Nós ainda estamos na era da absolutês. Achamos que tem que chegá pro agricultor e dizê: óh, essa é a árvore, tá aqui a muda, tu tem que plantá, o pacote é esse. E nós estamos fazendo o contrário, né. A academia, muitas vezes, é um entulho de saber que tá de costas pra sociedade. Muitas vezes a academia tá lá dentro da academia com suas lucubrações, com as suas reflexões, mas não tem o pé na roça. Nunca abriu uma porteira. Nosso embate hoje é tentá dizê que a árvore faz parte da temática do Grupo do Pasto. Que não existe o Grupo do Pasto, Grupo da Árvore ou Grupo da Espacialidade Ambiental. São todos temas geradores que derivam de um mesmo processo e que estão muito imbricados um com o outro. Não tem como desconectá a árvore, do pasto e das outras questões do desenvolvimento, né.

É como na questão da pastagem, você tem uma reunião lá [Grupo do Pasto], lá estão 10, 12 que querem discuti pastagem, enfim, atividade leiteira e tudo que envolve. E você querê falá de outra questão que não tem nada a vê com aquilo. Muitos daqueles dali podem sai. Não, mas eu fui pra lá pra isso e a conversa foi outra. Então, faz um grupo de discussão focado nessa discussão [árvore]. Composto por pessoas desse foco. Até pra não haver desvio de raciocínio no meio de uma reunião dessa.

DSC TÉCNICOS

A análise destes DSCs dos técnicos de São Bonifácio nos dá importantes elementos para compreendermos melhor as análises das idéias centrais anteriores. Parecem estar bastante evidentes as diferentes maneiras de pensar dos técnicos com relação à árvore no sistema gado/pastagem e o rumo que as discussões do Grupo do Pasto deve tomar.

Os técnicos do setor público e parceiros externos, como discutido anteriormente, possuem uma visão mais ampla sobre as possibilidades do trabalho participativo com SSPs. Entendem que SSPs é um elemento importante que se mistura a tantos outros para promover melhorias na atividade leiteira, bem como o desenvolvimento do município. Para eles, a atividade leiteira está ligada a diferentes fatores além da produtividade do pasto. Está ligada, entre outras coisas, ao cuidado com a manutenção dos recursos naturais da propriedade e aos desejos da família do agricultor com o bem-estar de seus animais e a beleza da propriedade, por exemplo, todos benefícios indiretos da árvore.

Para obter tais benefícios, como relatado em DSCs anteriores, faz-se necessário um

bom manejo do sistema árvore/gado/pastagem. Para tanto, os técnicos defendem a idéia da extrema importância de discutir o manejo da árvore no sistema leiteiro, ou seja, o manejo silvipastoril, pois o sistema tem que ser manejado como um todo, e não seus elementos de forma isolada.

Os técnicos da iniciativa privada defendem a idéia de que o Grupo do Pasto é um espaço para (...) *discuti pastagem, enfim, atividade leiteira e tudo que envolve*. Porém, o “tudo que envolve” significa produtividade da pastagem e do leite, preços e qualidade do leite, ou seja, uma visão bastante limitada sobre atividade leiteira. Em seu discurso, eles usam o agricultor como argumento. Constantemente afirmam que os agricultores não estariam interessados em discutir questões mais amplas relativas à atividade leiteira, quando, na verdade, sabemos que não é bem assim. Em DSCs anteriores vimos que a opinião dos agricultores, em geral, é bastante diferente da opinião dos técnicos da iniciativa privada. Então por que utilizar os agricultores para argumentar suas idéias? Por que não procurar expressá-las com seus próprios argumentos? Esta visão tão focada na produtividade do leite teria algo a ver com imposições de sua instituição (laticínio)?

vi) IDÉIA CENTRAL: Imposições institucionais

A visão da Epagri é uma visão muito de resultado. Então nós aqui estamos trabalhando muito com processos. E isso, à luz do modelo clássico da Epagri. A percepção de uma instituição como a Epagri que trabalha com tecnologia, com pessoas, é de vê produtos. Eles querem vê a curva do pasto. Mas pra nós, o mais importante é o processo de como se construiu a curva do pasto. Se a gente que se preocupá só com o arranjo silvipastoril, vai lá pega um pacote e leva. Mas não. Nós estamos estabelecendo aqui um processo de pesquisa participativa e aprendizagem pra gerá um produto. Então, eu acho assim, que o grande desafio, o grande problema é como institucionalmente, trabalhá na UPR7 e até com os outros atores, a significação, a importância que tem o processo tanto quanto o produto? E normalmente, dentro da Epagri e dentro da nossa sociedade as pessoas tão preocupadas com o produto.

DSC TÉCNICOS

Eu só pago pela iniciativa privada pra trabalhá com pastagem e atividade leiteira, então eu também tenho que tê um cuidado pra não me envolver demais com atividades que não sejam de interesse da empresa [laticínio]. Só cobrado pra trabalhá especificamente em cima da atividade leiteira. Se eu tivesse em uma iniciativa pública, ficaria mais fácil, eu poderia tê uma dedicação mais profunda, né. Eu ainda acho que às vezes eu ainda me excedo.

Estes DSCs demonstram a dificuldade de técnicos que se propõem a trabalhar com

abordagens participativas em lidar com as orientações de suas respectivas instituições. Os técnicos do setor público (Secretaria Municipal de Agricultura e Epagri) e parceiros externos (UFSC), por pertencerem a instituições de extensão e de pesquisa no meio rural, parecem conseguir trabalhar melhor com processos participativos. Mesmo que suas instituições exijam resultados quantitativos e rápidos, conseguem negociar prazos e apresentar resultados mais qualitativos.

Por outro lado, os técnicos da iniciativa privada pertencem a uma instituição que exige resultados bastante quantitativos de seu trabalho, traduzidos em produtividade do leite e em lucro. Parece pouco interessante para a empresa que seus funcionários se envolvam em ações que não representem um acréscimo em seus rendimentos mensais, mesmo que estas ações representem um acréscimo para os agricultores. E poderia ser diferente? Uma empresa poderia pensar no bem-estar de seus fornecedores (os agricultores) sem que isso representasse um benefício financeiro direto?

Será que, dentro de uma visão capitalista, uma alternativa para esse laticínio não seria a de ganhar espaço no mercado, representando um benefício financeiro mediante a divulgação de um leite produzido em um sistema com baixo impacto ambiental? De estar comercializando um leite, e seus derivados, produzido em sistemas silvipastoris com árvores nativas, conservando assim os recursos naturais?

vii) IDÉIA CENTRAL: Dificuldade para articular saberes e interesses

A forma como o nosso trabalho se realizou, ele pecou em não explorar ou discutir os processos. E a interação entre os atores. A interface entre os saberes. Porque a gente não sabe fazer isso. Como gerenciar aí os vários setores que participam deste trabalho? Tanto a iniciativa privada, público, ong, né. Como é que eu vou pegar o saber local, com o saber acadêmico, com o saber técnico dos técnicos, que tão lá na trincheira, com o saber da cadeia produtiva, que é um saber também técnico, como é que eu vou interfacializar diferentes saberes? E trabalhar esse processo de conflitos que emerge nessa parceria? E isso a gente tá aprendendo. A gente tá quebrando a cara. Tá até dando o couro pra batê, porque a gente não sabe fazer isso. O bom é que a gente não tá fazendo sozinho, né. Se eu fosse hoje começá tudo de novo, há 4 anos atrás, eu ia enfatizar mais a interatividade e a interface entre os atores e os saberes destes atores. Então esse fórum não é limite só nosso. É um limite institucional, é da sociedade esses limites, né.

DSC TÉCNICOS

O desafio dos processos participativos exposto pelos técnicos se dá justamente em

criar espaços para ação e reflexão e também articular pesquisa e extensão rural. Há autores, como Box (1987), Hocdé (1999) e Farias (2000) que atentam para a importância de integrar processos de pesquisa, geração e comunicação de tecnologias, promovendo intenso diálogo entre pesquisa, extensão e o agricultor. Outros, como Ruas et al. (2006) e Mussoi (2006), afirmam que processos participativos demandam constantes momentos de ação-reflexão. No entanto, nenhum desses autores atenta à dificuldade para a realização de tais processos.

Tais dificuldades vão desde a baixa capacidade de os técnicos em lidar com divergências de visões, até da própria sociedade, que não está acostumada a lidar com situações complexas. Muitas vezes não é de interesse das instituições a criação de fóruns para discutir como os diversos assuntos que emergem de um processo participativo interagem entre si. Preferem ficar cada uma numa visão pontual, por diversas razões, praticidade ou segurança, enfim, por preferirem a acomodação.

Percebe-se neste DSC que há um reconhecimento da importância e uma preocupação de se criar espaços para reflexão sobre o processo. Há uma preocupação não só de compartilhar conhecimentos, mas de se encontrar formas de interagi-los e de compreender quais as relações entre eles. Porém, ainda não se encontrou uma maneira de transformar essa preocupação em ações práticas, demonstrando que este seria um dos principais desafios a serem superado.

viii) **IDÉIA CENTRAL:** Baixa disposição de alguns técnicos em discutir

Os técnicos sempre preocupados com a questão da competição com o pasto. Com a questão da produtividade do pasto mesmo. Que não diminua a produtividade, que não tenha doença no gado. Todas essas coisas assim que os técnicos estão sempre levantando, mas nunca se propuseram assim, mais de perto a discutir isso, assim, em bases teóricas que existem. Então, eles levantam muitas incógnitas mas contribuem muito pouco. Eles dizem que acham que é importante colocar árvore. E eles reconhecem isso, mas ao mesmo tempo colocam vários problemas, né. Eu acho que simplesmente assim, falta um conhecimento maior talvez. Falta mais discussão talvez. Eles [agricultores] tão ali na prática e tão vendo que isso não tem tanta, que o fato de colocar árvore no pasto não vai causar tanto problema como o pessoal fala, né. Mas ao mesmo tempo eu acho que tem que ter certo cuidado porque os agricultores também são muito empolgados, mas se não for bem manejado o sistema pode sim ter vários problemas. Então não adianta fazer a coisa assim ao léu né.

*Eu me posicionei assim: de não interferir negativamente nesse processo. A primeira posição que eu tive foi essa. Eu disse, vamos permitir. Os agricultores vinham questionando, e aí o quê que vocês acham? E pela confiança que a gente detém, se a gente quisesse dizer que não é coisa e tal, era diferente. Talvez hoje não estaria o trabalho em andamento. **Ator-chave 6** tem o conhecimento específico e tá trabalhando em cima disso. Então eu prefiro não opinar no trabalho dela, e colabora analisando esse desenvolvimento. A nossa opinião, vamos dizer, em questões de arranjo, a gente por uma questão até de não querer interferir, a gente não colocô. Porque a minha opinião seria de fazer áreas de lazer. Então pra mim não colocá essa opinião e daqui a pouco induzir um resultado, eu me omiti. Deixei pra eles. Ah não, vocês [agricultores] vê o quê que é melhor pra vocês aí em cima do que ela tá colocando de possibilidades, e vocês decidam. Até pra provar que não teve influência técnica de opiniões na questão daquilo ali.*

DSC TÉCNICOS

O que parece estar exposto aqui nestes DSCs é que ocorre um processo participativo em que os atores se propõem a dialogar e construir conhecimentos. No entanto, há uma certa restrição de alguns com pensamentos contrários em se dispor a discuti-los. Resgatando análises de DSCs anteriores, os técnicos da iniciativa privada sempre demonstraram opiniões contrárias a respeito da inclusão da árvore no sistema gado/pastagem. Na idéia central relacionada a “divergência de visões”, percebemos pelo DSC dos agricultores que a opinião destes técnicos é conhecida por todos os atores, portanto, eles a expuseram, contrariando o relatado no presente DSC: *A nossa opinião, vamos dizer, em questões de arranjo, a gente por uma questão até de não querer interferir, a gente não colocô.* Talvez o que os técnicos da iniciativa privada, ao relatarem que preferiram não interferir queiram, na verdade, dizer é que não agiram no sentido de persuadir os agricultores a não participarem das discussões a respeito da árvore no pasto.

No DSC dos técnicos do setor público e parceiros externos estão evidenciadas algumas

idéias discutidas anteriormente em outros DSCs, como a dificuldade em criar fóruns para articular saberes entre todos os atores e a recusa dos técnicos da iniciativa privada em participar de debates a respeito de sistemas silvipastoris. Analisando os dois DSCs temos uma ótima noção da dificuldade que é criar espaços para debate de idéias, tão importantes em processos participativos.

Com relação ao DSC dos técnicos da iniciativa privada, questionamos: Será que um ator, “omitindo” sua opinião por considerar contrária às opiniões dos demais envolvidos, estaria contribuindo para o sucesso de um processo participativo? Será que poderíamos chamar de participativo quando se “omitem” opiniões que possuem certa fundamentação apenas por considerar que são contrárias? Haveria alguma outra intenção por trás do “nobre sentimento” de omitir sua opinião pensando no “êxito” do processo participativo?

3.3.1 – Articulando as Idéias: os desafios do processo participativo sobre arranjos silvipastoris

Analisando o conjunto dos DSCs relacionado aos desafios do processo participativo de São Bonifácio, percebemos que os principais desafios estão muito mais presentes entre os técnicos locais e parceiros externos do que propriamente entre os agricultores. Além disso, processos participativos são, em geral, mais demorados para apresentarem resultados, pois não trazem verdades e soluções prontas. Uma nova tecnologia não é dada, mas sim, construída. Ou ainda, como no caso de São Bonifácio, reelaborada.

Para se construir ou reelaborar uma determinada tecnologia em processos participativos, necessita-se primeiro resgatar o conhecimento dos atores em relação a tal tecnologia no sentido de valorizar e considerar seus saberes e interesses. Para tanto, faz-se necessária a realização de uma série de atividades que muitas vezes acabam parecendo muita conversa e pouca prática. Para lidar com tal situação, cabe ao técnico facilitador do processo ter a sensibilidade de perceber a insatisfação dos atores com as atividades de discussão e alternar com atividades mais práticas.

Através dos DSCs, percebemos que o processo participativo sobre arranjos silvipastoris evidenciou fortes divergências entre os atores-chave, e que o principal desafio é justamente encontrar alternativas para lidar com estas divergências. No entanto, o que podemos perceber é que tais divergências estão presentes muito mais entre os atores-chave

técnicos do que entre os atores-chave agricultores. Geralmente, ao se falar e discutir os desafios ao se trabalhar com processos participativos, a literatura aponta para divergências, ou até mesmo conflitos, existentes entre agricultores ou entre forças internas na comunidade. Em São Bonifácio ocorre algo totalmente diferente. As maiores divergências estão nas forças externas, ou seja, entre os técnicos. São eles que não sabem lidar com seus egos, que se indis põem a discutir, que divergem entre interesses e paradigmas, e são alguns deles que se recusam a discutir idéias e por isso dificultam a articulação de saberes.

Ao analisarmos os DSCs, percebemos que só existe uma divergência mais explícita referente aos agricultores e, mesmo assim, se constitui uma divergência de visão entre técnicos e agricultores. E esta divergência pode ser explicada pelo fato de alguns técnicos acharem que sabem o que os agricultores querem e o que seria melhor para eles. Os agricultores demonstram estar bastante convictos sobre os benefícios da árvore para seus sistemas produtivos leiteiros e sabem exatamente o que esperar dela. Sabem que atividade leiteira não se resume à produtividade do pasto e do leite, tanto é que sugeriram que se discutisse “sombra”. Já os técnicos ficam imersos em suas divergências quanto ao rumo das discussões do Grupo do Pasto, aos benefícios da árvore no sistema de produção leiteiro e no que consiste a atividade leiteira.

Alguns vêem no processo participativo um risco, pois, devido a este tipo de processo, ao pressupor interação entre diversos atores internos e externos no sentido de discutir alternativas para os problemas dos agricultores, consideram que estão perdendo espaço no município. A reação de quem possui tal sentimento é a de se mostrar resistente em participar das atividades propostas.

As possíveis respostas para lidar com as divergências evidenciadas no processo participativo de São Bonifácio podem estar em um dos princípios característicos destes processos, que é o de respeitar os interesses coletivos frente aos interesses individuais. Os técnicos, respeitando os interesses dos agricultores, que são os principais interessados, muitas destas divergências poderão acabar. Ao invés de perderem tempo decidindo os rumos das discussões do Grupo do Pasto, o que seria atividade leiteira ou o que seria mais importante para os agricultores, os técnicos deveriam fazer estas perguntas aos próprios agricultores e, com certeza, encontrariam todas as respostas. Logo, a maioria dos desafios apresentados evidenciados pelos atores-chave do processo participativo de São Bonifácio representa desafios dos técnicos, e não dos agricultores, e, muito menos, do próprio processo em si.

Para finalizar com um panorama geral sobre a visão dos atores-chave a respeito do processo participativo sobre arranjos silvipastoris em São Bonifácio, utilizamos uma metáfora de uma árvore (FIGURA 7). Como bem se sabe, uma árvore é constituída de raízes, tronco, folhas, flores e frutos. Pensemos que no caso de São Bonifácio o tema gerador “sombra” seria o tronco de uma árvore, responsável pela sustentação e pelo transporte de nutrientes e que faz com que as demais partes sejam geradas. Tais nutrientes são retirados do solo e conduzidos ao tronco pelas raízes. Os atores do processo participativo de São Bonifácio representam estas raízes, pois são eles que alimentam todo o resto.

As folhas desta árvore constituem as características do processo participativo, pois as folhas são um dos elementos que diferenciam uma espécie de árvore de outra. No mesmo galho onde são geradas determinadas folhas, também são gerados os frutos. Os mesmos nutrientes que dão as características às folhas dão também as características aos frutos. No entanto, nossa árvore possui a capacidade de gerar frutos totalmente saudáveis, prontos para serem consumidos, e frutos que merecem um maior cuidado ou um maior aporte de nutrientes. Os frutos saudáveis representam as potencialidades do processo participativo, e aqueles que merecem um maior cuidado representam os desafios. Cuidar desta árvore, proporcionando os adubos necessários para que ela gere frutos sempre saudáveis, cabe a cada um que se proponha a trabalhar em processos participativos, seja técnico ou agricultor.

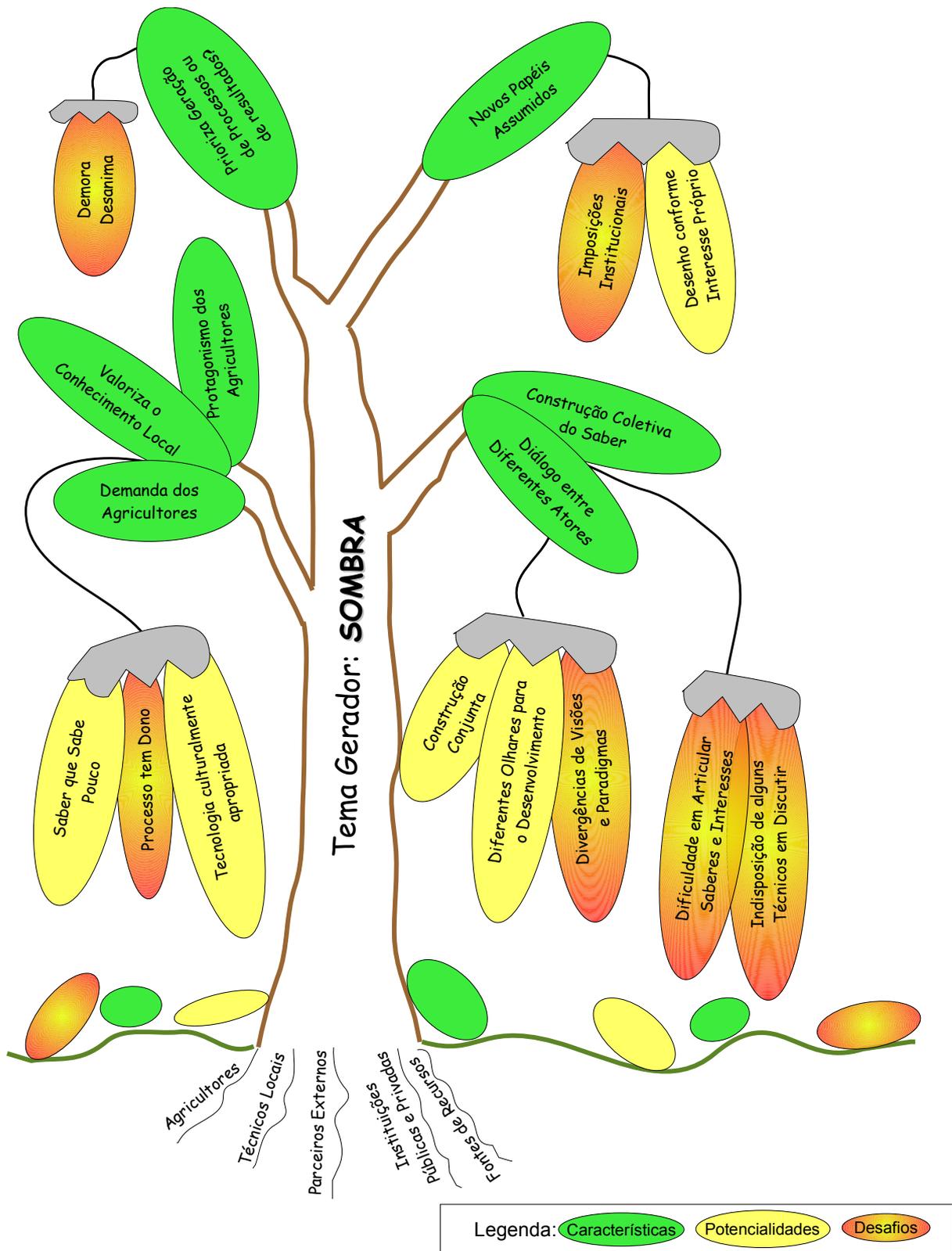


FIGURA 7: Organograma ilustrativo do processo participativo sobre arranjos silvipastoris em São Bonifácio, a partir da visão dos atores-chave.

CONSIDERAÇÕES FINAIS – O entendimento coletivo sobre a participação

Ao longo desta dissertação, tivemos a oportunidade de observar o quão diferenciado pode ser o entendimento a respeito de participação. Observamos também que muitas pessoas que se propõem a trabalhar de forma participativa encontram uma série de dificuldades por não entenderem ao certo o que estão realizando ou ainda pelas próprias limitações que estas abordagens apresentam. Parece bastante claro que se trabalhar com processos participativos proporciona uma série de vantagens, mas carrega consigo também inúmeros desafios a serem superados nas mais variadas esferas. O presente estudo analisou um caso concreto, em que se desenvolveu um processo participativo voltado à construção de arranjos silvipastoris adaptados às condições de cada agricultor familiar do Grupo do Pasto, em São Bonifácio.

O interessante neste caso é que a opção por desenvolver um processo participativo partiu de uma instituição como a Epagri, que sempre teve o difusionismo como eixo orientador de suas ações. A literatura consultada propiciou-nos um bom aporte teórico para embasarmos a discussão e entendermos a transformação ocorrida com instituições como a Epagri em seus métodos de pesquisa-extensão rural. Através da literatura, percebemos também o quanto os métodos participativos representam uma novidade para muitos profissionais e instituições de pesquisa-extensão rural, fazendo com que o trabalho com tais métodos se torne verdadeiro desafio a ser superado.

O objetivo desta dissertação foi o de identificar e analisar o entendimento coletivo sobre participação de diferentes atores (técnicos e agricultores), do município de São Bonifácio, envolvidos no processo participativo sobre arranjos silvipastoris. Para se atingir este objetivo, a metodologia utilizada foi a análise do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC). Tal metodologia permitiu que montássemos, através da união de expressões contidas nos discursos dos diversos atores-chave, DSCs que representassem o pensamento coletivo sobre o processo participativo, a partir de suas características, potencialidades e desafios. Os DSCs permitiram que distinguíssemos os pontos de vistas dos diferentes atores, bem como encontrássemos convergências.

Um ponto que ficou bastante evidente nos DSCs é que a maior parte das divergências ocorre entre os técnicos e pesquisadores de diferentes instituições. A principal divergência apontada pelos agricultores refere-se a diferenças de percepções a respeito da viabilidade e

dos benefícios da árvore para a atividade leiteira. Mesmo assim, esta divergência aparece porque alguns técnicos ainda acham que a lógica que orienta as decisões dos agricultores é meramente a econômica, quando, na verdade, os DSCs dos próprios agricultores apontam que sua lógica vai muito além disso. Um estudo aprofundado a respeito das razões destas divergências de interesses, bem como de possíveis formas de mediar e saná-las, apresenta-se de extrema relevância para o processo participativo em curso em São Bonifácio.

Esta dissertação se propôs a responder uma questão: *Qual o entendimento coletivo de diferentes atores de São Bonifácio-SC, envolvidos na pesquisa participativa para a elaboração de possíveis arranjos silvipastoris, a respeito da participação?* Não chegamos a uma só conclusão a respeito de participação preconizada pelo grupo de atores-chave participantes da pesquisa, e nem essa era a nossa intenção. Chegamos, sim, a um conjunto de princípios e de aspectos percebidos neste caso específico de São Bonifácio e que podem ser considerados como característicos de processos participativos. Princípios como a valorização do conhecimento e da identidade local, o necessário diálogo entre atores internos e externos, a busca do bem-estar coletivo, o respeito ao tempo processual de cada um e a construção conjunta de conhecimentos mostraram-se presentes nos discursos dos atores.

O processo participativo analisado teve seu início na demanda dos agricultores por sombra em seus piquetes, com o intuito de dar conforto aos seus animais. Portanto, o tema gerador foi “sombra”. Entendia-se que os agricultores, através da lida diária em suas propriedades, detinham um certo conhecimento a respeito de características e formas de manejo de espécies arbóreas nativas. Neste sentido, optou-se por se utilizar metodologias que valorizassem este conhecimento e ao mesmo tempo permitissem uma interação com o conhecimento científico na busca de arranjos silvipastoris mais adequados. Como não poderia ser diferente, tendo em vista a participação de pessoas diferentes, com experiências de vida diferentes, portanto conhecimentos diferentes, surgiram opiniões distintas a respeito da real necessidade dos agricultores por sombra e das alternativas de arranjos silvipastoris possíveis.

Se fizeram presentes nos DSCs alguns aspectos que emergem de um processo participativo, como alguns descontentamentos gerados por uma certa demora característica do processo, um sentimento de insegurança quando novos atores (parceiros externos) são convidados a participar e o aparecimento de muitas divergências fruto de interesses, visões, idéias, concepções e de paradigmas distintos, tanto de ordem individual quanto institucional. As idéias dos atores-chave, expressas pelos DSCs possuem estreita relação com a forma com

que cada um entende o processo participativo através das possibilidades visualizadas com o tema gerador “sombra” (FIGURA 8).

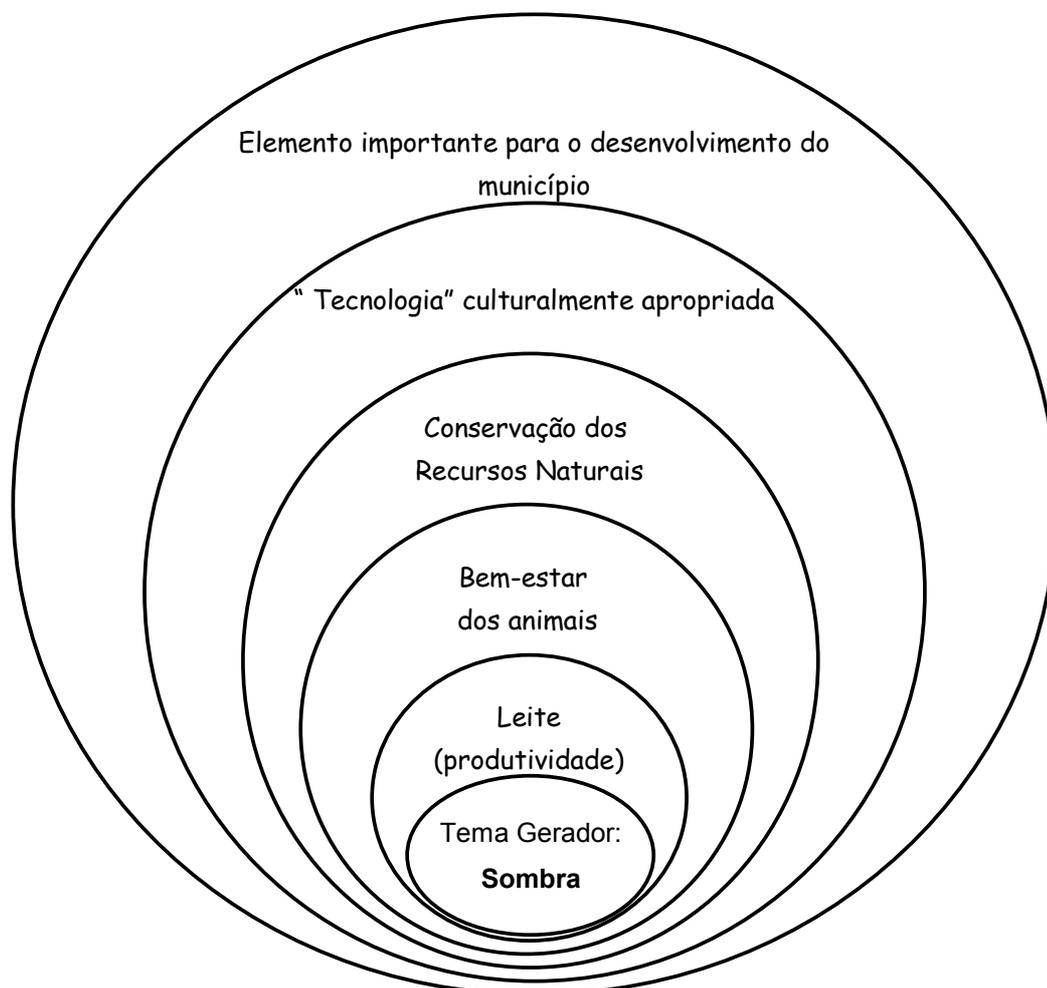


FIGURA 8: Esquema representativo das possibilidades, visualizadas pelos atores-chave de São Bonifácio, para o tema gerador “sombra”.

A partir do ponto de vista de cada ator-chave do processo participativo, o tema gerador “sombra” possui um alcance diferenciado. Este alcance possui estreita relação com os interesses, a visão, as concepções, enfim, características inerentes a cada um. Percebemos que os atores não se apresentam inteiramente ligados a apenas uma das esferas demonstradas pela figura, mas sim, permeiam por todas elas. Os agricultores visualizam o tema gerador “sombra” como potencial para uma melhoria na produtividade do leite e para a construção ou reelaboração de uma tecnologia adaptada as suas propriedades, como é o caso dos SSPs. Porém, seus principais interesses estão voltados ao bem-estar de seus animais e para a conservação dos recursos naturais.

Os técnicos, por sua vez, também possuem um alcance diferenciado em relação às possibilidades do tema gerador “sombra”. Todos eles conseguem visualizar todas as esferas

de possibilidades, porém se detêm em apenas algumas, conforme interesses seus e de suas instituições. Os atores-chave 3 e 4, por pertencerem ao setor público (Epagri e Secretaria Municipal de Agricultura), possuem um interesse mais voltado à produtividade do leite como uma das principais alternativas de renda dos agricultores familiares do município; o interesse nos SSPs está também na possibilidade de se construir ou de se reelaborar uma tecnologia adequada às condições de cada agricultor; e também estão mais interessados em realizar ações no sentido de promover o desenvolvimento de São Bonifácio, e o tema gerador “sombra” representa uma das possibilidades. O ator-chave 6, por representar os parceiros externos (UFSC), em parte compartilha dos mesmos interesses desses atores-chave, no entanto, dá maior importância à reelaboração de uma tecnologia adaptada a São Bonifácio e à conservação dos recursos naturais. Por fim, o ator-chave 5 confere maior importância à produtividade do leite, devido ao fato de este pertencer à iniciativa privada, que claramente possui seus interesses voltados apenas à rentabilidade econômica.

Estas divergências entre os atores-chave se caracterizaram como a causa de uma série de empecilhos que acabaram impedindo que algumas boas idéias, tão importantes ao sucesso de tal processo, saíssem da teoria e fossem colocadas em prática, como uma discussão séria a respeito da implantação da árvore no PRV, com a participação de técnicos, parceiros externos e agricultores. Esta discussão ocorreu somente de forma isolada entre técnicos locais-agricultores, parceiros externos-agricultores e, pouquíssimas vezes, técnicos locais-parceiros externos, mas nunca essas três categorias de atores juntas. Talvez esta situação explicaria algumas incertezas a respeito dos objetivos do processo.

Por outro lado, as mesmas divergências também proporcionaram algo de bom ao processo, pois garantiram, de certa maneira, que a construção de arranjos silvipastoris seria realizada com os “pés no chão”, que se elaborassem arranjos que realmente estivessem em conformidade com as especificidades de cada agricultor e que trariam benefícios não só ambientais às propriedades como também econômicos.

A forma como se lidou, no processo participativo analisado, com este conjunto de divergências e seus aspectos positivos e negativos fez-nos pensar que não pode haver participação onde todas as partes pensam da mesma maneira, onde não há um embate de idéias; pelo menos aquela participação com objetivo de se construir processos. Pode-se observar neste caso que a riqueza de um processo participativo está justamente na diversidade de idéias, de conhecimentos e de interesses presentes entre os diferentes atores. Claro que esta

diversidade somente se mostra um aspecto positivo desde que utilizada de maneira construtiva, através do respeito a todas as opiniões, na busca de alternativas. Mesmo que essa interação não tenha ocorrido de maneira mais concreta, como justificada nos parágrafos anteriores, pode-se afirmar que exerceu um importante papel para a elaboração dos arranjos silvipastoris, evidenciando, assim, que não é omitindo suas opiniões que atores conseguirão superar seus desafios e acharão um meio termo entre o conjunto de interesses imersos em um processo participativo.

O que se pode perceber é que há entre os técnicos uma pré-disposição por praticar abordagens participativas em seus métodos de extensão, uma vez que se mostram sensíveis ao diálogo com agricultores e parceiros externos. Mas, ao mesmo tempo, encontram sérias restrições; restrições de ordem interna por, muitas vezes, não conseguirem controlar seu orgulho técnico representado por achar que sabem mais e por quererem só para si os “louros” do sucesso coletivo. E restrições de ordem externa, proporcionadas por uma formação acadêmica que não os prepara para lidar com a complexidade existente no rural e também devido a imposições da instituição na qual trabalha que, muitas vezes, não os permite tentar encontrar alternativas para lidar com tal complexidade.

Os agricultores percebem o participativo como algo bom, que os ajuda a construir novas idéias possíveis de serem implantadas em suas respectivas propriedades, porém reclamam um pouco da demora para a concretização de tais idéias. Reconhecem que as discussões em grupo se tornam interessantes na medida em que oportunizam que exponham e que até descubram alguns de seus conhecimentos. Demonstraram-se satisfeitos com as discussões proporcionadas, porém preocupados com algumas incertezas geradas, pois não conseguiam visualizar onde exatamente iriam chegar.

Portanto, a grande contribuição deste trabalho foi entendermos que participação é o resultado de relações entre pessoas que pensam e agem de maneira bastante diversificada. Implica conviver com diferentes visões. É discutir idéias e superar desafios. É se despir de preconceitos e de orgulhos. É respeitar conceitos e opiniões contrárias. É agir e refletir. É lidar com incertezas, com inseguranças. É saber ouvir e querer opinar. É aprender e ensinar ao mesmo tempo. É compartilhar conhecimentos e responsabilidades. Participação é, sobretudo, um ato de cidadania, de democracia, de respeito e de equidade social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALARCON, G.G. **Transformação da paisagem em São Bonifácio-SC: a interface entre a percepção de agricultores familiares, as práticas de uso do solo e aspectos da legislação ambiental.** Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, SC. 2007.

BAUER, M.W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático.** Ed. Vozes. Petrópolis, RJ. 515 p. 2005.

BENTLEY, J.W. **Fatos, fantasias e fracassos da pesquisa participativa com agricultores.** AA: Atualização em Agroecologia. AS-PTA, nº 31/32. p. 03 – 11. 1997.

BOEF, W.S. Uma abordagem participativa para o novo profissional da pesquisa de desenvolvimento agrícola. In: **Estratégias participativas de manejo da agrobiodiversidade.** Florianópolis, SC, NEABio. p. 109 – 117. 2006.

BORDENAVE, J.E.D. Comunicação e transferência de tecnologia. In: **O quê é comunicação rural?** Ed. Brasiliense. São Paulo, SP. p. 45 – 92. 1983.

BOX, L. Agricultores Experimentadores: uma metodologia para pesquisa agrícola adaptável. In: **Agricultores experimentadores e pesquisa.** AS-PTA, Rio de Janeiro, RJ. p. 29 – 45. 1987.

BUNCH, R. **Dois espigas de milho: uma proposta de desenvolvimento agrícola participativo.** AS-PTA, Rio de Janeiro, RJ. 221 p. 1994.

CAPORAL, D. S. **Sistemas Agroflorestais Pecuários: Rumo à Construção Participativa com o Grupo do Pasto em São Bonifácio, SC.** Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Florianópolis, SC. 174 p. 2007.

CAPORAL, F.R. **A extensão rural e os limites à prática dos extensionistas do serviço público.** Dissertação (Mestrado em Extensão Rural), Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Santa Maria, RS. 134 p. 1991.

CAPORAL, F.R.; COSTABEBER, J.A. Por uma nova extensão rural: fugindo da obsolescência. In: **Agroecologia e Extensão Rural: contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável.** 3ª ed. MDA/SAF/DATER. Brasília, DF. p. 05-15. 2007.

CARMO, M. S. A produção familiar como *locus* ideal da agricultura sustentável. In: FERREIRA, A.D.D.; BRANDENBURG, A. (Org.). **Para pensar outra agricultura.** Curitiba, Ed. UFPR. p. 215-238. 1998.

D'AGOSTINI, L.R.; et al. **Sistemas agroflorestais: menos em qualidade e mais em regularidade.** UNITINS. Palmas-TO. 88 p. 2007.

DUBOIS, J.C.L.; et al. **Manual agroflorestral para a Amazônia.** Vol. 1. REBRAAF. Rio de Janeiro, RJ. 228 p. 1996.

EPAGRI. **As experiências inovadoras do “Grupo do Pasto” na Microbacia Hidrográfica do Rio do Poncho, São Bonifácio, SC.** (Projeto farol da UPR7 no âmbito do PRAPEM/Microbacias2). 10 p. 2005.

FARIAS, E.V. **Guía para la aplicación del modelo productor-experimentador.** Secretaria de agricultura, ganadería, desarrollo rural, pesca y alimentación. México, D.F.. 128 p. 2000.

FONSECA, M.T.L. **A extensão rural no Brasil, um projeto educativo para o capital.** Ed. Loyola. São Paulo, SP. 192 p. 1985.

FREIRE, P. **¿Extensión o comunicación? La concientización en el medio rural.** Ed. Tierra Nueva. Argentina y México. 109 p. 1983.

FURTADO, D.F.; et. al. **Gotas de suor: uma trajetória de 40 anos.** EPAGRI. Florianópolis,

SC. 210p. 1996.

GOMES, J.C.C. A técnicas participativas na pesquisa agrícola: fundamentos teóricos e algumas dificuldades práticas. In: **Metodologia participativa: uma introdução a 29 instrumentos**. Ed. Tomo Editorial. Porto Alegre, RS. p. 287 – 294. 2001.

GUIVANT, J. **Heterogeneidade de conhecimentos**. Cadernos de Ciência & Tecnologia. Brasília, v.14, n.3, p.411-446, 1997.

HOCDÉ, H. **A lógica dos agricultores-experimentadores: o caso da América Central**. AS-PTA, Rio de Janeiro, RJ. 36 p. 1999.

JONES, Gwyn E. A Carta de Clarendon. In: **Cadernos CPGER**. Vol 1. N.º 1 Ag. Santa Maria, APGER – UFSM – p. 1 a 10. 1989.

KAMP, J.V.D.; SCHUTHOF, P. **Geração participativa de tecnologias: implicações práticas e teóricas**. AS-PTA, Rio de Janeiro, RJ. 94 p. 1991.

KILLOUGH, S. Enfoques Participativos para la Investigación y Extensión Agrícola. In: **Investigación y Desarrollo participativo para la Agricultura y el Manejo Sostenible de Recursos Naturales**. Livro Consulta. Volume 1: Comprendiendo Investigación y Desarrollo Participativo. Perspectivas de los Usuarios con la Investigación y el Desarrollo Agrícola - Centro Internacional de la Papa (UPWARD – CIP), Laguna, Filipinas y Centro Internacional de Investigaciones para el Desarrollo (IDRC), Ottawa, Canadá. p. 27 – 36. 2006.

LAKATOS, E.M.; MARCONI, M. Ciência e conhecimento científico. In: **Metodologia Científica**. Ed. Atlas. São Paulo, SP. p. 13 – 19. 1991.

LAMARCHE, H. Por uma teoria da agricultura familiar. **A agricultura familiar: comparação internacional – do mito a realidade**. Campinas, Ed. Unicamp. 303-336. 1998.

LEFÈVRE, F.; LEFÈVRE, A.M.C. **O discurso do sujeito coletivo: um novo enfoque em pesquisa qualitativa (desdobramentos)**. 2ª ed. Ed. Educs. Caxias do Sul, RS. 256 p. 2005.

MATURANA, H. Tudo é dito por um observador. In: MATURANA, H.; et al. (Org.). **A ontologia da realidade**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, p.53-66, 1997.

MDA. **Política Nacional de ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural**. Brasília, DF. 26 p. 2004.

MDA. **Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – PRONATER**. Brasília, DF. 27 p. 2006.

MUSSÓI, E.M. **Enfoques pedagógicos para intervenção no meio rural**. Curso a Distância de Aperfeiçoamento em Agroecologia. 40 p. 2006.

OLINGER, G. **Ascensão e decadência da extensão rural no Brasil**. Epagri. Florianópolis, SC. 523 p. 1996.

OLINGER, G. **50 anos de extensão rural: breve histórico do serviço de extensão de Santa Catarina – 1956 a 2006**. Epagri. Florianópolis, SC. 72 p. 2006.

OLIVEIRA, M.M. **Conciliação e Conflito na Extensão Rural Brasileira – 1948-1998 – 50 anos do serviço de extensão rural no Brasil**. Brasília, DF. 80 p. 1998.

PINHEIRO, S.L. O Enfoque Sistêmico na Pesquisa e Extensão Rural (FSR/E): novos rumos para a agricultura familiar ou apenas a reformulação de velhos paradigmas de desenvolvimento? In: II Encontro da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção. **Anais...** IAPAR. p. 22-52. Londrina, PR, 1995.

PINHEIRO, S.L.; BOEF, W.S. Construção social de conhecimentos: uma experiência de formação, ação e aprendizado promovendo pesquisas participativas “com” comunidades rurais em Santa Catarina. In: **Revista Eisforia**. p. 01-13. Florianópolis, SC, 2006.

PLOEG, J. V. O modo de produção camponês revisitado. **A diversidade da Agricultura Familiar**. Org. Sérgio Schneider. Porto Alegre: Ed. UFRGS. p. 13-54. 2006.

PROBST, K.; et al. **Understanding participatory research in the context of natural resource management – paradigms, approaches and typologies**. ODI – Agricultural Research & Extension Network. Agren Network, documento nº 130. 16 p. 2003.

PROBST, K.; HAGMAN, J. Enfoques prototípicos para el desarrollo de innovaciones. In: **Investigación y Desarrollo participativo para la Agricultura y el Manejo Sostenible de Recursos Naturales**. Livro Consulta. Volume 1: Comprendiendo Investigación y Desarrollo Participativo. Perspectivas de los Usuarios con la Investigación y el Desarrollo Agrícola - Centro Internacional de la Papa (UPWARD – CIP), Laguna, Filipinas y Centro Internacional de Investigaciones para el Desarrollo (IDRC), Ottawa, Canadá. p. 18 – 26. 2006.

QUIVY, R.; CAMPENHOUDT, L.V. **Manual de investigação em ciências sociais**. 1ª ed. Ed. Gradativa. Lisboa, Portugal. 275 p. 1992.

RAMOS, L.F. Da contradição do sujeito na extensão rural. In: **Assistência técnica e extensão rural: construindo o conhecimento agroecológico**. Manaus, AM. p.117 – 122. 2006.

RUAS, E.D.; et al. **Metodologia participativa de extensão rural para o desenvolvimento sustentável – MEXPAR**. Belo Horizonte, MG. 134 p. 2006.

SABOURIN, E. Práticas sociais, políticas e valores humanos. In: **A diversidade da Agricultura Familiar**. Org. Sérgio Schneider. Porto Alegre: Ed. UFRGS. p. 215-239. 2006.

SEIFFERT, R.Q. **Extensão rural em Santa catarina: impasses político-pedagógicos (1956-1985)**. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Florianópolis, SC. 222p. 1990.

SEYFERTH, G. **A colonização alemã no Vale do Itajaí-Mirim: um estudo de desenvolvimento econômico**. Porto Alegre, RS: Ed. Movimento. 159 p. 1974.

SILVA, P.F. **Estudo dos rumos e tendências gerais das instituições públicas de extensão rural e os desafios da sua reestruturação em Santa Catarina**. Dissertação (Mestrado em

Extensão Rural), Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Santa Maria, RS. 212 p. 2000.

SIMON, A.A. **A extensão rural e o novo paradigma.** Epagri Documentos, 176. Florianópolis, SC. 26p. 1996.

TRIVIÑOS, A.N.S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo, SP: Ed. Atlas. 1987.

VIVAN, J.L. **Extensão Rural em Sistemas Agroflorestais.** EMATER/RS. 06 p. Sem Data.

WANDERLEY, M. N. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o rural como espaço singular e ator coletivo. In: **Estudos Sociedade e Agricultura.** Rio de Janeiro: UFRRJ/CDPA, nº 15, p. 87-145, out. 2000.

APÊNDICE A:

RESPOSTAS DOS ATORES-CHAVE À PERGUNTA Nº 1

APÊNDICE A: As respostas, na íntegra, de cada ator-chave para a pergunta nº 1

PERGUNTA Nº1: Como começou o trabalho que envolve a árvore e o pasto?

ATOR-CHAVE 1

Ah, isso surgiu quase como uma necessidade assim, porque a gente vê que os animais em tempo de verão eles sofrem muito, né. Tem que tirar do piquete e coisa. Depois, junto com o Grupo do Pasto com as pesquisas, daí entraram vocês no caso assim, né com essa idéia de fazer essa pesquisa. Aí foi pedido assim pra quem quisesse participar assim da (...) fazer uma experiência pra ver assim como é que tava. E a gente já tinha percebido também né, que os animais na sombra eles passam o dia mais tranquilo. Que eu me lembro no momento assim (...).

PESQUISADOR: *Mas era mais por causa do calor mesmo ou tinha alguns outros objetivos de vocês começarem a discutir isso?*

A minha parte era o calor, né. Mas tinha gente que tinha outros interesses pra discutir também. Mas a minha preocupação é a sombra, é o bem-estar animal, né.

PESQUISADOR: *E no início eram quantas pessoas assim, mais ou menos?*

Ah, tinha bastante. Agora, quantas (...)

PESQUISADOR: *Tinha bem mais então do que tem hoje?*

Mais. Tinha aquele lá do Rio do Poncho que agora não participa mais. Tinha no caso ele que veio hoje (numa viagem a Curitiba) mas também não tava vindo mais. Eu também não tava vindo mais.

PESQUISADOR: *E por que tu acha assim que essas pessoas, acabaram não vindo mais?*

Olha, eu acho até que é pelo mesmo motivo, é muita demora. A coisa vai, fica todo mundo naquela expectativa de fazer e fazer, e entra ano e sai ano e (...). Eu nem sei em que ano que começou isso, mas eu acho que já tamo já uns dois anos quase nesse rolo aí e ninguém plantou árvore ainda e aí o pessoal começa a desanimar, né.

ATOR-CHAVE 2

É, isso começou lentamente. Ator-chave 6 veio vindo no começo ali, e daí a gente foi vendo algumas coisas ali de árvore e discutindo idéias. Temo chegando já numas idéias melhor de repente. Sei lá, vamo vê, porque é uma pesquisa, né, e sempre pode mudar uma coisa ou outra. Eu tô achando um trabalho muito bom, porque não é só um que tá decidindo.

PESQUISADOR: *Por que tu tá achando bom?*

É bom porque preserva e também o sombreamento, que faz muita falta. Faz muita falta mesmo. E daí a gente tem uma necessidade de fazer alguma coisa diferente, e pra isso a pesquisa tá sendo bom, que veio e (...) a gente tem a possibilidade de descobrir novas coisas.

PESQUISADOR: *E tu acha que isso partiu mais do ator-chave 6 que começou ou teve mais coisas?*

Um conjunto, um conjunto. Das reuniões do ator-chave 6 que começou lá atrás já e (...), porque a gente já veio pedindo quase um sistema, já no começo do projeto do Microbacia que aí a gente já pediu orientação sobre legislação e tudo mais assim. Só que daí depois, daí a pesquisa veio entrando e (...), a gente também topô e (...) tá levando isso adiante. Eu acho muito bom. As excursões, a gente viu coisa diferente que foi muito bom.

ATOR-CHAVE 3

Isso aconteceu numa reunião que nós realizamos em 2004 lá no Rio do Poncho. E a hora que nós fomos fazê o plano estratégico, o plano participativo lá com a comunidade, PDMH, plano de desenvolvimento da microbacia do Rio do Poncho, a comunidade apontou renda como o principal problema. E a gente ficô num dilema: que tipo de renda? Renda em quê atividade? E aí a comunidade hierarquizou, priorizô a renda focada na pecuária leiteira, que era mais importante. Mas aí tinha a pecuária de corte, a questão da ovelha, e aí nós começamos a entendê que pra trabalhá isso teria que trabalhá com o Grupo do Pasto pra articulá esses agricultores que tinham interesses em comum voltado pra pecuária. Mas como é que surgiu a idéia de trabalhá o pasto e a árvore? Porque os agricultores, ao debatê os problemas deles pra gerar (...) pra melhorá renda nessa atividade, eles disseram que muitas das tecnologias que eles foram vê nas excursões, ao fazer lá em São Bonifácio, aqui na comunidade do Rio do Poncho, em vez de ajudá deu prejuízo pra eles. Exemplo, eles citaram, o "frichtal", é um sistema de estala que o animal fica preso, confinado, pra produzir leite. Eles montaram este sistema porque viram noutra lugar. Só que ao implantar na propriedade esse sistema não (...) não viabilizô, ele não se justificô, não se sustentô ao longo do tempo. Aí eles disseram assim, que eles queriam desenvolvê experiências por eles mesmo. Testá antes na propriedade, vê se funcionava. Fazê uma pesquisa

entre eles pra depois adotar. Aí surgiu a idéia da pesquisa participativa, porque a gente perguntou: o quê que eles gostariam de experimentar? Na verdade o agricultor já é um eterno experimentador, ele vive testando as coisas, né. Aí eles alegaram que um dos pontos cruciais deles era a pastagem. Eles queriam conhecer melhor, como que ela produzia? Como que era o rendimento dessa pastagem? Quanto ela suportava de lotação? E aí essa questão técnica foi uma demanda que apareceu no PDMH. Tá lá apontado em 2004, no PDMH da microbacia, como o principal foco a questão da pastagem, né. E a questão do arranjo silvipastoril. Questão da árvore, da sombra, todo esse processo aí. E aí, a partir desse tema abordado (...) dessa demanda, foi feita uma reunião na UPR7 e dos PDMH que tinha demandas de pesquisa participativa, o nosso foi escolhido como uma prioridade da UPR7 aqui (...), da encosta, né, da Serra Geral. Porque aqui tem e é umas das prioridades da UPR7, da região de Florianópolis, e a gente foi elencado como uma prioridade do componente de pesquisa participativa.

ATOR-CHAVE 4

O trabalho iniciô com o Grupo do Pasto, da necessidade de pesquisá sombra. Evoluiu até pra uma (...), pra outras (...), pra questão do plantio de árvores, onde plantá, onde não plantá. Se plantá depois pode aproveitá isso ou não. Ser uma fonte de renda. Na conversa que a gente tinha no Grupo do Pasto essa era a necessidade, até mesmo da questão legal de tudo isso. De tu podê aproveitá isso ou não, e como fazê. E até mesmo a possibilidade de a gente tê algum subsídio pra questioná a aplicação da legislação dentro da pequena propriedade de agricultura familiar. Tanto é que hoje se aplicá a legislação, de forma a explorá a propriedade rural, se torna inviável. Então a além da sombra, além da retirada, um dos objetivos que se tinha era exatamente esse: era questioná (...) ter subsídio pra se questioná a exploração desta área.

ATOR-CHAVE 5

Éh, o trabalho, na verdade (...), especificamente sobre árvore ou arranjo silvipastoril ele começou em cima de uma demanda da pesquisa participativa, aonde uma (...) num dia de campo do Grupo do Pasto, os agricultores questionaram a questão de sombra pro gado. Então, como a gente sempre presa a multidisciplinaridade da coisa, do trabalho em si, a gente buscou então (...), meios de dá este retorno pra os agricultores com alguém especificamente direcionado nesta área, né. Aí o ator-chave 3 juntamente com o Y, eu me recorde do dia de campo ainda, contactaram a (...), eu me esqueci o nome dela, a professora que era orientadora da (...), a X, exatamente, e aí ela trouxe o ator-chave 6 pra essa reunião. Nessa reunião, ah (...) o grupo tinha uma outra dúvida que era a questão (...) a questão ambiental da coisa, neste processo todo. Então, se dividiram em duas (...) em duas linhas de trabalho: uma seria o arranjo silvipastoril, em cima de árvores pra o sombreamento do gado; e a outra seria ah (...) um zoneamento, um mapeamento, aí em cima da legislação ambiental, mas com o objetivo de dar subsídio de contestá esta legislação. Sei que é uma coisa difícil, mas quando tem base científica e participação de agricultores que na verdade, nesta situação são os maiores prejudicados, né. Porque você sabe, você conhece a lei se for aplicada na íntegra em São Bonifácio, poucos ficam aqui, né. Dada a conjuntura do (...) deste ecossistema, né (...) dessa bacia hidrográfica. Então, estas duas linhas de trabalho elas (...) elas começaram. Então, em princípio o grupo (...) ou ator-chave 6, junto com a Z fizeram visitas, e fizeram levantamento etno (...) de etnoespécies, trabalho de campo, um trabalho interessante e tal, pra buscar espécies nativas (...) da região pra compor esse arranjo silvipastoril. E, esse trabalho se estendeu eu acho que durante o ano de 2006, inteiro, né. Com esse trabalho paralelo delas, indo a campo e (...) mobilizando os agricultores e os agricultores participando da (...) dos dias de campo que elas tinham organizado, em fim. E, nós é (...), na verdade, continuamos o nosso trabalho esperando (...) esperando o momento em que (...) em que a pastagem e árvores, na verdade, iam se encontrar. Praí nós termos uma (...) até uma situação mais palpável pra começá. Aí, tu sabe da (...) da situação, o ano de 2007 não foi um ano muito (...) é (...) questão financeira do projeto, aí houve um declínio das atividades, né. Aonde houve um questionamento dos agricultores quanto a continuidade deste trabalho, né, e agora mais ao final desse ano, a coisa começou a retornar, né. Tanto é que teve as visitas e tal. Éh, em fim, o trabalho ele se iniciou assim, e ele está até este ponto com bastante dúvidas. Eu tive um feedback dos agricultores até após essa viagem de Curitiba que foi ao Paraná, e bastante questionamento. Isso é importante, quando há questionamento então há trabalho. Então aí, é questão de trabalhar.

ATOR-CHAVE 6

O trabalho começou por uma demanda dos agricultores que observavam que o gado precisava ter sombra quando manejado em PRV. Porque antes de ter PRV eles procuravam ter remanescentes de mata nativa, daí com PRV como eles ficam cercados e, assim, entre aspas confinados numa área, é um manejo mais intensivo. Então resolveu essa possibilidade e aí, também com um diagnóstico realizado na pesquisa participativa. Num processo de formação e aprendizado de pesquisa participativa da Epagri, a professora X identificou isso na fala de alguns agricultores e foi o que estimulou a começar a trabalhar com este assunto.

APÊNDICE B:

A MONTAGEM DOS DSCs

APÊNDICE B: Identificação das idéias centrais que caracterizam cada tema-base nos discursos dos atores-chave

	Potencialidades de um Processo Participativo
Ator-chave 1	<p>Até o dia que eles perguntaram pra mim se eu daria essa entrevista sobre as espécies, eu até disse olha eu até posso dar mas eu conheço só umas quatro árvores. E daí no fim, no resto eu conhecia muita, muita árvore, né. E eu até achava que eu nem (...) nem conhecia tanto, né. E lá no dia lá de reconhecer lá, também foi bom assim porque até pra gente saber, né, às vezes a pessoa fala ah tal árvore, né, aí eu não sei o quê que é. Daí depois fomo ver, não mas eu sabia sim, só que por outro nome, né.</p> <p>Ah, a gente (...) sei lá, teve opiniões assim, né. Uns tem uma opinião outros tem outras, no caso em plantar em linha, coisa assim (...). Depois foi levantado assim que pra funcionar certinho já teria que ter planejado o desenho do próprio piquete, de acordo com o rumo do sol e toda essa parte assim, que até isso que teria que ter sido planejado antes, né. [...] É eu procurei, juntar um pouco de cada um, né. Eu fiz umas parte em linha, outras parte eu fiz no meio do piquete e outras árvores que nasceram por si, então elas tão na posição que tão porque nasceram ali, né. Mas pra diferenciar um pouco assim, né. Na própria experiência pra ver se é melhor que elas tão em linha ou se é melhor tá por dentro do piquete assim, né.</p> <p>É quase que nem entrá numa canoa, descê o rio e vamo vê onde é que nós vamo chegá, né. Ou entra numa canoa e não, nós vamo chegá em tal lugar. Aí sim, talvez teria sido melhor.</p>
Ator-chave 2	<p>[...] daí a gente foi vendo algumas coisas ali de árvore e discutindo idéias. Temo chegando já numas idéia melhor de repente. Sei lá, vamo vê, porque é uma pesquisa, né, e sempre pode mudar uma coisa ou outra. Eu tô achando um trabalho muito bom, porque não é só um que tá decidindo. [...] E daí a gente tem uma necessidade de fazer alguma coisa diferente, e pra isso a pesquisa tá sendo bom, que veio e (...) a gente tem a possibilidade de descobrir novas coisas. [...] ali já é uma idéia onde eu acho que já teve uma grande vantagem, porque a minha idéia foi até de fazer menos sombra. De repente já mudou a (...), mas também é uma coisa que eu vô tê que vim em casa falar com os outros lá em casa, porque não é só eu que vou mandar lá, né. Daí temo que vê também lá, e junta a pesquisa, junta o técnico e depois quando iniciá o trabalho temo que vê, né.</p> <p>Olha eu participei, dando idéia também. [...] Ah, com certeza porque a gente veio até já mudando de idéia de algumas coisa conforme veio discutindo, veio (...) veio trabalhando, né. Então isso teve uma boa vantagem, porque isso não veio e nem eu hoje tenho uma idéia fixa de como deve ser ou como de repente vai ser. Então, isso pode ainda surgir mudanças ou não de repente, não sei. Mas a discussão que veio lá de 2005 pra cá foi muito bom, porque a gente veio (...), já nós próprio viemo mudando de idéia desde lá até aqui. Em função que a gente ficou conversando e vendo as coisa, percebendo também das necessidade que tinha, que lá no começo nós também não sabia que era tanta. Então isso tudo colaborou pra nós chegá numa idéia já diferente.</p> <p>[...] a função tanto de vocês quanto às vez dos técnicos local é incentivar e (...) trazendo até idéias também. Mostrando idéias. Tem algumas que a gente acha que é bom, outras acha que não (...) não tão bons. Só que tem uma idéia variável. Então acho que a função do técnico tá sendo bem representada também e a nossa função vai começar a ser feita daqui a pouco. É fazê o trabalho.</p> <p>[...] isso foi muito bom porque a gente vêm discutindo. Já tivemo uma idéia no dezembro do ano passado que até nós já fizemo o mapa. Hoje, a idéia já é completamente diferente. Mas por quê? Porque a gente já teve mais reuniões, a gente teve excursão, e dentro do nosso sistema de trabalho tem outras idéias já. Então em função disso ali, nós já viemo mudando de idéia. Então, esse mapa, hoje, já não tá mais valendo pra nós. Então por isso que eu acho que aquelas discussões longas pra fazê isso ali até tem o seu valor. Além que, dentro do piquete a sombra nós precisava tê muito mais rápido do que isso. Só que, nós ia fazê com um monte de erros que hoje nós já podia tá, éh já(...), corrigindo então. [...] de repente o técnico trazê sim, o que já tem pesquisado, assim no caso, em cima de uma árvore. Mas nunca deixá de fazê a pesquisa, porque cada local é um local também. E cada situação é uma situação [...].</p> <p>[...] trabalhos deste tipo nunca aconteceu. Não tem eu como dizer, um diferente do outro.</p>

	<p>Trabalhos parecidos jamais aconteceram. E a gente tá participando de pesquisa, de (...), desde o microbacia pra cá. Antes a gente trabalhava livremente. O antes era na idéia da gente, né. [...] num trabalho direto com nós lá como tá sendo agora, isso nunca aconteceu antes. [...] foi quando eles liberaram aqueles cursos, ali pra nós. E daí apoiaram um pouco a gente ali, mas fora isso eu não me lembro de tê muito envolvimento com técnico. Eu acho que nós, nunca (...), nunca tinha. [...] Olha, eu acho que nós nem participemo de reunião, nenhuma outra. Isso nunca aconteceu porque a gente nunca ficou sabendo e (...) se ficou sabendo, uma ou outra vez até o cara nem foi ainda também. Nós não acreditava. [...] Olha, da pastagem ser mais rápido (...), podia ser. Da árvore se fosse muito rápido com certeza a gente ia cometê mais erro do que assim. Além de ela tá faltando lá do começo já, a árvore dentro do piquete. E a gente já teve problemas com isso. Mas a árvore, como eu vejo, ela é um pouco mais complexa pra tu colocar. Ela requer um estudo a mais.</p>
<p>Ator-chave 3</p>	<p>Porque os agricultores, ao debatê os problemas deles pra gerar (...) pra melhorá renda nessa atividade, eles disseram que muitas das tecnologias que eles foram vê nas excursões, ao fazer lá em São Bonifácio, aqui na comunidade do Rio do Poncho, em vez de ajudá deu prejuízo pra eles. [...] eles queriam desenvolvê experiências por eles mesmo. Testá antes na propriedade, vê se funcionava. Fazê uma pesquisa entre eles pra depois adotar. Aí surgiu a idéia da pesquisa participativa, porque a gente perguntou: o quê que eles gostariam de experimentá? Na verdade o agricultor já é um eterno experimentador, ele vive testando as coisas, né.</p> <p>E esse arranjo silvipastoril emerge da idéia das etnoespécies, que seriam plantas no senso comum, na linguagem dos agricultores (...) nomes assim vulgar que eles mesmo denominavam ao longo do saber local deles, né. [...] Claro que pra um agricultor que trabalha com apicultura (...). É pecuarista de leite, mas tem um forte viés pra apicultura, o arranjo vai tê uma tendência mais pro interesse de pastagem apícola. Um agricultor, pecuarista de leite que tem ovelha, ele vai buscar árvores que tenha (...) que procure contemplá nesse arranjo aquilo que vem de encontro com o interesse de um ovinocultor. Que também não cria só ovelhas, ele cria junto com a pecuária de leite. E muitas vezes é por uma questão de belo, de outros interesses, né.</p> <p>Eu acho que a proposta da pesquisa participativa é um grande caminho pra gente fazê extensão rural ou desenvolvimento rural. Aí você bota pesquisador, extensionista e agricultor numa mesa pra construí saber, isso é maravilhoso.</p> <p>E institucionalmente a gente acabou (...), éh o componente de pesquisa participativa ele vêm fazendo uma ruptura. Ele vêm desconstruindo paradigmas, né. De que estas verdades não vêm num livrinho, num pacote. Esse livrinho, esse pacote pode sê construído lá na comunidade com os agricultores, né.</p> <p>[...] por exemplo, éh (...) nunca aconteceu da universidade estar aqui dentro da cidade. Um pequeno território, uma cidade pequena como essa. [...] O fato de trazê atores externos pra dentro de um ambiente de discussão de problemas internos da comunidade. [...] Eu acho que a grande novidade foi criá um ambiente onde que todos sentam e conversam, mesmo com suas diferenças, com seus conflitos. Essa foi a grande novidade. Trazê o desenvolvimento rural (...), o desenvolvimento rural sustentável, territorial pra dentro do trabalho de extensão rural e de pesquisa. Foi colocá na mesma mesa pesquisador, extensionista e agricultor (...) e gestor local público. [...] E houve reações locais aqui. Houve atores locais que diziam assim: e aí Ator-chave 3, você é exibido, qué trazê aluno e professor pra cá. Qué trazê essa gente tudo estranha, de fora. Por quê? Porque tava mexendo no comodismo. Pra quê trazê essa gente, e ônibus, e alunos, e pesquisá, e mexê com os agricultor? Mas na verdade, a gente tava tentando construí respostas às necessidades. E a gente construiu ela com os agricultores. [...]. Em nenhum momento a gente deu passos, né, pode sê que eu esteja equivocado, mas a gente sempre evitô de dá passos sem tê a legitimidade do agricultor.</p>
<p>Ator-chave 4</p>	
<p>Ator-chave 5</p>	<p>[...] seria ah (...) um zoneamento, um mapeamento, aí em cima da legislação ambiental, mas com o objetivo de dar subsídio de contestá esta legislação. Sei que é uma coisa difícil, mas quando tem base científica e participação de agricultores que na verdade, nesta situação são os maiores prejudicados, né.</p> <p>E até minimiza o erro, quando a construção é mútua e não é um pacote vertical. [...] Acho que tem que construí mediante uma análise da situação como um todo. Minimiza o erro.</p>

Ator-chave 6	[...] cada agricultor elaborou seu desenho de acordo com as características da propriedade dele, com os interesses que ele tinha, com o interesse que ele tem na árvore, né. Se o interesse é mais leite, ou se o interesse é mais mel, tipo, em função do interesse que ele tem e das características da propriedade ele elaborou o desenho.
	[...] é claro que há uma preocupação sim de colocar as espécies que eles gostem, que sejam bonitas, que possam auxiliar assim no aspecto paisagístico da propriedade. Tudo isso existe, né. Principalmente os agricultores mais idosos assim, é o que eu noto. Mas eles são dispostos assim a fazer e ver o que vai acontecer.
	Uma foi o PRV e agora é uma nova tecnologia que tá sendo inserida no meio. Só que de outra forma. E agora dessa forma, construindo junto com o agricultor, né. A diferença do PRV que foi só transferido. [...] A construção, assim. Formas de construir a tecnologia. Porque é (...), nenhum dos dois deixa de ser difusão, entre aspas, ou implantação de uma nova tecnologia. Mas a forma como foi implantado o PRV é muito diferente da forma como tá sendo implantada agora. Por isso, pela construção assim, junto com os agricultores.

LEGENDA:

Saber que sabe pouco

Tecnologia culturalmente apropriada

Desenho conforme interesse próprio

Construção Conjunta

Diferentes olhares como estratégia para o desenvolvimento rural

IDÉIA CENTRAL: Saber que sabe pouco

DSC AGRICULTORES

Até o dia que eles perguntaram pra mim se eu daria essa entrevista sobre as espécies, eu até disse olha eu até posso dar mas eu conheço só umas quatro árvores. E daí no fim, no resto eu conhecia muita, muita árvore, né. E eu até achava que eu nem conhecia tanto, né. E lá no dia lá de reconhecer lá [Turnê-guiada], também foi bom assim porque até pra gente saber, né, às vezes a pessoa fala ah tal árvore, né, aí eu não sei o quê que é. Daí depois fomo ver, não mas eu sabia sim, só que por outro nome, né.

IDÉIA CENTRAL: Tecnologia culturalmente apropriada

DSC AGRICULTORES

Dentro do piquete a sombra nós precisava tê muito mais rápido do que isso. Só que, nós ia fazê com um monte de erros. De repente o técnico trazê sim, o que já tem pesquisado, assim no caso, em cima de uma árvore. Mas nunca deixá de fazê a pesquisa, porque cada local é um local também. E cada situação é uma situação. Eu procurei, juntar um pouco de cada um, né. Eu fiz umas parte em linha, outras parte eu fiz no meio do piquete e outras árvores que nasceram por si, então elas são na posição que são porque nasceram ali, né. Mas pra diferenciar um pouco assim, né. Na própria experiência pra ver se é melhor que elas são em linha ou se é melhor tá por dentro do piquete assim, né. Por isso, da pastagem ser mais rápido, podia ser. Da árvore se fosse muito rápido [o processo] com certeza a gente ia cometê mais erro do que assim. Além de ela tá faltando lá do começo já, a árvore dentro do piquete. E a gente já teve problemas com isso. Mas a árvore, como eu vejo, ela é um pouco mais complexa pra tu colocar. Ela requer um estudo a mais.

DSC TÉCNICOS

Porque os agricultores, ao debatê os problemas deles pra gerar e pra melhorá renda nessa atividade, eles disseram que muitas das tecnologias que eles foram vê nas excursões, ao fazer lá em São Bonifácio, aqui na comunidade do Rio do Poncho, em vez de ajudá deu prejuízo pra eles. Eles queriam desenvolvê experiências por eles mesmo. Testá antes na propriedade, vê se funcionava. Fazê uma pesquisa entre eles pra depois adotar, o quê até minimiza o erro. Aí surgiu a idéia da pesquisa participativa, porque a gente perguntou: o quê que eles gostariam de experimentá? Na verdade o agricultor já é um eterno experimentador, ele vive testando as coisas,

né. Por isso há uma preocupação de colocar as espécies que eles gostem, que sejam bonitas, que possam auxiliar assim no aspecto paisagístico da propriedade. Tudo isso existe, né. Principalmente os agricultores mais idosos assim, é o que eu noto. Mas eles tão dispostos assim a fazer e ver o que vai acontecer.

IDÉIA CENTRAL: Desenho conforme interesse próprio

DSC TÉCNICOS

Claro que pra um agricultor que trabalha com apicultura ou é pecuarista de leite, mas tem um forte viés pra apicultura, o arranjo vai tê uma tendência mais pro interesse de pastagem apícola. Um agricultor, pecuarista de leite que tem ovelha, ele vai buscar árvores que procure contemplá nesse arranjo aquilo que vem de encontro com o interesse de um ovinocultor. Que também não cria só ovelhas, ele cria junto com a pecuária de leite. E muitas vezes é por uma questão de belo, de outros interesses, né. Neste sentido que cada agricultor elaborou seu desenho de acordo com as características da propriedade dele, com os interesses que ele tinha, com o interesse que ele tem na árvore, né, e das características de sua propriedade.

IDÉIA CENTRAL: Construção Conjunta

DSC AGRICULTORES

Mas a discussão que veio lá de 2005 pra cá foi muito bom, porque nós próprio viemo mudando de idéia desde lá até aqui. A gente foi vendo algumas coisas ali de árvore e discutindo idéias. Temo chegando já numas idéia melhor de repente. Já tivemos uma idéia no dezembro do ano passado que até nós já fizemo o mapa. Hoje, a idéia já é completamente diferente. Então, esse mapa, hoje, já não tá mais valendo pra nós. Então por isso que eu acho que aquelas discussões longas pra fazê isso ali até tem o seu valor. A gente tem uma necessidade de fazer alguma coisa diferente, e pra isso a pesquisa tá sendo bom, que veio e a gente tem a possibilidade de descobrir novas coisas. A minha idéia foi até de fazer menos sombra. De repente já mudou. Mas também é uma coisa que eu vô tê que vim em casa falar com os outros lá em casa, porque não é só eu que vou mandar lá, né. Daí temo que vê também lá, e junta a pesquisa, junta o técnico e depois quando iniciá o trabalho temo que vê, né. Então isso teve uma boa vantagem, porque isso não veio e nem eu hoje tenho uma idéia fixa de como deve ser ou como de repente vai ser. Trabalhos parecidos jamais aconteceram. E a gente tá participando de pesquisa desde o microbacia pra cá. Antes a gente trabalhava livremente. Na idéia da gente, né. Um trabalho direto com nós lá como tá sendo agora, isso nunca aconteceu antes.

DSC TÉCNICOS

A construção, assim. Formas de construir a tecnologia. Uma foi o PRV e agora é uma nova tecnologia que tá sendo inserida no meio. Só que de outra forma. E agora dessa forma, construindo junto com o agricultor, né. A diferença do PRV que foi só transferido. Porque nenhum dos dois deixa de ser difusão, entre aspas, ou implantação de uma nova tecnologia. Mas a forma como foi implantado o PRV é muito diferente da forma como tá sendo implantada agora. Pela construção assim, junto com os agricultores, este trabalho vêm desconstruindo paradigmas, né. De que estas verdades não vêm num livrinho, num pacote. Esse livrinho, esse pacote pode sê construído lá na comunidade com os agricultores, né.

IDÉIA CENTRAL: Diferentes olhares como estratégia para o desenvolvimento rural

DSC TÉCNICOS

Eu acho que a proposta da pesquisa participativa é um grande caminho pra gente fazê extensão rural ou desenvolvimento rural. Ai você bota pesquisador, extensionista e agricultor numa mesa pra construí saber, isso é maravilhoso. Nunca aconteceu da universidade estar aqui dentro da cidade. Um pequeno território, uma cidade pequena como essa. O fato de trazê atores externos pra dentro de um ambiente de discussão de problemas internos da comunidade. Eu acho que a grande novidade foi criá um ambiente onde que todos sentam e conversam, mesmo com suas diferenças, com seus conflitos. Essa foi a grande novidade. Trazê o desenvolvimento rural, o desenvolvimento rural sustentável, territorial pra dentro do trabalho de extensão rural e de pesquisa. Foi colocá na mesma mesa pesquisador, extensionista, agricultor e gestor local público.